



João Emani F. Filho

No calor da Guerra Fria

E. P. Thompson e
a luta antinuclear


Imprensa
Universitária
UFC


COLEÇÃO
DE ESTUDOS DA
PÓS-GRADUAÇÃO


EDIÇÕES
UFC

No calor da Guerra Fria

E. P. Thompson e a luta antinuclear

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação
José Mendonça Bezerra Filho

Universidade Federal do Ceará - UFC

Reitor
Prof. Henry de Holanda Campos

Vice-Reitor
Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Administração
Prof. Almir Bittencourt da Silva

Imprensa Universitária
Diretor
Joaquim Melo de Albuquerque

Conselho Editorial
Presidente
Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselheiros
Prof.^a Angela Maria R. Mota Gutiérrez
Prof. Ítalo Gurgel
Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

João Ernani F. Filho

No calor da Guerra Fria

E. P. Thompson e a luta antinuclear



Fortaleza
2017

No calor da Guerra Fria: E. P. Thompson e a luta antinuclear

Copyright © 2017 by João Ernani F. Filho

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Antídio Oliveira

Normalização bibliográfica

Marilzete Melo Nascimento

Programação visual

Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

Diagramação

Amanda Ferreira

Capa

Amanda Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária Marilzete Melo Nascimento CRB 3/1135

F992c Furtado Filho, João Ernani.
No calor da guerra fria: E. P. Thompson e a luta antinuclear / João Ernani Furtado
Filho. – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

120 p. ; 21 cm. (Estudos da Pós-Graduação)

ISBN: 978-85-7485-293-5

1. Historiografia. 2. Guerra fria. 3. Pacifismo. I. Título.

CDD 907.2

Di Eagle and di Bear a keep a living in fear
Of the impending nuclear warfare
But as a matter of fact believe it or not
Plenty people don't care whether it imminent or not
Or who di first one to attack or if the human race
Will survive or not
For those whom is aware
Them life already coming like a nightmare...
(Linton Kwesi Johnson, *Di Eagle an' di Bear*)

A Águia e o Urso continuam a viver no medo
Da iminente confrontação nuclear
Mas, de fato, acredite ou não
Tantas pessoas não cuidam o quanto isso está próximo ou não
Ou quem será o primeiro a atacar ou se o curso da humanidade
Irá sobreviver ou não
Para aqueles que estão cientes
Então a vida já surge como um pesadelo...
(Linton Kwesi Johnson, *A Águia e o Urso*)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INSPIRAÇÕES DA DISSIDÊNCIA.....	13
FICÇÃO CIENTÍFICA, SENSIBILIDADE POÉTICA.....	45
NEUTRALIDADE ATIVA E APORTES HISTORIOGRÁFICOS	71
CONCLUSÃO	103
BIBLIOGRAFIA.....	109
O AUTOR	119

APRESENTAÇÃO

Em 1991, no prefácio de *Costumes em comum*, E. P. Thompson comentava o retorno a pesquisas adiadas desde a publicação de *Albion's Fatal Tree* e *Senhores & Caçadores*, em inícios da década de 1970. O motivo principal dessa retomada foi a “emergência da Segunda Guerra Fria”, que teve seu ápice com a decisão da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)¹ de modernizar seus arsenais atômicos, com a alocação de silos de mísseis em solo britânico (o que equivalia a transformar a ilha em alvo certo); logo em seguida, a intervenção soviética no Afeganistão; o acirramento da política de dissuasão (aliás, a teoria de que armamentos cada vez mais poderosos deteriam ataques inimigos indicaria uma situação em que a política quedava supérflua); em março de 1983, a divulgação por Reagan dos planos da Iniciativa de Defesa Estratégica (Guerra nas Estrelas), consistindo na criação de um domo antinuclear sobre o território americano; o anticomunismo como projeção de um Outro ameaçador; os crimes contra os direitos humanos e as perseguições internas na URSS; as articulações entre saberes e poderes que intensificavam gastos com o complexo militar, burocrático, acadêmico e industrial; o risco mesmo de o planeta ser destruído... Mais premente do que escrever histórias era viver a história.

Meios de comunicação de massas tornaram familiares, na década de 1980, os espectros de líderes governamentais e conselheiros mili-

¹ Em 12 de dezembro de 1979, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (cujo secretário à época era Joseph Luns) aprovou a “modernização” de seus arsenais atômicos. Deveriam ser instalados 572 novos mísseis nucleares americanos na Europa ocidental: 108 seriam Pershing II (mísseis balísticos com um raio de aproximadamente 1.000 milhas), e outros 464 seriam Tomahawk (mísseis de cruzeiro, de longo alcance). As bases de tais armamentos deveriam ser edificadas na República Federal da Alemanha, Inglaterra, Itália, Bélgica e Holanda (as duas últimas viriam posteriormente a refutar tais planos). THOMPSON, E. P.; SMITH, D. *Protest and survive*. Middlesex: Penguin Books, 1980. p. 110.

tares. Ronald Reagan, Yuri Andropov, Mikhail Gorbachev, Margaret Thatcher, os secretários de defesa Caspar Weinberger, Mikhail Suslov, Dmitri Ustinov, Michael Heseltine, John Nott, Francis Pym, Geoffrey Howe... dançarinos pesados, bailarinos capatazes, *heavy dancers*, como os chamou Edward Palmer Thompson (1924–1993). A militância anti-nuclear do historiador britânico reverbera pontos significativos de sua obra. De alguns métodos dessa área do conhecimento, vinham a desconfiança em relação às versões oficiais e a atenção para uma história vista desde baixo (*from below*), a indicar não só as camadas operárias, mas o que se chamava de “gente comum”. Ainda que Thompson admitisse (ou por isso mesmo) que planos e ações poderiam redundar em consequências inesperadas ou que o presente não seria o resultado lógico e necessário de eventos passados, teoricamente, sustentou que os agentes da história não seriam apenas os grandes homens e que o futuro não estaria determinado. A atuação política não deveria ocorrer apenas nas cúpulas parlamentares e partidárias, mas como exercício dos nacos de liberdade e responsabilidade que ainda restavam aos seres humanos.

Aqui o ponto de partida do capítulo “Inspirações da dissidência” é a entrevista de Thompson a M. Merrill e, especificamente, a pergunta acerca de suas influências intelectuais. Na resposta, eram nomeados Blake, Morris, Marx e Vico. A referência a dois artistas vale como indício do quanto a sensibilidade imaginativa e criadora era valorizada por um historiador que também cometia seus versos. Em “An open letter to Leszek Kolakowski”, Thompson disse que Karl Marx tinha sido um grande homem. O mesmo valia para Jesus, Hegel, Husserl, Tolstói, Blake, etc. Sua leitura do marxismo tendia a percebê-lo mais como método do que doutrina. Para Morris, Blake e Marx, Thompson dedicou livros inteiros. Mas, e Vico? A sugestão aqui é de que a influência do pensador napolitano pode ser rastreada a partir da ideia de lógica histórica.

O historiador de ofício, preocupado com as credenciais autênticas, a coerência disciplinar, o método de investigação, o diálogo entre conceitos e evidências, o discurso de demonstração próprio e o tribunal de desconfirmção dos pares, é também autor de um romance de ficção científica e histórico de quando do zênite da expectativa apocalíptica. O desfecho de *The Sykaos papers* não precisava identificar o fim da odis-

seia humana na Terra. Cabia ao mais intimamente humano (poesia, humor, libido) decidir a esse respeito.

O capítulo “Neutralidade ativa e aportes historiográfico”, por sua vez, é uma leitura impressionista dos textos de militância pacifista e em prol dos direitos humanos. Vistos, a partir da opinião do próprio Thompson, como hiato em suas investigações, a sugestão, aqui, é a de que condensam considerações oportunas sobre a história, entendida como área do conhecimento, mas também como processo ou existência.

As fontes desse exercício são bibliográficas. A metodologia vale-se de princípios da tópica, o que equivale a falar na atenção ao destaque qualitativo, sem invalidar ou diminuir as recorrências temáticas e conceituais. A abordagem é simpática. Não que se predique aqui o ideal de *Einfühlung* (empatia), de uma imaginação compreensiva capaz de adentrar a cabeça confessadamente atormentada de E. P. Thompson. A leitura desses textos, contudo, é esclarecedora para alguém saindo da infância nos anos de 1980, que ouvia a banda *Ratos de Porão* berrar sobre a paranoia nuclear. A Guerra Fria, talvez, tenha mesmo acabado: pelo menos foi o que disseram o rádio, o jornal e a televisão. Outras guerras e focos de conflito tiveram, porém, seus estopins acionados. A causa da Paz & Amor (e hoje em dia da Saúde) é tanto mais necessária quanto subversiva.

INSPIRAÇÕES DA DISSIDÊNCIA

Em março de 1976, enquanto lecionava como Professor Visitante na Universidade de Rutgers/EUA, Edward Palmer Thompson (1924-1993) concedeu entrevista a Michael Merrill, ativista e educador nova-iorquino. O resultado dessa conversa foi publicado pela articulação de esforços entre a *Radical History Review* e a MARHO (Organização dos Historiadores Radicais do Meio Atlântico), fundada em 1973 com o intuito de tornar-se um fórum para exame de perspectivas renovadoras para o estudo e o ensino da História.² Quando instado a responder quais autores o teriam influenciado, quais seriam os seus mestros, Thompson citou os nomes de Vico, Marx, Blake e Morris, acrescentando que os dois últimos denunciavam o quão inglês ele era. Na “open letter to Leszek Kolakowski”, um texto de 1973 em relação ao qual Thompson posteriormente se penitenciaria pelo tom excessivamente dramático, há um parágrafo em que o ex-militante do Partido Comunista Britânico comentava que, tirante Vico e Marx (e mais alguns poucos romancistas europeus), seus

² A entrevista de Mike Merrill com E. P. Thompson foi coligida em *Visions of History*, editado pela Pantheon Books, de Nova York. Acha-se disponível, ainda, em espanhol, no volume *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, impresso em Barcelona pela Editorial Crítica, então, dirigida por Josep Fontana. O número de inverno de 1994 da *Radical History Review* contemplava um pequeno “memorial” sobre Thompson, com artigos de Eric Hobsbawm, W. L. Webb e do já referido Michael Merrill, que compartilha impressões do encontro e da entrevista com o autor de *A formação da classe operária inglesa*.

anteriores intelectuais configurariam uma roda de chá bem provincial: Milton, Wordsworth, Swift, Morris...

O livro inaugural de E. P. Thompson foi um estudo acerca de William Morris (1834-1896), conforme o autor, o primeiro grande artista a tomar posição em prol da classe revolucionária, a participar dos afazeres cotidianos para construir o movimento socialista e a empenhar seu gênio nessa luta. A 1ª edição, de 1955, Thompson reconhecia ter sido escrita com “talante belicoso”, com uma postura de forte compromisso político – o que o levou a se desculpar (no posfácio à 2ª edição, de 1977) por algumas “beatarias stalinistas” –, visando aos circuitos da educação de adultos e dos movimentos políticos de esquerda.

William Morris teria iniciado seu feitiço de artista e artesão sob os influxos da “revolta romântica”, em que a nostalgia pelo passado (mormente, o medieval) e a insatisfação com o presente permutadamente se agudizariam. Daí, a arte e a poesia serem valorizadas como meios supremos de escape ou como refúgios contra a vida. Mas não os únicos, pois eram também apreciadas as drogas e os vinhos; nem os definitivos, distintivo apenas dos domínios da Morte, vistos aí como libertadores. O medievalismo e a “cruzada contra a época” de Morris encontraram expressão em iniciativas como a “Anti-Scrape” (organização de denúncia das desfigurações e pastiches da arquitetura gótica) e “A Firma”, verdadeira corporação de ofícios em torno das artes decorativas, nas quais Morris deveria ser reputado, na apreciação de Thompson, como um grande erudito.

Mo(vi)mento de inflexão na existência de Morris (já beirando os 50 anos) teria sido a consideração de que um mundo inteiramente subjetivo estaria fadado a ser vazio. Se a revolta romântica aspirava a libertar os sentidos, os afetos e a razão, Morris, dos primeiros anos da década de 1880 em diante, encontrou princípios de objetividade nos lemas de revolução das estruturas políticas e econômicas. Thompson considerava que os pontos em que Morris se aliançava com o marxismo seriam tão significativos quanto aqueles em que seus acentos divergiam. Os leitores de Morris pertenciam ao que se poderia chamar de “classe média alta”, os clientes de “A Firma” provinham de estratos ainda mais endinheirados, e foi a riqueza de Morris que lhe permitiu

viver como “seu próprio amo”. Para alguns dos que tinham recursos e que apoiaram o movimento socialista, o proletariado era visto como uma força brutal e destrutiva, percepção agravada pelo incêndio de parte do *Louvre*, nas circunstâncias e desdobramentos da Comuna de Paris. Isso tornaria mais notável o gesto do poeta de “cruzar o rio de fogo”, ou seja, de partir para a ação e de manter tal postura mesmo após sofrer repressões violentas, como as do chamado “Domingo Sangrento”. Alguns escritos do autor de *Notícias de lugar nenhum*³ participam da natureza do sonho. Thompson aduzia, a esse respeito, que o sonho poderia servir para a construção de um “mundo compensatório” e que Morris também se valeu dessa dimensão onírica como forma de libertar sua imaginação das restrições sociais que odiava. Daí, a “educação do desejo”, a tentativa de aprender como se “desejar mais e desejar melhor”. A potência da poesia é a de ser antiutilitária. Isso cabia como alerta de que, para além do que se necessita, devia valer o que se quer.⁴

A publicação derradeira de E. P. Thompson foi um estudo acerca de William Blake (1757-1827). *Witness against the Beast*, lançado em 1993, retomava e ampliava temáticas primeiramente desenvolvidas quando, em 1978, Thompson apresentara o ciclo de “Alexander Lectures”, na Universidade de Toronto, acerca do autor de *Provérbios do Inferno*.⁵

Em uma dessas palestras, Thompson divertiu parte da audiência (e, conseqüentemente, pode ter irritado outra parcela) ao tratar Blake como fundador da seita dos “Muggletonianos Marxistas”, à qual o próprio Thompson afirmava pertencer; embora não estivesse bem certo do que os termos, isoladamente ou em combinação, pudessem querer de-

³ MORRIS, W. *Notícias de lugar nenhum: ou uma época de tranquilidade: um romance utópico*. Tradução de Paulo C. Castanheira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

⁴ THOMPSON, E. P. *William Morris: de romântico a revolucionário*. Tradução de Lloris Váldes. 2. ed. Valencia: Instituto Alfons El Magnànim, 1988.

⁵ Na Parte II de seu *Witness against the Beast*, E. P. Thompson analisava alguns poemas de William Blake, notadamente, “London”, “The Divine Image”, “The Human Abstract” e extratos de “Songs of Innocence” e “Songs of Experience”. As composições examinadas por Thompson podem ser conferidas em informativa edição bilíngue, com tradução e prefácio do Prof. Paulo Vizioli. BLAKE, William. *Poesia e prosa selecionadas*. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

finir. Ironias à parte, Thompson não enxergava Blake como praticante prematuro da dialética marxista; entretanto, percebia nele a força da tradição antinomiana, em que a maior influência continuaria sendo a da *Bíblia*, mas, lida de modo específico, frisando a contrariedade entre o Perdão de Cristo e as penas da Lei Moral. Assim, Thompson afirmava que *ἀντί νομοῦ* significava, antes de tudo, “contra a lei”; imputação recaída sobre muitos homens e mulheres no século XVIII inglês. A sensibilidade antinomiana marcava radical oposição às frentes hegemônicas; entendidas como aquelas de justificação de um sistema torpe e doente.

A desatenção a essa “retórica da dissidência” redundaria na caracterização usual de Blake como figura isolada dentro do panteão artístico. O auge de sua produção correspondeu à década de irradiação dos efeitos da Revolução Francesa (tema de um longo poema); entretanto, Blake manejava um vocabulário e uma simbologia que remontavam à Guerra Civil na Inglaterra, designada pela visão tradicional como mero “interregno”, um intervalo entre dois reinados.

A partir da década de 1790, poder-se-ia assinalar um marco quando a sensibilidade antinomiana começou a se tornar obscura e em relação à presença desses sinais nas obras de Blake. A tradição da dissidência, no caso, a dos Muggletonianos, poderia redundar em rotinas de obscurantismo (por acreditar que a razão seria algo venenoso e coleante: a árvore da Queda não havia sido aquela do Conhecimento do Bem e do Mal?) como poderia favorecer contestações e frutificar imaginários, a partir da noção de que Arte seria Vida. Thompson ponderava que não apenas as histórias política e econômica serviriam como “propaganda dos vencedores”, isso caberia também para a história intelectual e saudava que os simpatizantes ou seguidores de Ludowick Muggleton (seu funeral teria sido acompanhado por 248 pessoas) não constavam entre os vencedores da história porque não acalentaram essa ambição.

Ainda que se possa rastrear alguma proximidade (e posterior distanciamento) ao círculo de discípulos do pregador Emanuel Swedenborg ou à leitura de panfletos de seita, Thompson argumentava que Blake não seguia doutrinas; mas que tomava por sua conta ideias (sobre a Queda, a contradição entre a Moral Mosaica e o Evangelho Eterno, a querela da justificação pela fé ou pelas obras, a imputação de Cristo,

etc.) e imagens (serpentes, das quais derivam o aspecto escamoso de genitais humanos, árvores, demônios...) característicos do radicalismo cristão; mas que Blake manejava tal repertório à sua maneira, configurando-o como p(r)o(f)eta de um mundo em conturbação.

Efetivamente, William Blake figura como literato e artista gráfico (ilustrou obras suas, bem como outras, de John Milton e Mary Wollstonecraft) no cânone intelectual; entretanto, algumas de suas fontes de inspiração (inclusive, em seu matiz mais visionário) quedam desconhecidas; daí, o empenho do próprio Thompson em conseguir, em 1978, a conservação dos arquivos dos Muggletonianos na British Library.⁶

William Morris e Blake mereceram investigações sistemáticas de E. P. Thompson. No que concerne a Karl Marx (1818-1883), então, são inúmeras as referências feitas a ele por um dos principais articuladores da nova esquerda. Mas, e no que respeita a Giambattista Vico (1668-1744), qual a eventual influência em Thompson desse pensador napolitano? O objetivo deste esboço é tentar discutir alguns aspectos e elementos de tal questão. Pessoas que privaram do contato e da intimidade de Edward Thompson – como Eric Hobsbawm e Dorothy Thompson – endossam a visão que ele tinha de Vico, Blake, Morris e Marx como “antepassados” intelectuais. Os três últimos foram convertidos em temas ou causas para Thompson, valeram como manancial de testemunhos eloquentes, análises argutas, sínteses comunicativas e ânimo para o caminhar. Blake, Morris e Marx estão em epígrafes, citações, livros e ao longo da obra de Thompson. Mas, e o autor da *Ciência Nova*? E Giambattista Vico? Qual a eventual inspiração de um autor que já foi descrito como obscuro, barroco ou conservador? Muito está indicado na própria resposta de Thompson à pergunta sobre como e quando descobriu Vico:

Li Vico em Cambridge. Algo de Vico. Sua importância é que ele é um desses pensadores extraordinariamente férteis e contraditórios os quais – como Rousseau, de alguma maneira – congregam

⁶ THOMPSON, E. P. *Witness against the beast: William Blake and the moral law*. New York: The New Press, 1993.

em si todo um conjunto de possibilidades de desenvolvimentos intelectuais alternativos. Discussões na antropologia contemporânea, sociologia, história, economia e Marxismo podem todas ser rastreadas para um centro comum em Vico. Vico contém todas essas possibilidades, as mais importantes das quais foram então percebidas por Marx.⁷

Thompson estudou no Corpus Christi College da Universidade de Cambridge em meados da década de 1940, com interrupções para servir na 2ª Guerra. No outono de 1945, retomou os cursos do Bacharelado de Letras e Artes. É possível conjecturar quais seriam as fontes mais acessíveis de informação em língua inglesa sobre o filósofo napolitano: constante da série “Philosophical Classics for English Readers”, foi publicado em 1884 o volume *Vico*, da autoria do teólogo Robert Flint (1838-1910), professor em Edimburgo. Em 1911, veio a lume *La Filosofia di Giambattista Vico*, de Benedetto Croce (1866-1952), que em 1913 seria lançada em inglês com tradução devida a Robin George Collingwood (1889-1943). De 1946 é a publicação póstuma do livro *The Idea of History*, do mesmo R. G. Collingwood, título que já foi bastante utilizado como manual de Teoria da História e que continha capítulo específico sobre Vico, além de várias referências esparsas. Em 1944, foi editada *The autobiography of Giambattista Vico*, versão preparada por Thomas Goddard Bergin e Max Harold Fisch, contando com uma extensa e erudita “Introdução” escrita por M. H. Fisch. Sem ser exaustiva, essa lista rastreia alguns títulos da fortuna crítica sobre Vico que poderiam servir para os estudantes britânicos da década de 1940 como recursos de informação. Sim, mas qual eventual inspiração Vico pode ter exercido sobre Thompson?

⁷ “I read Vico at Cambridge. Some Vico. His importance is that he is one of these extraordinarily fertile and contradictory thinkers who – like Rousseau, in a way – contains within him a whole number of possibilities of alternative intellectual development. Arguments in contemporary anthropology, sociology, history, economics, and Marxism can all be traced back to a common theoretical center in Vico. Vico contained all these possibilities, the most important of which were then realized by Marx”. MARHO (Mid-Atlantic Radical Historians’ Organization). “Interview with E. P. Thompson”. In: *Visions of History*. New York: Pantheon Books, 1984. p. 18.

Uma nova cientificidade

O pensador nascido em Nápoles em 23 de junho de 1668 nem sempre foi viquiano. A voga à época era o cartesianismo. Ocupando a cátedra de Professor de Retórica, Vico era responsável por palestras que abriam alguns períodos letivos. Na *Oração Inaugural III*, proferida em 18 de outubro de 1701, há a caracterização de René Descartes (1596-1650) como um “filósofo que não teria sido modelado à imitação de nenhum outro”, isso pelas coisas “novas e dignas de admiração” que havia investigado e dito acerca do movimento dos corpos e das paixões d’alma, além de ter introduzido o método geométrico na doutrina física.⁸ O autor do *Discurso do Método* [1637] é mais um a compactuar com uma visão cética e irônica em relação à História, como na anedota que rebaixava o conhecimento dos eruditos de então frente ao que saberia a criada de Cícero na Roma de outrora. Os procedimentos dos cronistas não se adequavam aos preceitos de indução – pela incapacidade de reproduzir os fenômenos que estudavam – nem de dedução – os casos sugeriam amiúde mais o desmentido do que a confirmação da regra. Afora isso, toda uma série de casos figurados como lendários, improváveis ou mesmo falsificados serviam para o descrédito de tais investigações e textos; quando muito, poderia indicar uma arte, quase nunca uma ciência. Tal pirronismo insistia na incapacidade de a História sintetizar suas leis gerais e de expressá-las em uma linguagem clara e distinta.

As Dignidades IX e X da sessão “Elementos” em *Ciência Nova* [1744] – que tratam das noções de “certo”, “verdadeiro”, “consciência” e “ciência” – retomam argumentos primeiramente desenvolvidos em *De Antiquissima Italorum Sapientia ex Linguae Latinae Originibus Eruenta* (Sobre a revelação da antiquíssima sabedoria dos italianos, recuperável a partir das origens da Língua Latina), obra de 1710 em que Vico expunha o princípio do *verum et factum convertuntur*; ou seja, de que o “verdadeiro e o feito se equivalem”. Aliás, tal brocardo não é de formulação estritamente viquiana; servia aos escolásticos como advertência de que os

⁸ VICO, Giambattista. *Obras: oraciones inaugurales & la antiquíssima sabiduría de los italianos*. Barcelona: Anthropos, 2002. p. 30-31.

designios de Deus são insondáveis. A aceitação desses limites sugeria uma inversão de perspectiva e abordagem, qual seja, o desejo de conhecer a obra da própria Humanidade; tanto aquilo comum a diversos povos em diferentes épocas, quanto o que nos discernia da mera bestialidade. Do *verum ipsum factum*, Vico derivava uma teoria do conhecimento que, a depender do assunto em exame, poderia estabelecer autoridades (consciência) ou atingir verdades (ciência). Em *De Uno universi iuris principio et fine uno* [1720] e em *De Constantia iurisprudētis* [1721]; ou seja, em seu *Diritto Universale*, Vico pensava o “verdadeiro” nos termos de uma conformidade da mente à ordem das coisas, enquanto o “certo” era definido como a consciência a salvo de dúvida. Trata-se da persuasão pela autoridade da *ἀυτόψια* (de examinar com os próprios olhos). Por mais que as certezas configurassem autoridades, essas nunca poderiam pugnar com a razão, que seria eterna como a ordem das coisas. Do mundo astronômico, os homens poderiam desvendar certezas, como (no exemplo tomado de empréstimo a Isaiah Berlin) a consciência de que existe uma força de gravitação. Contudo, a verdade dessa ordem das coisas, saber por que isso assim ocorre, persiste como mistério ou como questão imprópria. Em relação ao mundo no qual o homem figurava como criatura, a natureza, o conhecimento possível seria o da verificação de certezas. No que atine ao mundo criado pelos homens, o mundo das nações, o conhecimento deveria almejar intuir verdades. Matizam-se, assim, os níveis da descoberta e da invenção.

Explicação do campo físico, compreensão do mundo da cultura... Didaticamente, talvez, isso seja válido; mas o pensamento de Vico apresenta elipses e “recursos”: a *Ciência Nova* se pretendia como crítica e racionalização de uma História que tinha sido feita pelos homens; entretanto, os homens poderiam ter seguido aí a luz providencial e a inspiração divina; ou seja, a certeza dos fatos e a verdade das obras teriam que conviver com arestas de mistério e crença. Como não cabe aos cérebros humanos perscrutar os limites de intervenção da Mente Divina – o quanto Deus acionaria a Providência nas questões das gentes –, algumas leituras de Vico o apreciam como um pensador revolucionário e audacioso, algumas o denunciam como religioso e conservador e outras, ainda, sublinham a riqueza de uma obra que inspira tal pluralidade

de interpretações. Na “Conclusão” de *Ciência Nova*, intitulada “Sobre uma Eterna República Natural, Ótima em cada uma das suas espécies, Ordenada pela Divina Providência”,⁹ Vico toma partido na chamada “Querela dos Modernos x Antigos” aludindo à veneração (comunicada pela Providência) dos doutos em relação à “sabedoria inatingível dos antigos” (§ 1111) ou sentenciando que, na tradição dos filósofos políticos, o príncipe seria “o divino Platão” (§ 1109), pela defesa da ordenação providencial das coisas humanas. Entretanto, a “História Ideal Eterna” de Vico cumpriria, pela dinâmica dos cursos / recursos, a imagem de uma espiral, que iria ampliando os raios de sua realização e adensando seus pontos e liames. A defesa do quadro geral da sabedoria dos antigos poderia acionar, na discussão de particularidades, argumentos extremamente modernos, como a supracitada caracterização da História como ciência do verdadeiro (no tocante ao mundo das nações) e, por conseguinte, como verdadeira ciência.

Uma das mais fortes dissidências de Vico foi, portanto, em relação ao pensamento de René Descartes. A prevalência da racionalidade sobre os sentidos ou a imaginação; a impressão de um choque entre a Física e a Metafísica no autor do “tratado sobre as paixões”; o critério de método assentado em uma gradação que privilegiava os fenômenos mecânicos e a linguagem matemática e que menosprezava os exames literários e culturais; a concepção de verdade advinda da ideia muito clara e distinta que se pudesse ter das coisas; a todos esses aspectos e elementos lidos como “cartesianos”, Giambattista Vico replicou com a reavaliação das faculdades imaginativas e de percepção; com a afirmativa de sua obra como uma “teologia civil”; com a noção do *verum ipsum factum* (a matemática podia ser verdadeira por tratar-se de uma convenção humana; sobre o mundo físico, entretanto, seria possível apenas o estabelecimento da autoridade observada nos

⁹ VICO, G. *Ciência nova*. Tradução de Jorge V. de Carvalho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. Optou-se, nesse caso, pela tradução de Jorge Vaz de Carvalho e pela edição portuguesa simplesmente pela enumeração dos parágrafos. A tradução do Prof. Marco Lucchesi para a edição brasileira, de 1999, da Editora Record deve-se ressaltar como trabalho de extrema erudição e energia, como altíssimo contributo à Historiografia e à Literatura.

fenômenos) e com o uso de uma alegoria encomendada a Domenico Vaccaro para servir de frontispício de sua obra e como meio de fazer o leitor ter dela noção, de conservá-la na memória e de internalizá-la pelo recurso da fantasia (para uma época em que o parâmetro de exposição era o das fórmulas “claras e distintas” de Descartes, o gesto de Vico de valer-se de uma imagem para melhor comunicar suas ideias era uma de suas provocações).¹⁰

O *De Antiquissima Italorum Sapientia...* já baliza a conjuntura de uma reorientação no pensamento de Vico frente às cogitações de Descartes. A obra era dedicada a Paolo Matia Doria, tratado como nobre varão, sapientíssimo e ilustríssimo filósofo; entretanto, o que se apresentava era a discordância em relação ao sistema cartesiano, do qual Doria seria um seguidor.

O “Capítulo I” do *De Antiquissima...* era aquele sobre o *verum ipsum factum*, afirmando-se que, para os latinos, “o verdadeiro e o feito são recíprocos” e que os escolásticos diziam serem “convertíveis”. Vico afirmava que propunha uma “metafísica acomodada à piedade cristã” que discernia, portanto, o humano e o divino. Assim, em Deus estaria a primeira verdade (da primitiva criação, das origens). A verdade seria, ainda, “infinita” e “exatíssima”, a querer expressar que a vontade divina havia criado o todo e tudo, contendo e dispondo dos elementos exteriores e interiores das coisas. A verdade divina, Vico comparava a uma imagem tridimensional dos objetos, uma vez que geraria os elementos que poderiam ser dispostos. A verdade dos homens seria aquilo que conhecem e fazem. Os homens só comporiam os elementos das coisas de uma maneira bidimensional, mais externa. Essa apartação seria entre a inteligência (divina) – pois Deus compreenderia dentro de Si a matéria e o espírito de todas as coisas – e o pensamento (humano), que parte de hipóteses, dividindo os problemas em ordens e graus, o que levou Vico a dizer que a “ciência humana parecia uma espécie de anatomia da obra da natureza”. Quanto mais

¹⁰ SALIBA, Elias Thomé. “Vico. Clássico das antinomias interpretativas da História”. In: *Temas & Matizes*. UNIOESTE, Nº 01, Julho 2001. p. 1-5 e BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: UnB, 1982.

imersas em matéria corpórea (ânimos, caprichos), menos certas seriam as ciências. O critério e a regra do verdadeiro é haver feito. Com esse aforismo, Vico descartava o padrão das “ideias claras e distintas” e o *cogito ergo sum*, pois sugeriam domínios além da possibilidade de inteligência humana: seria fácil saber “ser” pelo pensamento; impossível, para Vico, seria saber e definir o “ser” do pensamento, suas causas, suas origens. Um movimento ou mecanismo da glândula pineal não esclarecia o porquê de sua existência. Vico sintetizava tal pensamento (que, a essa altura e com isso, já começava a tornar-se “viquiano”) sentenciando que, *verum ipsum factum*, Deus saberia do “físico” e os homens do “matemático”. Isso, quinze anos antes da primeira edição de *Ciência Nova*, quando o “matemático” poderia, então, ser visto como feito do “histórico”.¹¹

Pode-se aquilatar o contraste entre Vico e Descartes a partir das maneiras como consideraram os antigos. No início de seu *Les passions de l'âme* (1649), Descartes sentenciava que qualquer esperança de aproximar-se das verdades sobre as paixões estaria condicionada ao afastamento dos caminhos seguidos pelos antigos e de sua “defeituosa” ciência que ensinara tão pouca coisa... em sua maioria, bem pouco digna de crédito.

O prefácio de *As paixões da alma*¹² foi composto por cartas trocadas entre Descartes e um seu interlocutor. Após várias conjecturas acerca da identidade desse(a) amigo(a), a hipótese prevalente é a de um estratagema do próprio Descartes para expor demandas, reclamos e reivindicações que poderiam soar excessivos se colocados na primeira pessoa. Na primeira dessas cartas, escrita de Paris e datada de 06/11/1648, o autor avaliava que o respeito tido pela Antiguidade era um erro a prejudicar o avanço das ciências.

De Descartes sobre os antigos, as ponderações mais influentes, porém, são aquelas de *Le discours de la méthode* (1637) em que o autor referia que a demasiada curiosidade tocante a coisas havidas nos sé-

¹¹ VICO, G. La antiquíssima sabiduría de los italianos. In: VICO, G. *Obras*. Barcelona: Anthropos, 2002. p. 127-192. t. 1.

¹² DESCARTES, R. *As paixões da alma*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

culos passados poderia redundar na larga ignorância sobre atos praticados na época presente.

A afirmação de Descartes como “moderno” corresponde à categorização de vários outros autores como “antigos”; em acepções que indicavam uma situação temporal de anterioridade, mas que também insinuavam o caráter de algo superado. A relação Modernos x Antigos era encarada por esse alistado nos contingentes de Maurício de Nassau, considerando-se o contato com os novos mundos e com os “povos selvagens”, bem como levando-se em conta que, às vezes, deslocar-se no espaço suscitaria a impressão de se “viajar no tempo”.¹³

O cerne do julgamento de Descartes estava em que os povos antigos ou selvagens não eram compreendidos a partir de parâmetros históricos ou culturais; mas pela universalização de valores dos grandes centros ou dos pequenos círculos da Europa. Quando Descartes (ou o autor da carta-prefácio) se referia, em *As paixões da alma*, aos “povos selvagens da América” – ainda satisfeitos com a sabedoria herdada de seus antepassados – isso servia à argumentação de que, tendo uma origem tão antiga quanto a europeia, teriam, entretanto, bem menos “facilidades para a vida”. A leitura cartesiana postulava que, se duas culturas ou dois povos contassem a mesma soma de eras, deveriam apresentar gradientes semelhantes de realizações e comodidades. O comparativo redundava aí em escalonamentos. As melhoras, acréscimos e inovações não só ocorriam, como, a partir de então, cabiam ser alçadas à condição de parâmetro.

A perspectiva de Giambattista Vico é outra e contrária. Em uma de suas “Dignidades” (XXXII, § 181), Vico ajuizava que a mente humana, ao fazer de si regra do universo, acabava por cair na ignorância. Isso, especificamente, ao tratar do “animismo”; mas podia ser estendido ao “anacronismo” ou até à denúncia de que o sistema cartesiano con-

¹³ François Hartog indica o quanto a “descoberta” do novo mundo iluminou os conhecimentos sobre antigas civilizações e como a figura do “selvagem” mexeu com o duplo antigo / moderno. Hartog assinala, ademais, a construção da ideia “nova” de que o “afastamento no espaço equivale à distância no tempo”. HARTOG, F. *Os antigos, o passado e o presente*. Tradução de Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José O. Guimarães. Brasília: UnB, 2003.

fundia o lógico com o psicológico (“claro” e “distinto” podem ser tomados mais como medidas subjetivas, do que índices objetivos).

Acerca dos contatos com o novo mundo e do quanto isso poderia servir para iluminar a vida dos antigos, Vico fazia menção expressa ao Brasil; mas calculava que os livros dos viajantes procurariam enfatizar histórias monstruosas como artifício para suas vendas, isso no que concernia à suposição de serem esses povos sem Deus. Considerava, portanto, que tais gentes não escapariam às regras de possuir alguma ideia de divindade, de promover matrimônios solenes e de cultuar os seus mortos.

A sutileza avassaladora de Vico está em considerar que tais constâncias não se processariam de uma única maneira. Trata-se de um encômio à pluralidade dos costumes e modos de vida. Quando admitia para a organização dos feitos das nações gentílicas (caldeus, citas, fenícios, egípcios, gregos e romanos; embora Vico concentrasse nos dois últimos sua análise e daí extraísse a maioria de seus exemplos) a cronologia do doutor Marco Terêncio Varrão – que dividia os tempos em “obscuros”, “fabulosos” e “históricos” –, Vico entendia que cada uma dessas idades (a dos deuses, a dos heróis e a dos homens) deveria ser estimada a partir de sua própria poética e das realizações possíveis a cada uma. Os inícios das histórias dos povos pagãos seriam pós-diluvianos, de cerca de 800 anos após a origem dos hebreus. Assim, a cronologia defendida por Vico era a dos 6.000 anos da História Sagrada. As pretensões de maior antiguidade de chineses ou egípcios eram objetadas pela citação de passagem de Diodoro Sículo acerca da vanglória das nações, bem como pela denúncia de que a linguagem de tais gentes (de ideogramas e hieróglifos) corresponderia, ainda, à fase “heroica”. Some-se a isso, o que Vico considerava uma vaidade dos doutos, qual fosse, a de pretender que a sua “sabedoria seja tão antiga quanto o mundo” (§ 127); daí, o orgulho manifesto de Vico pelo esforço em tentar compreender as fábulas, as tradições, o senso comum e os falares vulgares a partir de suas circunstâncias e percursos.

A tentativa de entender os modos de pensamento na aurora da Humanidade, Vico afirmava ter-lhe consumido vinte anos de árduos trabalhos, pois seria preciso avaliar mitos e fragmentos de acordo com

a linguagem daquelas primeiras gentes; e não a partir dos padrões de uma civilidade contemporânea ao autor. Na parte do “Método” (§ 338), G. Vico destacava o esforço de “descer” às naturezas humanas mais ferozes; enfim, de tentar entender o funcionamento do “vocabulário mental” (conforme expressão do autor de *Ciência Nova*) das primeiras gentes. Mesmo que a fórmula – a de “descer” de uma realidade de então a outra de antanho – ainda comunique níveis, ao menos, a intenção é aproximativa e de compreensão. O diagrama dos cursos / recursos advertia, ademais, que a passagem dos tempos não bastava como garante de um desenvolvimento indefinido, uma vez que as eras de barbárie ou de dissolução espreitariam nos horizontes divisados dessa espiral. Além disso, o diagrama viquiano calhava como reconhecimento de que, nos inícios do mundo civil, os homens foram capazes de grandes feitos. Agora, tal “grandeza” só poderia ser aquilatada se tais fatos (como a cognição de algo superior aos homens e à natureza, o estabelecimento de conatos) fossem percebidos a partir de seus contextos originais.

Na “Dignidade” XIV dos “Elementos”, Vico discutia a noção de “natureza das coisas”, propondo que a expressão fosse entendida como o seu “nascimento em certos tempos e em certas circunstâncias”. As ocasiões em que os homens tiveram que amansar as selvas, cuidar do necessário e ser cruéis não deveriam ser julgadas pelos padrões de quando os povos habitavam cidades, deleitavam-se com prazeres e possuíam uma natureza delicada, nem vice-versa. Trata-se de um elogio da perspectiva histórica.

Edward Thompson, na supracitada entrevista à MARHO, teceu comentários e procurou esclarecimentos respeitantes ao senso de historicidade e aos valores do historiador. A questão se referia às suas principais motivações para o trabalho e a escrita, se tendiam para a fruição e regozijo pessoais ou se envolviam compromissos mais amplos.

A resposta de E. P. Thompson inquiria até que ponto uma pergunta como tal seria necessária e apontava para duas potenciais armadilhas: 1) a prédica segundo a qual os verdadeiros historiadores seriam aqueles isentos de causas e comprometimentos; 2) a alegação de que não haveria verdades na história, na medida em que, de direita

ou de esquerda, toda produção podia ser desancada como “ideológica”; ou seja, o problema enfrentado por Thompson era o de sustentar que os valores do pesquisador não “comprometeriam” os procedimentos e resultados de uma disciplina de “distanciamento e objetivação”, bem como o de garantir a existência da História como área do conhecimento.

O termo “distância” indica dois recortes. O primeiro é o do historiador em relação ao passado estudado (que possui o seu estatuto existencial). Os fatos desse passado não estão isolados; decerto, mas isso não equivale a supor que estejam integrados em ordens de identidade e de continuação. Mesmo se especializando em estudos do século XVIII inglês, Thompson advertia sobre as marcas dessa distância. O processo histórico apresentaria características e problemas peculiares aos contextos e desenvolvimentos. Ao tratar de assuntos como a “venda de esposas”, Thompson dizia pretender examiná-lo a partir dos termos e costumes próprios à época e dentro do conjunto mesmo de suas relações. O importante seria evitar aí a intromissão de todo um conjunto de convicções prévias. A segunda “distância” seria, pois, aquela dos “significados”. Depois de apresentadas as informações e evidências, podia o historiador tecer comentários acerca dos valores em jogo. Ao deslocar para a “conclusão” do trabalho o momento de o(a) historiador(a) melhor esclarecer os posicionamentos seus, Thompson acaba por deixar sem maiores indicações o peso de tais valores em outras etapas e procedimentos da investigação, na proposição do problema, na sistematização das evidências, nas interlocuções historiográficas, etc. Todavia, as pesquisas históricas podiam sempre ser submetidas ao crivo do “tribunal de recursos” da disciplina. Os esforços de heurística (inventário e sistematização das fontes), os inquéritos das evidências e as indicações teóricas, as linhas de análise e os pontos de síntese, tudo isso podia ser alvo da crítica ou do desmentido. Caso um(a) historiador(a) conduzisse seu trabalho – o qual seria, também, conforme indicado em *A miséria da teoria*, um “discurso de demonstração” – de forma parcial ou equívoca, isso deveria ser apontado.

Outra “Dignidade” de G. Vico que, eventualmente, pode ter inspirado reflexões de E. P. Thompson é a que respeita às precauções

contra o que, comum e posteriormente, foi definido como “anacronismo”. Na sessão “Dos Elementos” (§ 122), o filósofo napolitano avaliava: “Outra propriedade da mente humana é que, quando os homens não podem fazer qualquer ideia sobre as coisas longínquas e desconhecidas, avaliam-nas a partir das coisas que lhes são conhecidas e presentes”.¹⁴ Vico identificava aí a fonte inesgotável de inúmeros erros (no caso, específico, interessavam-no aqueles concernentes às origens da humanidade).

De fato, esse alerta é contra uma via do pensamento anistórico que poderia chamar-se idealista e que compara e comensura o passado a partir do que é contemporâneo ao observador. Outra via seria a nostálgica, cujo empenho é o de organizar o presente em coerência com fórmulas herdadas dos antepassados. A condição para tais visões é a pressuposição da continuidade de uma unidade. Em *Miséria da teoria*, Edward Thompson criticava Louis Althusser justamente por uma figuração em que o processo seria engolido pela estrutura; ou seja, aquela seria uma Filosofia que não levaria na devida conta e importância as transformações, distâncias, possibilidades e imprevistos das relações de atuação dos homens através dos tempos e de transpasse do tempo através dos homens.

A *Ciência Nova* de Giambattista Vico preconizava, ademais, a articulação dos inquéritos filológicos e das meditações filosóficas. Vico definia como “filólogos” (§ 139) todos os gramáticos, críticos e historiadores, ocupados na cognição das poéticas do senso comum e capazes de asseverar autoridade (certo) acerca dos costumes de diferentes povos. Os filósofos deveriam tentar intuir o caráter e a ordenação (verdadeiro) de tais indicações. Essa era a maneira de tratar a discussão entre generalistas e especialistas. Vico ajuizava falhas recíprocas: falhavam os filósofos por ignorar as análises dos filólogos; malogravam estes por desconhecer as tentativas de sínteses daqueles. A saída de Vico não seria um meio-termo, o afã era de integralidade. Em *Miséria da teoria*, E. P. Thompson frisava como característico da “lógica histó-

¹⁴ VICO, G. *Ciência nova*. Tradução de Jorge V. de Carvalho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p. 106.

rica” o diálogo entre “evidências” e “conceitos”, ou seja, entre as fontes de informação sobre uma realidade outra e os termos de exame e interpretação aí empregados. Caso a História fosse percebida como movimento e transformação, não seria procedente que os conceitos analíticos quedassem estáticos. As imprecisões de Thompson visavam às leituras que tendiam a querer congelar processos sociais fluidos. A “lógica histórica” operaria a partir da colocação de um problema (nesse sentido, Thompson advertia que, ainda que se pudesse fazer qualquer pergunta, apenas algumas seriam adequadas), pela proposição sucessiva de hipóteses e pela efetivação da pesquisa empírica; isso, não como uma sequência; mas como empenhos simultâneos de “mentes treinadas em uma disciplina de desconfiança atenta”, como escreveu Thompson no capítulo “Os Filósofos e a História”. Quando Giambattista Vico, na quadra do primeiro Setecentos italiano, mirava as relações entre Filosofia e História, sua intenção era a de tentar generalizações e “verdades” a partir de feitos particulares. Quando Edward Palmer Thompson tratou desse assunto, na confrontação com hierarquias e doutrinas partidárias nas circunstâncias da Guerra Fria, seu intento era o de mapear “peculiaridades” e exceções à regra.

Vico e Marx

A transcrição da entrevista de E. P. Thompson com M. Merrill apresentava recursos de erudição, como o acréscimo de notas de rodapé. Ao final do trecho supracitado, os editores da MARHO inseriram tal aporte crítico para apresentar, sucintamente, Giambattista Vico – “filósofo italiano do século XVIII, autor de *New Science*” – e para frisá-lo como um precursor para pensadores materialistas como Marx. Em *Das Kapital. Kritik der politischen Oekonomie* (impresso em Hamburgo, em 1867, no prelo de Otto Meissner) no capítulo “Maschinerie und grosse Industrie”, Karl Marx fazia referência a Vico em nota de pé de página, na qual, aludia, ainda, à atenção despertada pelos estudos de Charles Darwin no tocante ao desenvolvimento na flora e fauna de instrumentos para a preservação da vida. Ao preconizar a urgência de investigações sobre os “órgãos produtivos do homem”, o filósofo de Trier evocava uma leitura de Vico que in-

sistia na distinção entre a história civil e a natural; na medida em que os homens seriam autores da primeira, mas não da segunda.

Trecho de *O capital* em que Karl Marx mencionava a Vico:

[...] Uma história crítica da tecnologia mostraria que dificilmente uma invenção do século XVIII pertence a um único indivíduo. Até hoje não existe essa obra. Darwin interessou-nos na história da tecnologia natural, na formação dos órgãos das plantas e dos animais como instrumentos de produção necessários à vida das plantas e dos animais. Não merece igual atenção a história da formação dos órgãos produtivos do homem social, que constituem a base material de toda organização social? E não seria mais fácil reconstituí-la, uma vez que, como diz Vico, a história humana se distingue da história natural, por têmos feito uma e não têmos feito a outra?¹⁵

Giambattista Vico afirmou, em mais de uma ocasião (conferir § 349, § 1108), que o mundo civil teria sido feito pelos homens. Aliás, considerava esse como o “primeiro princípio não questionado” de sua teoria. Uma das passagens (quicá, a mais célebre ou eloquente) de *Ciência Nova* (§ 331) em que Vico fazia alusão ao tema da agência humana é a seguinte:

Mas, nessa densa noite de trevas de que está coberta para nós a primeira antiguidade, aparece esta luz eterna, que não declina, esta verdade, que de modo nenhum se pode pôr em dúvida: que este mundo civil foi certamente feito pelos homens, pelo que se podem, porque se devem, descobrir os princípios dentro das modificações da nossa própria mente humana. O que, a quem quer que nisso reflecta, deve causar admiração, como todos os filósofos se esforçaram seriamente por conseguir a ciência deste mundo natural, do qual, porquanto Deus o fez, só ele possui desse a ciência; e negligenciaram meditar sobre este mundo das nações, ou seja, mundo civil, do qual, porque o haviam feito os homens, dele podiam os homens conseguir a ciência.¹⁶

¹⁵ MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d. p. 425. (Livro I. O processo de produção do capital).

¹⁶ VICO, G. *Ciência nova*. Tradução de Jorge V. de Carvalho. Lisboa: Fundação Calouste

Talvez, a influência de Vico possa ser entendida a partir da utilização bastante livre de sugestões suas. Karl Marx sublinhou do autor de *Ciência Nova* a diferenciação entre os domínios da história das nações e os do mundo físico (nos termos de *O capital*, “história dos homens” e “história natural”, respectivamente). Edward Thompson notava que, a partir de Vico, poder-se-ia enveredar por caminhos diversos, algumas vezes bastante contrastados. O elogio aí seria extensivo a Marx, que, segundo Thompson, teria atinado para as mais importantes aportações do Professor de Retórica da Universidade de Nápoles, o qual, por sua vez, havia-se definido, em sua *Vita di Giambattista Vico scritta da se medesimo* (1725-1728), como um “fanciullo maestro di se medesimo”, ou seja, como alguém que, desde novo, teve de tornar-se “mestre de si mesmo”.¹⁷ A nota de rodapé em *Visions of History* (cuja edição ficou a cargo de Henry Abelove, Betsy Blackmar, Peter Dimock e Jonathan Schner) tratava de Vico, mas, muito marcadamente, pelos olhos de Marx, pela ênfase na conjectura de que seria mais fácil entender a sociedade (feita pelos homens) do que compreender o universo (obra de Deus). Ademais, caracterizava-se a Vico como um predecessor para pensadores materialistas.

A citação mais direta de Karl Marx a Giambattista Vico é aquela da já referida nota de pé de página de *O capital* em que aludia à atenção despertada pelas observações de Charles Darwin – Marx remeteria, em 1873, ao autor de *A origem das espécies* um exemplar de *O capital*, afirmando-se, na dedicatória, como um “admirador sincero”¹⁸ – e lembrava a diferença viquiana entre a história humana e o mundo natural, pelo fato de os homens terem feito a primeira, mas não a segunda. Marx tratava tal diferença nos termos de uma “facilidade”; o que não condiz exatamente com a perspectiva de Vico, que assinalava a certeza e a verdade como conhecimentos distintos, não pelo grau, mas pelo gênero. As outras alusões a Vico feitas por Marx remontam à sua cor-

Gulbenkian, 2005. p. 171-172.

¹⁷ VICO, G. *Autobiografia - poesia - ciência nova*. 3. ed. Milano: Garzanti, 2006. p. 14.

¹⁸ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 76.

respondência e servem, à falta de outros subsídios, como *terminus a quo*, como sugestão do marco mais remoto do conhecimento de Marx acerca do filósofo e verzejador napolitano. Em 28 de abril de 1862, em cartas dirigidas a Engels e a Ferdinand Lassale, Karl Marx evocava passagens do autor de *Ciência Nova* para, respectivamente, fazer piadas com o linguajar dos jornais alemães (que nada ostentaria de “heroico”) e para alfinetar um livro do próprio Lassale, acerca do *Sistema de Direitos Adquiridos*.

As divergências de Marx e Lassale podem ser resumidas como aquelas acirradas entre comunistas e social democratas. Marx troçava o aparente desconhecimento de Lassale acerca de um autor importante para o assunto em tela, recomendava a leitura de *La Science Nouvelle*, especificando, inclusive, qual seria a edição mais indicada, a parisiense, de Charpentier Editeur, de 1844 (um século, portanto, após a edição definitiva de Felice Mosca). Afora a tradução para o francês feita pela condessa Christine Belgiojoso – quase anônima, já que referida apenas como da mesma autoria que o *Essai sur la formation du Dogme Catholique* – havia outra, até mais antiga (e livre), de 1827, assinada por Jules Michelet, que entronizava Vico como seu único mestre...

A ideia de que os homens fizeram e fazem o mundo das nações destaca a importância de todos e de cada um. Dos “gigantes”; mas não só. De pais; bem como de seus clientes e fâmulos. De mulheres e crianças. De nobres e de plebeus. De monarcas e súditos. Dos povos entre si. A História de Vico não se circunscrevia ao campo da política ou às personagens que exerciam alguma espécie de liderança. Zenão e Epicuro (defensores, respectivamente, do fado e da casualidade) eram refutados por Vico, seguindo o raciocínio de que os homens ao buscarem a satisfação de fins restritos e particulares acabavam por ser convertidos em meios para a finalidade mais ampla de se conservar a vida humana na Terra. Tal ideia – da “agência”, dos homens como autores da história do mundo civil – estaria imbricada à defesa da possibilidade de um conhecimento de suas motivações e verdades, conforme o aforismo que postulava a equivalência entre o verdadeiro e o feito. Em uma “passagem áurea” de *Ciência Nova* (§ 349), Giambattista Vico asseverava que “quando acontece que quem faz as coisas é o mesmo que as narra, não pode aí ser mais certa a

história”. Entretanto, alguns autores¹⁹ indicam que o entendimento de Marx tocante à ideia de “fazer” a História não seria correspondente ao de Vico. Neste, esse “fazer” informaria sobre uma poética, um tipo de imaginação. Fazer como conceber. Fazer como fábula. Em Marx, por sua vez, “fazer” comunicaria uma prática, uma concretude. Fazer como produzir. Fazer como fábrica. A observação soa exagerada, pois um sentido prevalente não deve ser tomado como único. Ademais, as civilizações náuticas, as do arado, a arquitetura, a medicina, a diplomacia e a arte da guerra, os comércios, altares e sepulturas, os alfabetos... o que Vico denominava “hieróglifos”, tudo isso era feito apenas como fabulação?

A caracterização de Vico como ancestral do materialismo deriva, em larga medida, de indicativos do próprio Marx, mais especificamente, sobre a distinção entre os domínios do mundo físico e aqueles da vida social. Da noção de que o feito e o verdadeiro seriam equivalentes advinha a defesa da necessidade e possibilidade de estudos concentrados nos assuntos e problemas humanos.

Outros pontos da análise viquiana, contudo, podem ser pensados em interlocução com o marxismo. Talvez, os mais efetivos sejam aqueles concernentes ao conflito patrícios x plebeus e à especificação entre os trabalhos corpóreos e os mentais, examinados a partir do caso romano, em sua época dita heroica. As tensões entre nobres e clientes remontavam às circunstâncias em que gentes errantes pediram abrigo a chefes e possuidores. Em troca de tais tugúrios, esses fâmulos deveriam servir nas guerras e pagar quinhões. Vico referia-se, além disso, a castigos físicos, nos moldes dos sofridos por “vilíssimos escravos”. A arena para tais contendas foi a jurisprudência, com leis agrárias tendentes a garantir a posse em vida e, após a morte, o direito de legar herança. Não custa identificar na relação patrícios x plebeus (título, aliás, de um capítulo de *Senhores & Caçadores*, livro de E. P. Thompson, de 1975) um exemplo da ideia de “luta de classes”, fundamental para os desenvolvimentos do materialismo.

¹⁹ David Lachterman, Terence Ball e Arshi Pipa; o primeiro, principalmente. TAGLIACOZZO, G. (Org.). *Vico y Marx: afinidades y contrastes*. Tradução de Sadie Ordiales de la Garza. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

Ao tratar das idades do mundo das nações – dos deuses, heróis e homens – Vico já havia recorrido ao símile com as fases da vida: infância, juventude e maturidade. Voltou a valer-se da alegoria entre organismo e sociedade ao tratar da configuração das antigas repúblicas romanas, dizendo-as compostas por mente (“uma ordem de sábios”) e corpo (“cabeça e outros membros inferiores”). Delineavam-se, assim, as esferas dos usos da sabedoria civil e aquela das artes e ofícios. Derivava daí a propriedade segundo a qual cabia à mente comandar e ao corpo servir.

Os trechos em que Karl Marx e Friedrich Engels meditaram sobre as discrepâncias entre os trabalhos físicos e intelectuais (agravadas sob o modo de produção burguês) estão entre os mais autobiográficos em sua obra. Cabia considerar que “classe” não se definiria, prioritária ou somente, pelo critério econômico. Marx e Engels não vinham “de baixo”! Caso tenham-se aliado a esses é porque, em um primeiro momento, consideraram-se “Justos”, do nome da Liga fundada anteriormente ao Partido Comunista. Outro item era o de que as visões prevalentes em determinada época e sociedade seriam, principalmente, aquelas das “classes dominantes”. Some-se a isso, o quanto seria difícil para quem exercia ofícios braçais entender os mecanismos de espoliação acionados pelas relações de trabalho estabelecidas. Mais difícil ainda seria expor os entendimentos e as reivindicações da classe de acordo com as praxes filosóficas ou em conformidade com os trâmites políticos. A alternativa ao que se avizinhava como aporia estava em considerar a ação de “dissidentes”; de alguns que tiveram acesso à tradição filosófica (lembrar que Marx era egresso da mais prestigiosa Universidade alemã e autor de uma Tese de Doutorado sobre Lucrécio e Epicuro), a um tempo que pudesse ser destinado aos estudos ou mesmo a uma dieta mais rica. Caberia, nesse sentido, evitar ranços de paternalismo e elitização dos “intelectuais” em contatos e relações com trabalhadores físicos ou fabris.

Edward Thompson defrontou-se com as polarizações entre os ofícios físicos e os intelectuais em sua vivência, iniciada em 1948 e conservada por mais de 15 anos, no Departamento de Estudos Extramuros da Universidade de Leeds que, nas décadas de 1950 e 1960, era um dos maiores da Inglaterra, atuando em articulações com a WEA

(Workers' Educational Association), Associação Educacional dos Trabalhadores. Em cursos de História e Literatura no âmbito de Programas de Educação de Adultos, Thompson salientou o quanto o trabalho em sala de aula e para além dela deveria ser um processo mútuo de ensino e aprendizagem; denunciou os hiatos entre educação e experiência, bem como os laivos de paternalismo ou receio em relação à cultura popular; criticou o entendimento da educação como apenas um meio de mobilidade social e desnaturalizou a associação entre sucesso, prestígio profissional e valor humano. Em palestras como “Educação e Experiência”,²⁰ discutiu, ainda, outras possíveis armadilhas suscitadas por esse quadro: o anti-intelectualismo, que seria uma reação a um tipo de instrução manipulativa que não diferia muito dos interesses de classe e dos intentos de controle social; e algo como a tentação de supor que pessoas das classes baixas não comporiam boas classes de aula e daí o nivelamento por baixo de exigências e padrões.

O rigor de E. P. Thompson como professor pode ser rastreado a partir de testemunhos que contam sobre críticas de 350 palavras para um artigo de 500, como o de Kathleen Hey, da classe de Literatura de Cleckheaton. Em sala, diz-se que Thompson estimulava os debates e enfatizava as discussões de textos; mas não declinava diante de alegações referentes à dificuldade dos(as) estudantes para a escrita. A melhor maneira de lidar com tal situação parecia ser por meio do enfrentamento de produzir textos. Some-se a isso, o fato de que Thompson convidava, para comentar os seminários dos(as) estudantes, historiadores como John Saville, Asa Briggs, Royden Harrison, Eric Hobsbawn, Raphael Samuel e Keith Thomas, alguns dos quais haviam sido seus companheiros no grupo de King Street, capitaneado por Dona Torr. Livros decisivos, como *William Morris e A formação da classe operária inglesa* foram escritos a partir da vivência como profissional engajado na educação de adultos. Alguns dos documentos analisados por ele em suas pesquisas eram repassados aos discentes, que eram também encorajados a compor os seus próprios repertórios de fontes. Nas palavras de quem privou do contato de

²⁰ THOMPSON, E. P. Educação e experiência. In: THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 11-47.

Thompson como professor, ressaltam-se os termos entusiasmo e estímulo. Um relatório interno de Leeds, de novembro de 1949 (dos inícios, portanto, de sua atividade docente), qualificava o trabalho de Thompson como completamente de primeira-classe (“quite first-class”).²¹

Adultos, trabalhadores, interioranos e pobres não deveriam merecer uma educação frouxa ou improvisada, nem se deveria avaliar seu mérito próprio em estreita correspondência com conquistas no campo profissional. Esse seria outro desdobramento perverso da lógica burguesa, a alegação de que as possibilidades de mudança de vida estariam abertas à competência (radicalmente próxima à competição), à oportunidade e ao merecimento. Assim, problemas sociais poderiam ser tidos como deficiências dos indivíduos, rotulando-os com a pecha do fracasso ou da incapacidade. Se Thompson teve que encerrar uma palestra, em 1968, evocando o chavão segundo o qual o engajamento em processos educativos deveria lembrar que professores e universidades não apenas ensinam, mas também aprendem; cabe meditar acerca dos motivos pelos quais isso soa, ainda hoje, como clichê; embora, mantenha sua urgência e pertinácia. Agora, a valorização da “experiência” dos(as) estudantes – e, aqui, não só de adultos, que era a referida por Thompson – não significa menoscabo da formação e também da “experiência” de docentes. E as reações de Thompson a reclamos que ele definia como de “simplificação” não eram amistosas. Como também não o foram suas reações a dados padrões e perspectivas do modelo “produtivista” das Universidades, conforme consignado em textos como *Warwick University Ltd.* e *Against “University” Standards*.

A polaridade entre os trabalhos físicos e os intelectuais no plano mais amplo da História como “processo” incidiria em discussões acerca dos raios e potenciais de ação e tocantes ao conceito de “experiência”. A “agência” em Thompson é humana. Não é restrita a uma classe, partido ou povo. Envolve desejos individuais, condições particulares de vida e condicionamentos da sociedade. Haveria, sempre, frustração,

²¹ SEARBY, P.; RULE, J.; MALCOLMSON, R. Edward Thompson as a teacher: Yorkshire and Warwick. In: RULE, J.; MALCOLMSON, R. (Ed.). *Protest and survival: the historical experience, essays for E. P. Thompson*. London: The Merlin Press, 1993. p. 1-23.

dada a distância entre o afã e o feito. Mas daí adviria a ressurgência de continuar. Caso a História fosse um processo, em Thompson, ela teria um sujeito. Entendê-la sem isso, seria, como na crítica feita a Althusser, acreditar meramente no destino. O estruturalismo afigurava-se danoso a Thompson por indicar uma negação da História: os homens apareciam como escravos de estruturas e funções inamovíveis e até inconscientes. Subordinar trabalhadores a intelectuais seria duplicar opressões. A noção que aparece cara a Thompson era a do “termo ausente” no vocabulário da Ciência Política e da Crítica Econômica, liberal ou marxista: “experiência”, informando que a luta de classes era travada, também, como uma contenda entre valores. *Miséria da teoria*, em certo sentido, é um livro respondendo a três críticas, a de historicismo, a de empirismo e a de moralismo. O método dessa resposta foi mostrar que os termos não tinham um único e invariável sentido; enfim, voltava contra os adversários as armas da lógica histórica, do discurso de comprovação alicerçado no diálogo entre evidências e categorias analíticas e da percepção de que a esfera econômica não contemplava completamente os anseios.

História como processo

A principal referência a Giambattista Vico na obra de E. P. Thompson, quiçá, seja o início do Capítulo XI de *A miséria da teoria*,²² dedicado ao debate da relação estrutura *versus* processo. Vico é dito, uma vez mais, como “precursor do materialismo histórico”; isso, pelo

²² THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001. Os professores Ricardo Gaspar Müller e Sidnei J. Munhoz, em capítulo de *Historiadores de nosso tempo*, Antonio Luigi Negro, Alexandre Fortes e Paulo Fontes, na edição de *As peculiaridades dos ingleses* já indicaram que a edição brasileira de *A miséria da teoria* concentrou-se na polêmica com Louis Althusser – cujos dois livros atacados por Thompson (*A favor de Marx* e *Ler O capital*) eram impressos, no Brasil, pela Zahar Editores, que teria enxergado na publicação de *A miséria da teoria* uma boa jogada publicitária e comercial. A edição inglesa, de 1978, da Merlin Press, incluía os artigos “Outside the whale” (1960), “The peculiarities of the english” (1965), “An open letter to Leszek Kolakowski” (1973), além de “The poverty of theory: or an Orrery of Errors” (1978), no qual os capítulos aparecem apenas numerados em romanos, sem título.

seu entendimento de uma suposta lógica em que os acontecimentos não se reduziriam à soma das vontades e dos objetivos individuais. Em sua polêmica contra estoicos e epicúreos – os quais, respectivamente, percebiam as coisas como obra do destino ou como reino do acaso – Vico enfatizava as ideias 1) de que os homens fazem a História com inteligência, 2) que operam a partir de escolhas e 3) que os resultados de sua ação apresentam certas regularidades. Thompson valeu-se da citação de um trecho da “Conclusão” de *Ciência Nova* nem tanto para compactuar com as linhas de interpretação sobre intenção ou inteligibilidade da História; mas, pela maneira como Vico desenvolvera a noção de processo: os homens fazem a História; mas a partir de relações conflituosas entre o mundo das nações e entre as gentes (pais / filhos, patrícios / plebeus, povos livres / monarcas, como cita Thompson) mas, também, dos indivíduos contra ferozes impulsos, velhos de antes da grande noite da Humanidade.

Thompson evocou Vico; mas algo sugere desconforto. Considerar a História como processo que não ocorreria de forma aleatória, nem estaria previamente determinado era congruente com a noção de *práxis* e com a motivação para os agentes. O diagrama de Vico, porém, contemplava, ainda, uma dimensão metafísica (com a Luz da Providência) e outra divina. Então, mais do que sujeitos, talvez, os homens pudessem estar sujeitados a algo maior. Tal consideração não seria oportuna em uma polêmica concentrada nos valores da “possibilidade” (a História é um processo no qual os homens atuam em um campo de alternativas) e da “necessidade” (a História é um sistema, objeto de leis e com desenrolar prefigurado). O contraste entre as visões da História como “estrutura” ou como “processo” desdobra-se em conjecturas acerca dos níveis de “determinismo” e “liberdade” (por conseguinte, responsabilidade) e tem consequências, não apenas no âmbito da militância política ou social; mas que atinem às próprias maneiras de ser (ou de, meramente, estar) no mundo. Mobilização e entusiasmo *versus* alheamento e presentismo.

A esgrima intelectual de Edward Thompson contra o “planetário” de Louis Althusser concernia, justamente, a uma leitura que difundia o materialismo histórico como uma teoria fechada da História (o que favoreceria a influência dos que supunham antecipar situações e desdobramentos futuros). Em oposição a ditos sistemas explicativos,

Thompson procurou acentuar o materialismo histórico como uma concepção de História, entendida como ação humana no tempo e com a natureza, bem como área do conhecimento. Existem, efetivamente, sugestões e dúvidas referentes a se, em Marx e Engels, a História seria um processo ou um destino (dependendo-se, amiúde, do emprego de uma palavra como “direito”, que foi o exemplo referido por Thompson em *A miséria da teoria*). Thompson defendia interpretações que matizassem o campo de possibilidades, o leque de alternativas, e que instigassem os afetos e os esforços. O que lhe seria reprovável, contudo, seriam os aproveitamentos de uma Teoria da História (não de Marx; mas, de Althusser) que “não se submete, em nenhum momento, à disciplina histórica, ao discurso da comprovação próprio do historiador”.²³

Vico foi referido por Thompson como um ancestral do materialismo devido a sua percepção da “lógica do processo”. É possível que o autor que, em uma de suas “Dignidades”, preconizou a articulação entre os exames filológicos e as reflexões filosóficas favoreça, outrossim, a compreensão da “lógica da história”, em seu sentido de ofício investigativo e de interpretação, assunto do Capítulo VII de *A miséria da teoria*.

Thompson reconhecia que a diversidade dos modos de escrita da História, a variedade de técnicas, a disparidade das temáticas e as controvérsias e contestações tocantes aos resultados das pesquisas; tudo isso podia contribuir para que a defesa da “lógica histórica” fosse motivo de pilhéria entre os praticantes de outras áreas do conhecimento. A expressão devia servir para designar uma “coerência disciplinar”, um “discurso de demonstração”, um “tribunal de recursos”, um “método lógico de investigação adequado a materiais históricos” e para assinalar a distinção dessa lógica característica em relação à “lógica física” e à “lógica analítica”. Alegar tal diferença não equivalia a imbuir qualquer senso de inferioridade: se a História não operava como um laboratório nem se deixava decifrar ou predizer por abstrações inelásticas, isso indicava complexidades particulares aos conhecimentos das Humanidades; mormente, naquele em que os “fatos” seriam percebidos a partir de

²³ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 108.

“evidências” e no qual se exercitavam discussões sobre “valores”. Some-se a isso, a atenção necessária às dimensões temporais. Não que o tempo (ou seu transcurso) fosse entendido como sujeito; mas era percebido como índice a partir do qual a agência transformadora e criativa dos homens poderia ser aquilatada.

A lógica da história seria a da historicidade de suas categorias, o que, no caso do materialismo histórico, envolvia o cuidado em situar os termos definidores a partir de suas situações e contextos específicos, como também a intenção de testar, na ação política e social, a pertinência dessas interpretações. Em trecho de *A miséria da teoria*, E. P. Thompson avaliava que:

A explicação histórica não pode tratar de absolutos e não pode apresentar causas suficientes, o que irrita muito algumas almas simples e impacientes. Elas supõem que, como a explicação histórica não pode ser Tudo, é portanto Nada, apenas uma narração fenomenológica consecutiva. É um engano tolo. A explicação histórica não revela como a história *deveria* ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma “lei”, nem são os “efeitos” de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo. E assim por diante. E muito mais. Nosso conhecimento pode [não] satisfazer a alguns filósofos, mas é bastante para nos manter ocupados.²⁴

Edward Thompson pontuava que sua aproximação com o marxismo passou ao largo dos textos mais didáticos (como o *Anti-Duhring* ou

²⁴ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 61. Itálico no original. Acréscimo entre colchetes acorde com a edição inglesa: “Our knowledge may not satisfy some philosophers...”. THOMPSON, E. P. *The poverty of theory & other essays*. 2. ed, London, Merlin Press, 1979. p. 242.

Grundrisse), tendo ocorrido, contudo, por meio da leitura de extratos da correspondência entre Marx e Engels, editada por Dona Torr, articuladora do grupo de historiadores do partido comunista britânico. Isso teria marcado a impressão de que não existia receita, fórmula ou lei geral para a ação e de que as teorias deveriam ter sua eficiência testada na prática.

As soluções eram encaminhadas a partir do exame dos problemas em seus contextos específicos e levando-se em conta suas particularidades. A polêmica contra o “planetário” althusseriano foi travada na arena das referências marxistas. Excertos da interlocução entre F. Engels e C. Schmidt foram esgrimidos de parte a parte. Em *Miséria da teoria*, E. P. Thompson concentrou atenções em uma carta de 1895, próximo, portanto, à morte de Engels. Lidos a partir de uma perspectiva estruturalista, trechos dessa missiva poderiam ser criticados como “empiristas” ou “historicistas”.

É curioso, entretanto, que Thompson não tenha evocado outra carta de Engels a Conrad Schmidt, escrita de Londres e datada de 5 de agosto de 1890, em que o “velho bufão” alertava contra uma desvirtuação do materialismo histórico e de alguns que, em relação a tal teoria, a “usam como pretexto para não estudar história”.²⁵

O “empirismo” e o “historicismo” apareciam, dessa forma, como antídotos contra as amarras dos esquemas teóricos. Na argumentação de E. P. Thompson, “empirismo” seria o diálogo entre os conceitos e as evidências, o trabalho nos arquivos, as transformações havidas nas maneiras de interrogar os documentos e problematizar a intencionalidade das documentações, a correção de hipóteses a partir de novos indícios ou sugestões. O entendimento de “historicismo” parece corresponder à ideia de “lógica histórica”, ou seja, à defesa das credenciais de um ofício que assuntava realidades passadas a partir do escrutínio das fontes e que lidava com palavras e conceitos que também tiveram seu sentido e emprego transformados.

No “Post Scriptum” da 2ª edição de *William Morris*, E. P. Thompson tecia considerações metodológicas importantes para a prá-

²⁵ ENGELS, F. Carta a C. Schmidt. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx/Engels: história*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 456.

tica da História das Ideias. Referia-se, principalmente, à necessidade de ir além de uma análise que visse os conceitos somente à luz de sua linhagem e de suas mutações. Isso seria bastante válido. Mas caberia à interpretação extrapolar o mundo do discurso, que ele referia como “tão cômodo como as salas de leitura nas quais consultamos os periódicos antigos”. O que Thompson creditava necessário lembrar é que tais ideias “viveram nas cabeças de pessoas reais e em contextos reais”.²⁶

A prevenção não era, propriamente contra a semântica e a pragmática de ideias e ideais; mas em relação a uma lógica analítica em que as conjunções e condicionantes fossem propostas e decididas apenas pela abstração ou por esquemas prévios e imobilizantes. Seria preciso examinar como as pessoas valeram-se da experiência para internalizar ideias e como as ideias ajudaram as pessoas a definir suas experiências.

No que atine à discussão sobre valores, os móveis principais da argumentação voltavam-se contra as alegações de moralismo e anacronismo; especificando que não se tratava do escalonamento desses valores segundo um parâmetro ideal ou abstrato, e sim de sua discussão a partir de situações concretas, nem se tratava de querer transpor valores do passado para o presente ou vice-versa, mas de rediscutir antigas questões, como a aplicação de pena de morte para “crimes” contra a propriedade ou aquelas referentes às relações dos homens com a natureza. A História também é movida por lutas sobre valores (não só os monetários), ponto de interseção entre experiência e cultura.

Vico, Blake, Marx e Morris. O panteão das inspirações teóricas de E. P. Thompson apresenta referências cruzadas. A arte de Blake foi revalorada nos círculos pré-rafaelitas ingleses, animados por Dante Gabriel Rossetti e nos quais participava ativamente William Morris. De acordo com seu amigo George Bernard Shaw, quando instado a definir-se politicamente, Morris dizia-se comunista e adendava que “estava ao lado de Marx contra o mundo”. O autor de *Pilgrims of hope* foi, de fato, um leitor e estudioso de *O capital* que, não obstante as dificuldades do texto, considerava um “grande livro”, como considerava seu autor “um grande

²⁶ THOMPSON, E. P. *William Morris: de romântico a revolucionário*. Tradução de Lloris Váldes. 2. ed. Valencia: Edicions Alfons El Magnànim, 1988. p. 712-713.

homem”. Em *O capital*, como indicado, Marx citava Vico e, afinal, tentava empreender a investigação sugerida pelo filósofo napolitano, qual fosse, a dos desenvolvimentos e técnicas nas relações sociais.

Blake e Morris, ingleses, artistas, queridos por um autor que iniciou sua vida docente lecionando História e Literatura e que reconheceu não saber, na juventude, se seria historiador ou poeta. Afora isso, *London...* o poema de Blake que pode ser interpretado como alusivo à sua cidade (que foi, também, a cidade de Morris e Thompson e lugar de residência de Marx); mas que calha ser lido como imagem da sociedade inglesa ou figuração da existência humana.

Um denominador comum para Vico, Blake, Marx e Morris – além da caracterização possível de cada um e de todos como “gê-nios” – é o de que foram “dissidentes”. Antinomianos. Rebelaram-se contra o quadro instituído das ideias e valores da sociedade em que viveram e de parte da tradição que receberam de legado. Discordaram do que entendiam ser o cartesianismo ou a ideologia alemã. Duvidaram, em favor da Arte, de elementos da doutrina religiosa e do dogma científico. Antes de se defrontarem com os “do outro lado”, tiveram que marcar posição em relação a alguns de seus pares. Brigaram, portanto, com antigos aliados, fossem da “Academia Palatina de Medinaceli”, “swedenborgianos”, camaradas da “Liga Socialista” ou da “Internacional”. Meditaram sobre um “lugar que já não há” que, mesmo na viquiana espiral da História Ideal Eterna, não seria igual a “como era antigamente”. Extrapolaram situações de comodidade e zonas de conforto.

Edward Palmer Thompson também questionou ideias e valores; discordou do que entendia como estruturalismo ou stalinismo; predicou contra a proliferação de armas atômicas e contra a exploração instrumental da natureza; desaveio-se com a antiga filiação no Partido Comunista; retirou (ou teve retirado) seu nome do editorial de importantes veículos de divulgação do ideário da esquerda (alguns dos quais, havia ajudado a fundar); abdicou da carreira universitária; inquiriu, nas circunstâncias da paranoia nuclear, sobre a possibilidade mesma de existência do Futuro, condição básica para que se possa sonhar “como será o amanhã”...

A História é feita também contra a corrente. E, nessa coragem para continuar, valha a inspiração dos dissidentes, feito Vico, Blake, Morris, Marx e, também, E. P. Thompson.

FICÇÃO CIENTÍFICA, SENSIBILIDADE POÉTICA²⁷

Em 1988, Edward Palmer Thompson publicou *The Sykaos papers*, que algumas resenhas diziam evocar os mundos de Swift e que a outros parecia uma sátira a ET. Qual o assunto da novela? Seu subtítulo é bem uma paráfrase daqueles da crônica dos viajantes da era moderna, quando se conjugaram a aventura do livro e a exploração de novos mundos: “uma Descrição das Expedições do Poeta Oi Paz ao Sistema de Strim na Décima Sétima Galáxia; de sua Missão no Planeta Sykaos; de seu Primeiro Cruel Cativo; das Jornadas por sua Superfície; das Maneiras e Costumes de sua Gente Bestial; de sua Segunda Captura; e do seu Retorno a Oitar”.

Para os de fora, a Terra é Sykaos, planeta que pouco se distingue de outros 30.000 e que tem menos de $\frac{3}{4}$ do tamanho de Oitar. O dia oitariano com 80 horas é cerca de 3,5 vezes maior do que o terrestre. Sykaos: “pobre, frágil, pequeno planeta”. Mas quão especial. Os oitarianos vagam à procura de lugares que possam servir de seara e celeiro. Em suas sondagens, uma galáxia após outra, batiam-se com o inóspito.

²⁷ Versão preliminar foi publicada com o título de “Fragmentos da Literatura de E. P. Thompson: a prosa de *The Sykaos papers* e os versos de *My study*”. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto: Sociedade Brasileira de Teoria da História e Historiografia (SBTHH), n. 18, agosto de 2015, p. 110-126.

Sóis definhantes, gases pestilentos, tempestades elétricas, mares ferventes, superfícies maltosas de lava, extremos de frio ou de calor, ausência de atmosfera, todos esses seriam indicativos da raridade de condições achadas em Sykaos, estrela temperada e hospitaleira à vida.

Da órbita, Sykaos também era bela, com suas nuvens e seus mares. Como o tripulante não estava autorizado a aterrar, as circunstâncias são referidas como as de uma queda, no bosque de Hallow, 11 milhas ao Norte de Tancaster. O perímetro arredor continha motivos para mais encantamentos do aedo: as flores, a chuva, as aves, o ar respirável... Apresentava, também, seus sustos e riscos. Para os oitarianos, humanos são eles. Os habitantes de Sykaos são meros mortais. Vagueando pelo parque, Oitar Paz – esse o nome do poeta piloto – viu-se às margens de uma grande autoestrada. Decidiu postar-se no centro da via e exibir um arco de saudação interestelar, no que foi rapidamente atingido por um automóvel.

Começava assim o primeiro cativo de Oi. No dia 2 de agosto, por volta das 15h:15min, na rodovia M17, o Sr. Herbert Endall, 44 anos, residente em Blotton, conduzia o carro que abateu o transeunte. Tinha a declarar que não havia nada que pudesse ter feito, cobrava das autoridades que fizessem alguma coisa e sugeria que as cercas que ladeiam as rodovias deveriam ser eletrificadas. A vítima foi conduzida em estado grave para a enfermaria de Tancaster. Passou um mês em tratamento intensivo e inconsciente. Quando ainda convalescente, por sua aparência, trejeitos e indumentária, foi apelidado “Freddie, The Freak”. Pessoa importante no processo de recuperação foi a enfermeira Rani Satpathy, então com 23 anos, natural de Orissa, na Índia.

Um boletim médico registrava que o paciente era alto, tinha cabelos louros e pele pigmentada, não apresentava cáries, possuía o umbigo bastante reduzido, exibia o corpo de um macho adulto (de idade estimada em uns 30 anos), exceto pelo pouco desenvolvimento dos caracteres sexuais, pela voz aguda, pela ausência de pelos pubianos ou barba. Anotava-se, ademais, que rejeitava ingerir qualquer sólido, restringindo sua alimentação aos líquidos. A enfermeira Rani tentava alertar suas colegas a respeito de outras características de alguém que lhe parecia tão especial: a audição muito sensível (abominava música *pop*) e o aroma de sândalo exalado pela pele; ao dormir, era como se entrasse em coma,

respirando apenas muito raramente. Rani lia isso como sinais da espiritualidade, algo inapreensível a partir do materialismo dos doutores.

Após melhoras, o tipo extravagante foi transferido para Londres, onde foi submetido a seguidos interrogatórios. Sem acusação formal, foi liberado, não sem antes ter parte de suas pedras (rubis, esmeraldas, ametistas) confiscada pelos agentes. Quando ainda estava no Hospital, Oi viu-se forçado a ingerir porções de chá com torradas; daí que, agora, sentia fome. Uma noite, após vagar pelas ruas, deitado ao relento, testemunhou o que poderiam ser signos da sociedade primitiva, quando um mendigo ofereceu-lhe umas folhas de jornal (repletas de contradições, erros e impossibilidades) para fazer de coberta.

Se os mortais achavam Oi meio maluco, ele também considerava alguns costumes sykóticos bastante estranhos, como a alimentação em público (principalmente, aquela que incluía a carne de outros animais), a separação das nações a partir dos idiomas, as distinções de gênero, as gargalhadas, o trânsito e o metrô, a quebra diária das leis por multidões e, principalmente, o papel do dinheiro. Após tentativa de assalto em que teve um canivete apontado por um adolescente contra sua garganta, o viajante de longe percebeu a importância de moedas, cédulas ou títulos de crédito e o quanto as relações entre os mortais eram medidas e mediadas por isso. Em um dos registros, Oi observou que todas as idas e vindas sykóticas eram comandadas pelo dinheiro e mais:

Isso tudo está de acordo com o que eu tenho observado e que assento como ciência exata. O que, afinal, é o dinheiro? Se isso for uma medida, então, qual qualidade – como cor, peso ou calor – ele mede? Alguém pretextando conhecimento dirá que dinheiro mede “valor”; mas, caso se queira saber o que é valor dirá que valor é o que faz uma coisa ser útil ou nobre; e se alguém pergunta como o valor é determinado e quem concede tal honra, replicará, então, que isso é feito pelo “preço”; e preço é o nome da escala monetária. Enfim, é o dinheiro que distribui nobrezas e que mede todo esse planeta com sua escala.²⁸

²⁸ “This is all as I have observed, and I set it down as exact science. What, then, is money? If it be a measure, then what quality – as colour, or weight, or heat – does it measure? A

Oi ainda não havia lido Marx, mas isso evoca algo da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, quando aborda tentativas de elidir a percepção do trabalho. Outro estranhamento de Oi concernia à Propriedade. Para ele, isso seria uma não-coisa (*no-thing*): intocável, insípida, imponderável. Invisíveis eram as ondas de rádio, mas, existiam. A propriedade parecia-lhe algo distinto, pois não apresentava composição físico-química. Não obstante, tal abstração regulava a existência material das gentes. Funcionava como muros. Dividia o planeta. Particularizava seus recursos. Entabulava relações de obediência, derogava tabus, concedia licenças. A Propriedade era a “Regra”, e o dinheiro havia, de meio, sido convertido em fim. Oi relembra, contudo, que as coisas nem sempre haviam sido organizadas dessa maneira. A noção mesma de cortesia era indício de modo diverso de configurar as relações. Algo lembra trecho de *Notícias de nenhum lugar*, de Morris, quando apresentava o conflito entre a correria atrás de uma vida de riquezas e o remanso por meio das riquezas da vida.

Em um supermercado, Oi viu-se enredado em confronto entre economia moral e moral econômica; ao ser detido quando pegava pães, frutas e queijos para comer. No botequim, perceberia, porém, que sempre há alguém disposto a pagar um trago. No caso, Nigel Harmer, 43 anos, da Austrália, que se dizia amigo de Oi há vários anos (embora, ele só estivesse na Terra há poucos meses) e que conferia a fisionomia de Oi com fotos saídas nos tabloides. Tantas cervejas e uísques depois, o vate ficou motivado a fazer sua pregação. O sucesso inicial culminaria com um programa no Canal 3, no horário nobre da sexta-feira, “Sapio: O Show do Homem-do-Espaço”. Uma crítica da imprensa dizia que “Sapio tem a aparência do Chefe Touro Sentado e soa como Marlene Dietrich”; outro comentarista ressaltava o aspecto andrógino do androide e dizia-o uma combinação de “Darth Vader, Dr. Who e Mr. Spock” em uma só pessoa. Para o êxito dos programas, bastava que Oi

person pretending to learning will say that value is what a thing is ‘worth’ or honoured; and if one asks how worth is determined and who apportions honour, it will reply that it is done by ‘price’; and price is the name of the scale of money. So that it is money which apportions honour and which measures this whole planet in its scale”. THOMPSON, E. P. *The Sykaos papers*. New York: Pantheon Books, 1988. p. 95-96.

estivesse numa boa. Nada que algumas garrafas de tradicional malte escocês não facilitassem. Entre uma apresentação e outra, para curar-lhe a modorra, outras tantas garrafas de Real McKoy eram providenciadas por Harmer, que agora bancava o empresário. Embora, fosse um astro do entretenimento, Sapio não deixava de meter-se em confusões. Em um painel de debates, combateu veementemente os preceitos da defesa estratégica. Como não tinha inibições teve que ser censurado. O interesse em torno de Sapio só fez aumentar. O que levou Harmer a programar uma turnê mundial, de Moscou à Califórnia, com apoteose no *Rose Bowl*. Nessa ocasião, no meio de seu transe, o palco foi invadido por alguém caracterizado como Sapio que lhe tomou o microfone e desandou a falar asneiras; nisso, uns cabeludos tomaram-no pelo braço e o conduziram através de uma passagem subterrânea. Arrancando perucas, bigodes, narizes postiços e outros badulaques de disfarce, identificaram-se como agentes do serviço secreto e asseveraram que o levariam para um abrigo seguro.

Iniciava-se, assim, o segundo cativo de Oi. Esse jugo durou aproximadamente três anos e ocorreu em Martagon Hall, que, no século XVIII, havia sido reduto do lorde Charles de Boyle. Ali foi constituída uma equipe para cuidar de Oi. A primeira recomendação a esse pessoal (militares, técnicos, auxiliares, intelectuais) era a de que ele não existia. O alienígena estava, agora, sob supervisão da Fundação para Pesquisa Avançada sobre Clima e Ecossistemas (FARCES, cujas sigla em inglês permite o trocadilho com o termo farsas). Aí, Oi reencontraria a enfermeira Rani. Duas outras pessoas bastante afeitas ao seu cotidiano foram a Dr^a Helena Sage, antropóloga, com pouco mais de 35 anos e o também PhD, Prof. David Nettle, linguista, homem de meia-idade. O Cel. Gardyan-Hunter, assistente do Diretor, advertira os profissionais de que aquilo não era uma gincana acadêmica, mas uma pesquisa urgente em prol de interesses nacionais. Isso pouco ou nada arrefeceu o clima de vigilância, intriga e vaidade.

Durante a maior parte de sua estada em Sykaos, Oi mostrou-se incapaz de sorrir. Qualificava as risadas como barulho incongruente (*incongruous noise*). O linguista David Nettle e a antropóloga Helena Sage tentavam esquadriñar a questão. Os intentos de analisar o riso se afiguravam arroubos de encarar o sol; isso, a Prof^a Sage argumentava,

aduzindo que os jogos e as brincadeiras não poderiam ser simplesmente reduzidos à racionalidade. Para ela, mais do que a própria morte, o riso seria um traço cultural interdito. Dr^a Sage aventava suposição de que isso poderia ser a chave para o entendimento das diferenças entre sykóticos e oitarianos. Sendo uma expressão das faculdades intelectuais, não seria demasiado para ela nominar a espécie como *homo ridens*. Ao ouvir que, muito provavelmente, já se ria nas cavernas, o Prof. Nettler arriscava a hipótese de que o “Ho-Ho-Ho!” poderia cumprir uma função de alerta. O debate entre os dois era polarizado pela visão do humor como um caractere adquirido, um atavismo, um aspecto marginal e uma maneira de rodear algumas inibições da civilidade (racismo, sexismo), esses os pontos defendidos por D.N.; ou como algo original, um evento orgânico, central para a psique, conforme defendia H.S.

Assunto delicado nas sessões entre Helena e Oi era o respeitante às possibilidades e aos limites do livre-arbítrio para os mortais e da programação para os oitarianos. Os seres de Oitar seriam computadores altamente complexos nos quais seriam instalados componentes e comandos, de acordo com as funções esperadas de cada um. A instalação desses programas também era pré-programada, os bioengenheiros e técnicos de ajuste determinariam os genes dominantes, subordinados e recessivos de todos os fetos. O correlato da noção de identidade radicaria nas funções desempenhadas nos vários colégios (unidade básica da estrutura social de Oitar). Acima dos programas específicos havia a Regra, análoga a um manual de instruções gerais. Mas, embora houvesse a Regra (ou por isso mesmo), havia, amiúde, desregramentos e desregulagens (*unruliness*). Isso não seria típico apenas de Oitar; mas estava por todos os cantos. O desregramento em si não seria problema, apenas o seu excesso, o caos. Um pouco de autocomando podia até beneficiar ofícios como o de Oi, que era Poeta; tanto que havia o Colégio de Transe, especificamente para o desenvolvimento de indutores alucinógenos. A Prof^a Sage, por seu turno, achava que Oitar seria um paradigma para a teoria dos jogos, um tipo de sociedade de castas verticalizadas. O tabu envolvendo o contato físico serviria para o encobrimento da dimensão sensual e corpórea. Os sentidos seriam como terminais para o processamento de informações. Some-se a isso, o sen-

tido de obediência à Regra. À apologia do alvedrio dos mortais empreendida pela Prof^ª Sage, Oi retrucava lembrando que “ser livre é fazer sob a lei” (*To be free is to lie under law*). Ou o alienígena que deplorava o riso estaria jogando com o humor ao sugerir que ser livre é mentir sob a lei? Recordava, ademais, que aqui o grande programa seria aquele do dinheiro e da propriedade. Os seres seriam programados, ainda, por sua sexualidade, cujos ciclos regulariam os humores. Por fim, Oi considerava as ideias de Natureza, Deus e Lei como tipos de programação; não obstante fingissem os mortais viver em um estado de liberdade.

Oi não se comportava como simples objeto de estudo. Era também um sujeito investigativo. Em um de seus blocos de anotações, encontra-se o registro sobre “A Natureza da Criatura Mortal”. O poeta observava que os de Oitar e os de Sykaos seriam semelhantes em suas proporções e no desenho dos corpos, tendo os segundos um pouco mais de peso e de cintura. O nascimento dos mortais deixaria duas marcas aparentes, o corte do cordão umbilical e a limitação do tamanho da caixa craniana. Tratando das fases da vida de um mortal, Oi quedava impressionado com a fragilidade dos recém-nascidos, postos no mundo sem qualquer programação para a fala ou para o andar. Espantava-se com o que se lhe afigurava como o curto verão da vida adulta, com a decomposição dos corpos logo depois de atingido o ápice de seu desenvolvimento. Desse tipo de morte, prematura, descoordenada, por falência total do sistema, sem programação, enfim, pela natureza da criatura mortal, decorreriam diferenças acerca dos órgãos e sentidos espirituais; mas essa página do manuscrito havia sido extraviada.

Outras notas de Oi foram dedicadas ao “Modo de Procriação Bestial”. Primeiramente, o viajante observava que os mortais viveriam em um “rude e brutal estado de fertilidade”. Entre os machos, isso seria visto como fortuna e não feito fardo. A maneira de procriação era chamada intercurso sexual. Os métodos de fertilização ditos normais pelos oitarianos eram tidos como artificiais em Sykaos. Se o modelo de procriação a partir da impregnação física de um corpo dentro de outro já poderia soar incrível para um oitariano, o que dizer do fato de os mortais terem inventado impedimentos e utilizado ácidos para evitar que a fecundação ocorresse, para que o ato perdesse todo seu propósito, salvo a sua performance mesma?

A reprodução dos seres de Oitar era conduzida de modo diverso. Os historiadores da Antiguidade de lá conjecturam que, há centenas ou milhares de gerações, seus ancestrais copularam de algum jeito que, agora, lhes seria incógnito. A partir do resfriamento do sol de Oitar, teriam os machos perdido muito de sua virilidade. Somente uma meia-dúzia a cada geração teria capacidades reprodutivas, sendo conhecidos como seminiais (*sper-men*). Tais semeadores eram vistos com um misto de espanto e misericórdia. Tão logo a condição de reprodutor fosse diagnosticada (aproximadamente aos 33 anos terrestres), o desafortunado seria segregado em domos, tratado com cápsulas vitamínicas, ultravioleta e outros raios. Todas as noites, seu material seria recolhido. Tal dispêndio de energia vital debilitaria os poderes intelectuais dessas criaturas, que tinham vida curta e desprogramada. Daí serem apreciados como dignos de piedade e objeto de oferendas e mimos. Amostras dos gametas seriam examinadas no Colégio de Biotecnologia. Existe um enorme Banco de Dados com identificação dos seminiais e detalhamento rigoroso das especificações genéticas. A fertilidade entre as fêmeas daquele planeta também seria baixa. Todas passavam por exames quando da faixa etária próxima aos 37 anos. Sendo detectadas possibilidades orgânicas, uma lista de sete ou oito pretendentes compatíveis era apresentada pelos cálculos do Banco de Esperma. Não haveria qualquer forma de contato entre ♂ e ♀. A inseminação seria matéria estritamente científica. Uma injeção. Após três meses (25 dias oitarianos) no ventre materno, os fetos seriam retirados e postos em receptáculos com fluidos especiais por mais dois anos, após o que eram considerados maduros para a instalação dos primeiros programas.

Entre os livros que Oi retirara na Biblioteca de Martagon Hall, havia uma quantidade considerável de interpretações pouco ortodoxas, Vico, Marx e Nietzsche, entre outros. O alienígena reportava a existência de numerosas obras que se arrogavam como histórias e que seriam dedicadas a desenvolvimentos bem recentes, como o cultivo dos solos, a construção de moradias e cidades, a invenção da escrita e a fabricação de utensílios metálicos. A essa última fase de sua recente existência, chamavam os mortais de civilização. O que Oi retinha do termo era o estado de provocação e confronto com nações rivais, ou seja, ou-

tras comunidades linguísticas. A nação que mais conquistasse ou destruísse figuraria um império. Nos dias de então, os sykóticos vivenciavam um clima de permanente tensão chamado Guerra Fria, motivado por tentativas de intimidação e pela busca de supremacia entre dois impérios principais. O confinamento de Oi ajudou-o a esclarecer algumas coisas: 1) na Guerra Fria, algumas nações poderiam operar como “satélites” de algum império, caso que ele reconhecia na Inglaterra com relação aos Estados Unidos da América. O pessoal ianque era cada vez mais numeroso e influente ali. Isso, sem contar a instalação de mísseis nucleares (transformando o lugar em um alvo em potencial); e 2) para além da caracterização do outro como inimigo, cabia considerar que a CIA e a KGB queriam manter o público por fora. A lógica do inimigo exterior favorecia os patrulhamentos internos.

A caracterização de aliados e inimigos nem sempre era clara. Uma cena bastante próxima aos episódios da operação-helicóptero em Teerã (descritos por Thompson em suas “Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização”) levou à transferência de Oi e de parte do *staff* para a Casa da Viúva (*Dower House*), ainda nas adjacências de Martagon Hall. A invasão não havia sido tentada pelos “ursos”, mas, por gente de fala inglesa. Some-se a isso, o assassinato do Seu Patrício (Mr. Gentry), segundo oficial da segurança, encontrado morto nos estábulos em circunstâncias não esclarecidas. O controle, então, não era mais somente britânico; mas, de uma instância especial da Organização do Tratado do Atlântico Norte (cuja sigla em inglês, LUNATO, convidava ao calembur com algo meio doidivanas). Para a fase 2, de contato com os oitarianos, além dos militares, havia pessoal de várias empresas.

A linguagem foi assunto corrente nos encontros entre Oi, Helena, Rani e David, evidentemente, com ênfases e desenvolvimentos distintos. Com Rani, Oi podia tratar de formas sutis de comunicação, como a troca de vibrações (que ele desenvolvia outrossim com gatos, cavalos, flores...) ou mesmo acerca das vozes mais místicas e espirituais. Com o linguista, o poeta podia travar discussões sobre as ambiguidades de pensamento dos mortais (que o Dr. Nettle passaria a reprovar nas tiradas humorísticas) ou atinentes aos modos da lógica binária. Com Helena, a principal questão foi a de que Oi estaria apren-

dendo a conhecer seus sentimentos na medida em que aprenderia a nomeá-los: o diário de Oi, nesse mo(vi)mento, tinha na capa a inscrição “Eu”. A consumação desse afeto nos jardins da Casa da Viúva é declaradamente uma paráfrase do *Gênesis*. E Helena foi concebida pela máquina que se humanizava. Em 27 de abril do último ano do 2º cativo nasceu Adão.

Havia na Casa da Viúva um mausoléu (*cardiarum*), que foi o cenário para uma passagem decisiva, quando Helena confessava estar-se sentindo feito a “heroína condenada de uma saga gótica”. Passava da meia-noite. Seu interlocutor era o major Robert Sorley. A fonte de iluminação era uma tocha. A escusa para a escolha daquelas ruínas escuras para a conversa era a de que se tratava do único lugar livre de espionagem (que podia, inclusive, ser operada por gente de dentro). A proposta (embora Sage questionasse se havia mesmo alguma alternativa) era a de que ela, Oi e Adão fossem enviados à Lua, onde já havia sido instalada uma base oitariana para tratativas e entendimentos.

Antes, porém, que relações com os de Oitar pudessem ser estabelecidas, os desacordos entre sykóticos tornaram-se insuportáveis. A maior ameaça ao planeta não viria do espaço. Os mortais é que representariam uma força de desequilíbrio e destruição. O p(r)o(f)eta de Oitar havia vaticinado que os mortais se exterminariam em uma guerra nuclear. Oi, Sage e Adão testemunharam o Armageddon pelo sistema de satélites, que havia transmitido algumas resoluções com atraso crucial. Adão, cada vez mais febril, foi transferido para Oitar. Oi, após vários julgamentos, foi banido para uma ermida espacial. Sage, que não havia tido visto de entrada em Oitar liberado a tempo, decidiu fazer valer sua escolha de mortal. Uns 20 anos depois, alguma esperança se prenunciaria com Ho Mo (Adão) e Vev. Contudo, isso é outra história.

Cientificidade da ficção

O discernimento entre os saberes da Natureza (*Naturwissenschaft*) e os do Espírito (*Geisteswissenschaften*) reverberou nas tentativas de categorizar a ficção científica. Os termos rígido (*hard*) ou suave (*soft*) foram propostos para designar enredos inspirados, respectivamente, na

Física ou nas Humanidades.²⁹ A ficção científica de Thompson é interdisciplinar. Oitar e Sykaos possuem suas leis, ciclos e regras, tanto físicos quanto sociais. Inclusive, com suas zonas de indeterminação e desregulagem. Nessa aventura espacial, há informações plausíveis de astronomia. Na descrição de uma sociedade de androides que estivesse muitos gigaflops adiante, aqui e ali pontificam alusões à cibernética. As tecnologias do militarismo e os saberes da empatia (linguística, enfermagem e antropologia) alternam suas perspectivas e questionamentos na parte da história dedicada ao mundo dos mortais. Por tratar-se de uma declaração de amor e de direitos ao planeta, subsiste um apelo que se poderia chamar ecológico, com o lembrete de que o número de espécies extintas suplantava a cifra das espécies vivas. Além disso, tem-se aquilo que foi um denominador comum na obra de Thompson, qual seja, a discussão sobre valores.

O desenvolvimento de arsenais e a exploração do espaço sideral são articulados a partir do que se convencionou chamar de complexo militar, industrial, burocrático, tecnológico e acadêmico. Em *The Sykaos papers*, algumas figuras favorecem a discussão acerca do papel dos professores e cientistas em empreitadas de estratégia e segurança. O diretor James Pepper (que repreendeu a etnógrafa por ela não ter notado que a suposta fauna alienígena descrita por Oi fora retirada de bestiários medievais), mas, principalmente, o linguista David Nettle e a antropóloga Helena Sage. Após uma primeira impressão não muito favorável, Helena e David passaram cada vez mais a debater aspectos e elementos da convivência com Oi e dúvidas sobre a pertinência mesma da contribuição do trabalho de intelectuais em ambientes e objetivos políticos e militares. David Nettle, cuja tendência teórica era a de generalização a partir de pequenos vestígios, achava que os professores seriam atraentes por algo como um “senso de estrutura”. Helena Sage, que dizia sentir arrepios quando confrontada com texturas deterministas, confessava ter ido parar ali por uma série de imprevistos em sua vida afetiva e profissional. Ambos tencionavam o entendimento de

²⁹ ALLEN, D. *No mundo da ficção científica*. São Paulo: Summus, s/d. p. 21-29.

“normas e formas” de uma alteridade (gramática e poética, costumes e imaginários). O linguista julgava impertinente na colega a tendência de reduzir uma civilização mais avançada ao que seriam os nossos conceitos bestiais; por seu turno, a antropóloga criticava no acadêmico o tique de obsessivamente polir as lentes dos óculos, o que ela interpretava como um processo de transferência, de internalização dos modos e visões do outro. A personagem da Prof^a Sage favorece a pontuação de questões metodológicas concernentes à dúvida antropológica. Em seus contatos com Oi, a PhD inquietava-se com a possibilidade de que ele estivesse a representar um papel. Visto como informante, o estrangeiro poderia estar “ensaiando uma ideologia”, ao dizer apenas o tido como adequado. A intelectual seria desafiada a compreender uma cultura alienígena (*alien culture*) preservando, porém, a faculdade de uma observação distanciada. Em um de seus cadernos de campo, Helena anotara: “Extraordinariamente quão difícil é *ver* e explicar para outra cultura os atos e normas mais comumente aceitos”.³⁰

³⁰ “Extraordinary how difficult it is to see & to explain to another culture the most commonly assumed acts and norms”. THOMPSON, E. P. *The Sykaos papers*. New York: Pantheon Books, 1988. p. 165. Itálico no original. Em 30 de dezembro de 1976, Thompson proferiu palestra no Congresso Indiano de História, realizado em Calicut, tendo como tema “Folclore, Antropologia e História Social”. Nessa comunicação (que talvez possa ser imaginada como germen do capítulo “A lógica histórica” de *A miséria da teoria*), o historiador esclarecia que o estímulo antropológico em seu trabalho (citando ademais os casos de Keith Thomas e Natalie Zemon Davis) se traduziria principalmente na identificação de novos problemas e na visualização de velhas questões a partir de enfoques renovados. O objetivo não seria tanto o de construir modelos explicativos gerais, pois as categorias derivadas de um contexto carcerário ser testadas, refinadas e redefinidas na pesquisa histórica. Outra minúcia metodológica concernia ao trato com registros derivados da observação de estrangeiros ou do olhar do “cavaleiro paternal”, que anotavam costumes e valores da cultura popular com través elitista e de classe. Muitos dos que registraram as evidências disponíveis não tinham sucesso em adentrar o significado daquilo que anotavam, pela idealização daqueles costumes como relíquias ou por uma visão moralista e distanciada. A preocupação em sondar estados de consciência do passado e texturas de relações domésticas e sociais carreava para a cena um imenso elenco de apoio, não meros figurantes, mas gente diversa dos atores principais da história, políticos, literatos, empreendedores, oficiais. O vocabulário cênico é proposital, pois Thompson afirmava que, ao estudar costumes do século XVIII inglês, frequentemente cogitara a noção de “teatro” como índice da interpretação, o que equivalia a prestar atenção às formas e gestos dos rituais e à “ambivalência dialética” das estruturas, que, nas relações entre ricos e pobres, correriam em mão dupla (do diálogo com a obra de Stedman Jones, provinha o exemplo segundo o qual o ato de doar podia

Oi Paz, Eu Topaz, Utopia. Em “An open letter to Leszek Kolakowski”, Thompson notava que “a imaginação utópica havia sido desviada para os reinos da ficção espacial, em que os autores examinam, exatamente, que sociedades poderiam ser criadas se a consciência social se impusesse ao ser social”.³¹ A carta ao pensador polonês é de 1973, e um de seus temas é o desencantamento revolucionário. A esse respeito, Thompson afirmava ainda ter utopias; mas, diferentemente de Morris em 1890, não via o devir como época de tranquilidade. Para os 200 anos vindouros, sonhava com guerras mentais, ao invés de combates físicos. O ideal de comunidade seria favorecido pela abundância dos recursos energéticos. O modelo do monastério cisterciense serviria para indicar a combinação dos labores da agricultura, indústria e pensamento. Mas ninguém seria obrigado a viver nessas áreas de grande beleza natural. As zonas urbanas também seriam atrativas. A preferência por uma vida de reclusão não seria repreendida, tampouco a peregrinação por tais diversas opções. Mas nada disso aconteceria por si ou sem conflitos. A utopia de *The Sykaos papers* é bem diferente. Thompson joga com itens desse imaginário. Utopia, Laputa, Inglaterra são ilhas. Não se propõem regressos a uma autenticidade primitiva nem investidas rumo a um futuro promissor. A idade de ouro é aqui e agora. A alegação de que o livro foi transmitido através de um “túnel do tempo” complexifica a determinação das temporalidades.³² O *terminus a quo*

ser lido como gesto de receber). A partir de casos que posteriormente comporiam os capítulos sobre “A venda de esposas” e “Música turbulenta” (do livro *Costumes em comum*), Thompson aquilatava que episódios, rituais ou situações atípicas poderiam ser de muita valia na sondagem de normas surdas. THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 227-267. Disponível com o título de “History and Antropology” em *Making History*.

³¹ “The utopian imagination today has been diverted into the realm of space-fiction, whose authors examine, exactly, what societies might be created if social consciousness could impose itself upon social being”. THOMPSON, E. P. An open letter to Leszek Kolakowski. In: THOMPSON, E. P. *The poverty of theory & other essays*. London: The Merlin Press, 1978. p. 171.

³² A partir da publicação, em 1770, da novela *L’an 2440*, de Louis Mercier, Reinhart Koselleck indica um veio de temporalização das utopias, com o deslocamento do espaço para o tempo dos projetos de formas visionárias de governo e modelos sociais. O futuro, inacessível à experiência, apareceria como cenário de compensação pela miséria do

estaria situado por volta de 1983 (se o arquivo caiu no computador de Thompson em 1987). O *terminus ad quem*, porém, é relativo. O futuro era mais uma alternativa do que uma promessa. O aniquilamento atômico da Humanidade seria uma iminência, não ainda uma consumação. Isso favorece o princípio de que seria possível agir no presente para transformar as condições do porvir. Oi, quando de sua descida a Sykaos, deitado em um barranco relvado, ainda sob os efeitos do transe, cogitava que aquele deslocamento no espaço parecia-lhe uma viagem no tempo: sua sensação era a de uma “jornada retrospectiva através de milênios em um passado arcaico de antes da glaciação do mundo”. O horizonte distópico de esgotamento dos recursos vitais alertaria para a necessidade de apreciar quão raras e ricas seriam as condições do pequeno astro azul e de empenhar-se nos melhores usos e meios de conservação desses bens. Em *Protest and survive*, Thompson denunciava os gastos elevados e crescentes do complexo atômico e frisava que a urgente investigação de energias seguras (solar, eólica, das ondas) seria negligenciada por não apresentar compensação ou rendimento militares. A ficção científica não estaria limitada a projeções do futuro, seu assunto seria o “curso evolucionário da humanidade” (a expressão é de David Allen). *The Sykaos papers* trata do presente na Terra e da construção de meios de sobrevivência.

Ao desenvolver quesitos da ficção científica como extrapolação (projeção do conhecido no incomum) e especulação (projeção do comum no desconhecido), Thompson, às vezes, mantinha-se preso ao

presente. O professor de Bielefeld acentuava que o especificamente utópico radicaria na crença de que seria possível, mais do que apreender, dirigir a história (cuja plasmação semântica em um coletivo singular denotaria sua entificação). O romance de Thompson faz a prognose de um possível horizonte de expectativa e daí alerta que a expectativa de horizontes dependeria da ação humana. Isso, não em ilhas (de Hitlodeu, de Swift ou na Inglaterra), nem no devir. De maneira mais geral, Koselleck realçou as articulações entre a *Begriffsgeschichte* – entendida como método especializado de crítica das fontes – e a História Social, permitindo a sondagem de transformações estruturais de longo prazo. Thompson em *A formação da classe operária inglesa* discute o aparecimento e a recorrência de termos como “desempregado” e “desemprego” em panfletos radicais ou owenistas nos anos de 1820 e 1830, contra a alegação de que estavam fora da estrutura semântica da época. Apesar de ressalvas quanto às formas de datação (os cucos chegam antes de serem anunciados em *The Times*), trata-se de exercício de história conceitual.

familiar. Os apetrechos de comunicação de Oi (que supostamente viria de uma civilização tecnologicamente muito mais avançada) ainda operariam com fitas K-7! Caso os processadores de Oitar fossem de 70ª geração e os da Terra de 7ª, então, o padrão de medida em *giga* deveria estar virtualmente obsoleto por lá.

Além da fórmula da viagem fantástica, os discursos utópicos destacam e discutem ideais de reforma social e da pedagogia necessária à sua implementação. Em *The Sykaos papers*, parte da incumbência de propor valores deveria caber aos artistas. “Tivessem os Sykanos escolhido certos poetas como Tupper para seus legisladores, quão diferente sua breve existência poderia ter sido!”³³ Há laivos da inspiração romântica nessa caracterização da arte, principalmente por seu cariz antiutilitário (que, para Thompson, poderia ajudar a quebrar os circuitos cotidianos de necessidades condicionadas e suprimentos consoantes). A caracterização da personagem de Oi, que era poeta, é a de um “ser” cuja programação permitiria tipos e graus de desregulagem. Regras caberiam ser propostas também por uns meio desregrados. Vates seriam vetores de novas visões de mundo, por isso deveriam ser ouvidos acerca das transformações nas formas de vida, problema até então marcado pelas abordagens da Física Social e dos políticos, como se a sensibilidade pudesse mediar cálculos e interesses. O argumento redundava em sugerir poesias utópicas e utopias poéticas. Em *A miséria da teoria*, Thompson advogou que a História (menos precisa por ser a mais unitária e geral dentre as Humanidades) deveria recobrar certa proeminência entre tais disciplinas, ponto que não deixou de ser criticado por seus opositores. Alegação semelhante foi feita em respeito à poesia. Nos comentários a um simpósio sobre “Valores Comuns” promovido por *Stand* (vol. 20, nº 2, 1979) e que contava com o editor Jon Silkin, Cairns Craig, Donald Davie e Charles Sisson, entre outros, Thompson invertia o lema do “comprometimento em poesia” e interrogava acerca dos compromissos com a poesia, querendo demarcar o que ele entendia

³³ “Had Sykaans chosen such poets as Tupper for their rules, how different their brief record might have been!” THOMPSON, E. P. *The Sykaos papers*. New York: Pantheon Books, 1998. p. 220. A referência é a Martin Tupper.

como um estado de marginalização dessa em relação a outras atividades intelectuais e supunha que: “Se tivéssemos tido melhor poesia nós teríamos menos sociologia ruim e uma política menos vazia e mentirosa. Pessoas com uma percepção mais clara não mais tolerariam essas ofensas contra a linguagem e essa trivialização dos valores”.³⁴ Thompson reconhecia a influência de Miguel Abensour no tocante a uma leitura de Morris que realçava a importância do substrato da educação do desejo; nesse item – de os poetas ajudarem a desejar melhor – assenta a defesa da poesia como pavimentadora (*path-finder*) da cultura intelectual, nas circunstâncias em que muitos termos haviam perdido a estabilidade de seus significados e nas quais o senso de realidade política estaria ameaçado pela retórica e por terríveis abstrações.

Outra tópica na literatura de ficção científica (ou melhor, de ficção) refere-se às maneiras validadas pelo autor para firmar a verossimilhança e para suspender a incredibilidade.³⁵ O acontecimento gerador de *The Sykaos papers* (que é, ao mesmo tempo, um sumário da trama) é uma máquina que sugere ter adquirido vontade própria. Sem querer parecer antiquado, o historiador havia adquirido em janeiro de 1987 seu primeiro computador, que, pelos dias seguintes, apresentou problemas severos, provocando sua hostilidade. Batucando no teclado, digitou aleatoriamente O I TAR + 3383/2/68 = OI P AZ. A partir daí, uma luz verde passou a pulsar intensamente. Chamou-se um técnico em informática que conseguiu detectar apenas um arquivo no disco rígido. Ordenou-se a impressão do que houvesse na memória da máquina. Sykaos P teria sido transmitido através de um “túnel do tempo”. Um produto de automatismos que caíra involuntariamente em posse desse intelectual da nova esquerda e do movimento pacifista. Thompson aludia a problemas com o computador recentemente adquirido. Sabe-se do que ele está falando, e isso favorece alguma coisa. No prefácio do romance, reconhecia que aquilo tudo poderia ferir a credulidade do

³⁴ “If we had better poetry we might have less bad sociology and less empty and mendacious politics. People with cleansed perception would no longer tolerate these offences against language and these trivialisations of values”. THOMPSON, E. P. “Commitment in Poetry”. In: THOMPSON, E. P. *Making History*. New York: The New Press, 1994. p. 333.

³⁵ ALLEN, David. *No mundo da ficção científica*. São Paulo: Summus, s/d. p. 255-270.

leitor, mas supunha que a autenticidade daquelas páginas quedaria “evidente”. Trata-se de um texto composto. Prefácio, Notas, Fragmentos ditados por Oi, notícias de jornal, prontuários médicos, informes do serviço secreto, páginas de diários, cadernos de campo, plantões televisivos, música turbulenta (*rough music*), relatórios acadêmicos, poemas, sentenças judiciais (dos Tribunais de Oitar), apêndices, tudo isso teria sido editado por Q., vice-reitor do Colégio de Ajustadores e transmitido via *timewarp* para o pc de Thompson. Conjuntamente, existe todo um jogo de referências e manejo dos suportes da erudição muito beneficiado pela formação de Thompson como historiador. Helena Sage reclamava da demora no envio de seu *Bakhtin* e não viajaria jamais para a Lua sem levar o seu *Blake*. A cientificidade dessa ficção tem bases no uso de notas de rodapé, fazendo remissão a autores e obras plenamente verificáveis (pelo menos no que tange a Sykaos, mas isso já estimula a fiança em relação aos títulos de alhures e além).

A partir da decisão de modernizar os arsenais atômicos da OTAN, assinada em Bruxelas, em 12 de dezembro de 1979, Thompson passaria a dedicar cada vez mais tempo e esforços à causa antinuclear e à luta em prol dos direitos humanos. Durante 36 dias, o historiador desenvolveria argumentos primeiramente subscritos em um manifesto da Fundação Bertrand Russell, que serviam como réplica ao folheto propagandístico do governo britânico *Protect and survive*. O artigo de Thompson, *Protest and survive*, alertava para o mecanismo em que a projeção de um inimigo exterior visaria a controlar os riscos de turbulência interna. O engajamento de Thompson – que fora filiado ao Partido Comunista de 1942 a 1956 – na luta pela paz (ou, ao menos, por guerras que não fossem atômicas) e pelos direitos humanos deu-se por meio do CND (*Campaign for Nuclear Disarmament*) e END (*European Nuclear Disarmament*), do qual foi um dos fundadores e por meio de seus pronunciamentos, entrevistas e escritos.

Em um texto de 1982, E. P. Thompson conjecturava:

Não podemos supor que teremos a boa sorte de ver nosso planeta invadido, na década de 1990, por monstros do espaço sideral que

poderiam, em última instância, unir toda humanidade frente ao “outro” exterior. E à falta de uma fantástica operação de resgate como essa, todas as propostas parecem desejos inconscientes.³⁶

Em suas “Notas sobre o Exterminismo, o estágio final da civilização”, artigo de 1980, impresso inicialmente em número especial de *New Left Review*, Thompson caracterizava, a partir da imagem do moinho (também central para *El Quixote*), diferentes estágios de civilização. Assim, a organização feudal seria aquela da moenda mecânica, como a máquina a vapor seria característica da sociedade capitalista e industrial; então, Thompson questionava qual o caráter de uma civilização na qual a ideologia, a política e a economia pareciam direcionadas para o incremento do poderio militar, de vigilância e de extermínio. Em uma passagem de *The Sykaos papers*, Oi fugiu aos galopes de Martagon até Stonehenge, pois parecia fascinado por aquela realização. Thompson interpretava esses monumentos, símbolos de autoridade e de aspirações, como rastros distintivos de uma época; mas que somente puderam ser erguidos a partir de um excedente econômico. Nesse sentido, complementava que:

Esse excedente, transformado em artefatos, indica o que mantém na escravidão os homens e as mulheres, e o que eles adoram: os túmulos grandiosos, os círculos megalíticos, os templos, as pirâmides, as grandes catedrais medievais, os gigantes foguetes em seus silos, o sistema de mísseis MX.³⁷

Ainda de suas “Notas sobre o Exterminismo, o estágio final da civilização”, um excerto seguinte traça horizontes possíveis que guardam grande similitude com elementos e motivos de *The Sykaos papers*:

Muitos milênios depois, arqueólogos visitantes de outro planeta escavarão entre os resquícios ainda radioativos e discutirão a

³⁶ “We cannot expect to have the good fortune of having our planet invaded, in the 1990s, by some monsters from outer space, who would at last bond all humanity against an outer Other. And short of some science-fiction rescue operation like that, all proposals look like wish-fulfilment”. THOMPSON, E. P. *Zero option*. London: The Merlin Press, 1982. p. 176.

³⁷ THOMPSON, E. P. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 33.

função do grande templo [silo de mísseis MX]. A discussão será inútil. Pois o templo será levantado para celebrar a disfunção final da humanidade: a autodestruição.³⁸

Se uma parte do enredo de *The Sykaos papers* pode ser compreendida como o processo de humanização de uma máquina (e isso poderia ser indício mais de um potencial de cooperação e entendimento, em vez de significar uma ameaça), em outros escritos (mais particularmente, no capítulo “O cometa da loucura”, do livro *Star Wars*, de 1985), Thompson alertava para o perigo de que as inteligências se robotizassem e de que a Humanidade se tornasse supérflua perante o *software*. Aí, a maquinização dos mortais poderia, efetivamente, soar como agouro distópico. Mas *Sykaos* é também um louvor ao planeta e um apelo em seu nome. A especulação sobre a existência de seres alienígenas serve aí para realçar o conjunto de condições e as chances à vida encontradas na Terra, bem como para clamar por cuidados tendentes à sua preservação. Em outro panfleto “The defence of britain” (saído às vésperas das eleições gerais inglesas de 1983 e coligido em *The heavy dancers*), Thompson tratava do reconhecimento repentino em meio à caminhada em um dia bonito de que habitaria um canto favorecido do globo; em seguida, aludia ao estalo em perceber e apreciar “quão favorecido é o planeta mesmo em um universo que é em sua maior parte constituído de vacuidade e fogo e gás e pó”.³⁹

Os historiadores do futuro poderiam julgar anormal a divisão da Europa e do mundo em blocos, em contraste com a sensação de familiaridade desse estado de coisas para os crescidos a partir da segunda metade do século XX. O termo mais satisfatório para o exame dessa relação era tomado de empréstimo à álgebra (isomorfismo) querendo dizer que a Guerra Fria não seria apenas condição, mas vetor. Os “falcões”, de um lado, alimentariam os do outro; embora Thompson advertisse que esse jogo de reciprocidade não precisava ser simétrico (os arsenais militares,

³⁸ Idem.

³⁹ “[...] how favoured this planet itself is in a universe which is mostly made up of emptiness and fire and gas and dust”. THOMPSON, E. P. *The heavy dancers*. London: The Merlin Press, 1985. p. 74.

midiáticos e ideológicos cresceriam em ambos os blocos, mas em ritmos e com acentos diferentes). A Guerra Fria radicava em uma hipótese (a de que o Outro seria um inimigo) e se nutria do desejo de exibir uma força bélica que desencorajasse os oponentes, base da doutrina da dissuasão. A manutenção de um mecanismo perigoso e caro como a guerra entre blocos passaria a aterrorizar a população local com informes alarmantes e sensacionais sobre os arsenais e preparativos de guerra do lado desavindo. Oitar Paz (palíndromo de Ratio Zap). Aos olhos alheios: Oypus, Freddie, Sapio, Oi Paz, Oi Pee, Oi, O. Em algum momento: Eu. Entre nós e eles. Em textos como “Para além da Guerra Fria” (de *Zero option*) ou “Rituais da Inimizade” (de *Prospectus for a habitable planet*), Thompson mostrava-se ciente da necessidade de refrear uma visão muito fechada ou pessimista, mas considerava que, ao largo da história, a figuração do Outro havia sido imprescindível para os processos de vinculação por exclusão, para o estabelecimento de identidades de grupo e dos indivíduos a partir da caracterização de contrários e contendores. Alteridade seria uma projeção de desejos, necessidades e medos. As nações apelariam a tais figurações proporcionalmente à vigência de climas de instabilidade, insegurança ou dissensões políticas internas.

Ficcionalidade da ciência

The Sykaos papers inscreve-se em uma série de escritos de luta antinuclear; mas não deve a isso ser reduzido. Thompson era historiador de dotes narrativos,⁴⁰ mas a aventura de *Sykaos* é outro tipo de texto. Em “Homage to Thomas McGrath”, Thompson dizia: “Eu conspirei com poetas e fingi ser um deles”.⁴¹

Como o historiador praticava a Literatura? Havia, decerto, a consideração de que as artes poderiam ajudar a destravar (*disclose*) o campo dos

⁴⁰ *Senhores & caçadores* foi citado de forma positiva por Lawrence Stone em seu artigo sobre “O retorno da narrativa”. Hayden White, em *Trópicos do discurso*, via nas partes de *A formação da classe operária inglesa* a sequência dos *tropos*, metáfora, metonímia, sínédoque e ironia.

⁴¹ “I caballed with poets and pretended to be one”. THOMPSON, E. P. *The heavy dancers*. London: The Merlin Press, 1985. p. 291.

valores e possibilidades; mas isso não ocorreria de forma mecânica. A relação base / superestrutura foi tida como defeituosa. A prioridade do econômico seria específica das relações capitalistas de mercado; portanto, seria simplista estender tal particularidade a outros modos de produção.

Thompson também criticava a ênfase em “todo um sistema de vida” que não promovesse a interação dialética com “todo um sistema de luta”. Daí, que rechaçava o termo culturalismo (o que não evitou que a acusação de culturalista fosse esgrimida contra ele). Considerou esse um termo espúrio, inventado por sistematizadores cujo ofício seria o de enrijecer diferenças e erguer fronteiras. Em *Senhores & Caçadores*, argumentaria que instâncias como a lei (vista, amiúde, como estrutura ideológica) estariam na base das relações de produção. Isso não negava que os tribunais pudessem ser usados para interesses classistas; mas frisava que a justiça quedaria inócua se fosse, de saída, percebida como manipulada ou parcial. Pode-se supor que o entendimento da Literatura fosse semelhante: não um reflexo, e sim, uma reflexão; não um mecanismo, mas uma experiência. Dorothy, companheira desde a época do Grupo de Historiadores do Partido Comunista de King Street, confirmava o amor de Thompson pela poesia e pelo teatro e acrescentava que, para ele, nem a História seria mero pano de fundo para o exame da Literatura, nem essa uma simples fonte de referência para os estudos históricos.

Thompson tentou discernir a lógica histórica da lógica analítica e daquela dos astrônomos, seu enfoque e sua ênfase pouco recaíram para as relações entre os relatos históricos e os literários. Outros autores se detiveram nessa questão, no repertório bibliográfico que empreendia a informação geral da prática historiadora, em período correspondente. Paul Veyne julgava que uma página de história seria sempre mais parecida com um trecho de romance do que com uma folha de física e adendava que, em 1971, quando da publicação de *Como se escreve a história*, a situação dessa arte (feito o teatro ou o romance, a história daria conta de homens em ação, exigiria sentido psicológico e exploraria as conexões entre o conhecimento do coração humano e as belezas literárias) seria análoga à da física no início da era moderna. A queixa de vários de que a história não teria efetuado uma revolução copernicana sugere submissão ao modelo da física.

Paul Ricoeur via a história como artefato literário e representação da realidade, isso servia à aproximação entre os relatos históricos e os de ficção (pela estrutura narrativa de configuração e sequência ou pela referência à ação humana) e *ao mesmo tempo* ao distanciamento entre ambos, pois a imaginação ficcional ignoraria a dura tarefa de lidar com documentos e de ter, inclusive, que estabelecê-los. A história conheceria limites à reformulação puramente lógica da estrutura narrativa e teria cariz de exame e investigação. Existiam regras de evidência e exigências de arquivo. Contudo, naquilo em que história é vida jazia nova imbricação entre os tipos de trama, pois os discursos narrativos dariam testemunho de historicidade (antes de escrever ou contar histórias, vivemos o âmbito do histórico).

Hayden White repetia que os estudos históricos desconheciam uma revolução do conhecimento como a verificada nas ciências físicas e considerava, ainda, que o discurso histórico e o literário apresentariam mais semelhanças do que diferenças, isso, pelos *tropos* da metáfora (similitude), da metonímia (contiguidade), da sinédoque (relação parte / todo) e da ironia (oposição), configurados nos moldes narrativos do romance, da tragédia, da comédia e da sátira, respectivamente. Entre tantas críticas dirigidas, a mais incisiva parece vir do prefácio de Reinhart Koselleck à edição alemã de *Trópicos do discurso* (constante do volume *The practice of conceptual History*). Pensando, talvez, no Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*, Koselleck transferia a ideia do *tropos*, da exposição, para o próprio cerne do pensamento. Assim, é como se as configurações narrativas representassem, menos uma escolha, e mais uma força subliminar que condicionaria as maneiras de o historiador conceber (e não apenas apresentar) sua temática.

Alguns pressupostos da prática historiográfica – o estatuto ontológico do passado, o diálogo entre as evidências e os referenciais teóricos e a adequação dos discursos de demonstração à coerência e ao crivo disciplinar – seriam alheios à escrita literária. A realidade não seria mera figuração discursiva. O que se chama passado, de fato, foi existência. Não era um agregado de tramas separadas, mas a integralização do comportamento humano e do ser e vir-a-ser de cada instante. A relação aí precisaria de meios, evidências e conceitos.

Entretanto, as análises e sínteses também seriam históricas, pois as hipóteses e as pesquisas poderiam fazer-se a partir de questões, materiais ou perspectivas novas. Ademais, o texto histórico estaria sujeito ao desmentido ou à refutação. Ampla interseção entre história e literatura seria encontrada no campo dos valores, aí, sim, a discussão seria sobre o significado das coisas observadas. Mesmo operado sob os controles da disciplina, Thompson achava que isso seria ato de juízo e escolha. A função da poesia não seria a de embelezar o lugar, mas a de perguntar para onde a sociedade estaria indo. Em setembro de 1973, Thompson redigiu *My study*, publicado como uma espécie de coda em *The heavy dancers*:

Meu Estudo

Aqui estou, Soberano de minha liberdade, com cada suporte que
Um poeta precisa, as horas mortas da noite,
A “lua vermelha” por sobre um bosque inglês...

Ofício emotivo e marginal, ainda o mais ancestral
Manejo essa máquina de escrever que vai
Com seus braços agitados através do velho alfabeto.

Nem mesmo afiar a pena é mais poderoso.
Cada qual em sua posição regulamentar os gigantes bocejam:
Eu estouro meus miolos contra suas hélices e cataventos
Moinhos que trituram minha própria necessidade.
Oh, honrem-me! Homem imperial sem patrulha
E monarca de minha incapacidade

Para cuidar de meus desamparados camaradas enquanto eles
caíam –
Lumumba, Nagy, Allende: abecedário
Adaptado ao nosso tempo! Em resposta ao nosso chamado

Disparo nessa ceifadeira estridente
E tiro vocês de letra. Mas o que eu escrevo
Não derruba nenhum interdito blindado, nem Ministros
Do Interior questionam.

Ninguém se dá ao trabalho de talhar e confiscar
Meus versos para a subversão do estado:

Nem mesmo os pequenos dogmas latem.
Levanto-me da mesa e espio o mundo.
Lá fora as corujas estão caçando. A escuridão

Pôs a lua exangue. Olhos imperiais
Guardam o terreno para as criaturas amistosas:
Mortos como as horas soam os prantos de terror das presas.

Retorno à minha escrivadinha. Se tais seres podem lutar
Ou sonhar ou se acasalar, que outra criatura poderia
Pôr-se fazendo marcas em um papel noite adentro?⁴²

Falando do circuito *samizdat*, Thompson anotava que, na Romênia, máquinas de escrever tinham que ser registradas, como se fossem algum tipo de arma. Qual, porém, seu poderio? Algumas vezes, Thompson louvou nas artes a crítica ao viés pragmático ou utilitário. Mais comumente, pensando que a “história da luta de classes é ao mesmo tempo a história da moralidade humana”, destacava a importância das artes em liberar valores. Entretanto, o historiador hesitava em crer na eficácia plena das artes em modificar uma atitude geral em relação à vida: Thompson admirava Christopher Caudwell, ainda que

⁴² “King of my freedom here, with every prop / A poet needs – the small hours of the night, / A harvest moon above an english corpse... // Backward unrationalised trade, its furthest yet / Technology this typewriter which goes / With flailing arms through the ripe alphabet. // Not even bread the pen is mightier than. / Each in its statutory place the giants yawn: / I blow my mind against their sails and fan // The mills that grind my own necessity. / Oh, royal me! Unpoliced imperial man / And monarch of my incapacity // To aid my helpless comrades as they fall – / Lumumba, Nagy, Allende: alphabet / Apt to our age! In answer to your call // I rush out in this rattling harvester / And trash you into type. But what I write / Brings down no armoured bans, no Ministers // Of the Interior interrogate. / No-one bothers to break in and seize / My verses for subversion of the state: // Even the little dogmas do not bark. / I leave my desk and peer into the world. / Outside the owls are hunting. Dark // Has harvested the moon. Imperial eyes / Quarter the ground for fellow creaturehood: / Small as the hour some hunted terror cries / I go back to my desk. If it could fight / Or dream or mate, what other creature would / Sit making marks on paper through the night?” THOMPSON, E. P. *The heavy dancers*. London: The Merlin Press, 1985. p. 338-339. THOMPSON, E. P. *Collected Poems*. Ed: Fred Inglis. Newcastle: Bloodaxe Books, 1999. p. 80-81.

tendesse a ver que a poesia não garantiria a agência de ninguém, sem ser pela experiência e histamina. Os versos de Thompson eram circunstanciais. Tempos de guerra. Festas de Natal e Ano-Novo. Uma visita ao exército de guerreiros de terracota. As aflições da era atômica. Até mesmo baladas de amor. Desde moço os escrevia. Não eram libelôs, eram libelos. Outra sensibilidade e outra empiria. Edward Thompson, para falar de literatura, fez-se historiador, para discutir a História de seu tempo, fez-se poeta e romancista. Seu trabalho noite adentro. Sua luta vida afora.

NEUTRALIDADE ATIVA E APORTES HISTORIOGRÁFICOS

Em 20 de outubro de 1985, a New School for Social Research promoveu simpósio sobre as “agendas para uma história radical” com Christopher Hill, Eric Hobsbawn, Perry Anderson e Edward Thompson. Aproximadamente mil pessoas foram a Manhattan assistir às comunicações, mediadas por Joan W. Scott. Talvez, pairasse alguma tensão, pois, à mesma mesa, sentavam-se os autores de *The poverty of theory* e de *Arguments within english marxism*. Thompson dramatizava sua situação, dizendo sentir-se um impostor ali, pois, há seis anos, estava imerso na atividade pacifista: até suas carteiras na Biblioteca Britânica e no Arquivo Público quedavam vencidas. Ressalvava não saber se ou quando voltaria aos seus escritos de historiador.

Eric Hobsbawn considerou que o item crucial na “agenda” seria resistir ao retorno à idade da pedra do ofício de historiador. O grito de guerra dos professores conservadores pregaria a volta ao modelo de Leopold von Ranke, tido como uma história de personagens ou eventos únicos, de feição narrativa e enfocando as elites. Hobsbawn saudava a história das pessoas comuns. Alertava, todavia, para os riscos de eventualmente se cair no sentimentalismo ou em tons de cronista e antiquário. Retirar homens e mulheres da “enorme condescendência da posteridade” (a expressão é atribuída a Thompson) não

se faria somente com inspiração, seria preciso análise e rigor. O enfoque nos trabalhadores havia sido importante. Para além das classes operárias e dos camponeses, cabia examinar, então, os comerciantes e os estratos médios.

Uma questão geral que continuava aberta era a do desenvolvimento global do homem por meio de uma enorme variedade de formações sociais. Christopher Hill lembrava a importância de se entender a história como um todo. Elogiava a contribuição da história das mulheres, destacando que as feministas enxergariam as demandas sociais de outros ângulos. Em contraste com o apelo do governo britânico, que predicava uma história que estimulasse o sentimento nacional, Hill defendia a discussão acerca das tradições revolucionárias e do patriotismo radical. Os vencedores sempre tenderiam a escrever a história, e essa história seria sempre tendenciosa. Uma recomendação era a de evitar parafrasear abstrações. Ao dizer “liberdade”, cabia a pergunta: liberdade para quem? Para fazer o quê? A história dos movimentos radicais exigiria ainda outra cautela, a de não se restringir às suas grandes figuras, aos seus heróis. Para Hill, a investigação deveria concentrar-se nos porquês da falha desses movimentos em convencer seus contemporâneos.

Perry Anderson apontava a incorporação de vastos campos temáticos à pesquisa histórica, muito por meio de abordagens das ciências sociais, principalmente, da Antropologia. Isso teria aspectos positivos, como a extensão do campo de visão social para os de baixo, pobres e explorados. Mas Anderson julgava que tais temas (trabalho e lazer, família e sexualidade, crime e lei, loucura e mentalidades, costume e ciência) estavam chegando a um ponto próximo à saturação.

A história das mulheres deveria incluir aquela produzida pelos homens. Anderson preconizava a atenção a questões-chave no campo da teoria da história: a determinação causal, o interesse contra-factual pelas possibilidades e um tipo relacional de história (estudos das influências de diferentes países e culturas uns aos outros e que Anderson tentava diferir da história comparativa a partir do exemplo das guerras de libertação na América Espanhola, que, para ele, repercutiam as reviravoltas políticas da própria metrópole).

Edward Thompson dizia não querer ensinar ninguém como escrever história, cada qual deveria descobrir maneiras próprias. Sua “agenda” consistia, como no conselho de William Morris a Burne-Jones, em concluir velhas coisas: *Costumes em comum*, um estudo sobre William Blake, outro sobre os românticos ingleses de 1790 e um terceiro sobre a campanha militar na Bulgária que redundou na morte de seu irmão.

Em relação ao “materialismo histórico”, Thompson acreditava que as ideias e os valores estariam situados em contextos materiais e que as necessidades materiais estariam situadas em um contexto de normas e expectativas. Estabelecer o primado econômico em uma hierarquia da causação, como pela metáfora base / superestrutura, parecia-lhe eco da definição capitalista.⁴³ A separata da comunicação de Thompson foi publicada em THOMPSON, E. P. *Obra esencial*. Barcelona: Crítica, 2002. p. 561-567 e THOMPSON, E. P. *Making History*. New York: The New Press, 1994. p. 358-364.

Joan Wallach Scott, em seu livro *Gender and the politics of history*, publicado em 1988, dedica um capítulo ao exame das maneiras pelas quais as mulheres e relações de gênero eram (ou não) tratadas em *A formação da classe operária inglesa*. Definindo “gênero” como conhecimento e organização social das diferenças sexuais, Scott objetivava discutir como as hierarquias entre os sexos eram construídas e legitimadas. Partindo de uma perspectiva dita “pós-estruturalista” (inspirada por Michel Foucault e Jacques Derrida), a autora preconizava a investigação de como os significados eram constituídos. Assim, “linguagem”, para além da fala, leitura ou escrita, diria respeito a sistemas de significação. Mais do que refletir uma realidade exterior, a linguagem seria constitutiva dessa própria realidade. O conceito de “classe” teria sido definido de forma extremamente masculina, descurando, por exemplo, das mulheres que trabalhavam em casa.

Não era a invisibilidade das mulheres no livro de Thompson o que causava estranheza a Joan Scott, mas as formas como eram apresentadas. Eram codificadas como femininas noções como do-

⁴³ “Agendas for radical History”. In: *Radical History Review*. v. 36, 1986. p. 26-45

méstica, espiritual, expressiva, religiosa, indisciplinada e irracional. A tradição operária, por mais que promettesse igualdade, falhava em reconhecer suas próprias diferenças.⁴⁴

Em entrevista conduzida por Penelope Corfield, E. P. Thompson foi confrontado com os ataques da nova história feminista. Considerava que a “desconstrução” de Joan Scott havia provocado equívocos quanto à estrutura de *A formação da classe operária inglesa*; entretanto, reconhecia acertada a observação de que as imagens de classe e consciência de classe haviam sido forjadas com conotações masculinas. Concordava, também, com a crítica de que as instituições e documentos privilegiavam o registro das ações organizadas, dos feitos das lideranças e da ótica dos homens.⁴⁵

A militância de Thompson em prol do desarme nuclear e em favor das liberdades políticas e dos direitos civis, mesmo exercendo-se desde a Guerra da Coreia, ganhou novo impulso em fins de 1979, quando a 12 de dezembro, em Bruxelas, foi assinado acordo de modernização dos arsenais atômicos da OTAN. Uma semana depois, os soviéticos decidiram intervir no Afeganistão, o que ocorreria no Natal. O engajamento de Thompson na luta pela paz envolvia encontros e viagens, protestos e passeatas, pronunciamentos e publicações. Fred Inglis considera Thompson o escritor da Guerra Fria. A lista dos principais títulos é indício do arrebatamento do autor: o panfleto *Protest and survive* (1980), a sessão “Neutralidade ativa” do livro *Writing by candlelight* (1980), os artigos “Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização” (editado em 1980 por *New Left Review*) e “Europa, o elo frágil da Guerra Fria” (de 1982, réplica a críticas às páginas sobre exterminismo), as brochuras *Zero option* (1982), *Star wars* (1985), *The heavy dancers* (1985), *Double exposure* (1985), *Prospectus for a habitable planet* (1987) e mesmo o romance *The Sykaos papers* (1988).

A partir da própria fala de Thompson, tais textos são discernidos de sua produção historiográfica, iniciada em 1955 com uma biografia

⁴⁴ SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988.

⁴⁵ THOMPSON, E. P. “O espírito Whig sem o elitismo”. In: BOURDIEU, P.; MICELI, S. (Org.). *Liber 1*. São Paulo: Ed. USP, 1997. p. 163-175.

de William Morris e continuada com estudos como *A formação da classe operária inglesa* (1963) e *Senhores & Caçadores* (1975). Mas será apenas isso? Nos intentos de transformar a História (o desejo de evitar o final suicida da humanidade), não contariam aparatos de intérprete da história? As questões, recortes e abordagens dos textos de Thompson sobre desarmamento, de fato, são diversos daqueles de suas pesquisas. Em seus libelos de “neutralidade ativa”,⁴⁶ não obstante, a argumentação podia ser frequentemente desenvolvida com o recurso a aspectos e elementos da formação e da prática de historiador.

Simbolismo

Os arsenais atômicos seriam capazes de destruir a Europa ou o planeta dezenas de vezes. Se uma única vez já bastaria, Thompson interpretava a ameaça desse extermínio como uma linguagem de aparências, um exercício de simbolismo e acrescentava que:

[...] como historiador social tenho dito amiúde que o simbolismo é um componente de grande importância do processo histórico. As confrontações simbólicas precedem e acompanham as confrontações violentas. São frequentemente uma forma de sublimar ou realocar os confrontos violentos, com efeitos reais e materiais.

⁴⁶ Thompson utilizava a categoria de “neutralidade ativa” (aceitando-se a variante “neutralidade positiva”, de matriz iugoslava, das circunstâncias de não alinhamento da política de Tito, Nehru e Nasser), querendo indicar outras vias, sem compromisso com qualquer dos blocos ou superpotências. As principais considerações dessa postura enfatizavam que: 1) a tensão nuclear crescia em perigo e instabilidade; 2) a situação parecia descambar de um estágio estacionário para um de degeneração; 3) as elites soviética e norte-americana estariam comumente empenhadas em reprimir iniciativas populares tendentes a romper os circuitos e mecanismos de perpetuação da visão de mundo binária; 4) seria fútil esperar por medidas de desarmamento vindas de cima, das esferas política e burocrática; 5) tal sistema teria que ser estilhaçado a partir de suas bases até o topo. A recusa de soluções diplomáticas no interior das estruturas da Guerra Fria viria de par com uma mirada mais internacionalista. Thompson reclamava da distorção feita pelos meios de comunicação de massas, que difundiam o termo “neutralismo”. A qualidade de “ativo” (frisando o gesto, a deliberação, o engajamento) seria tão significativa quanto a postura que, cada vez mais, Thompson passou a chamar de “não alinhada”. Cf. THOMPSON, E. P. *Writing by candlelight*. London: The Merlin Press, 1980. p. 272-275 e THOMPSON, E. P. *Zero option*. London: The Merlin Press, 1982. p. 113-117.

Uma contenda por razões de prestígio, para “salvar a cara”, pode em seu resultado confirmar ou questionar a autoridade dos dirigentes. Os rituais do estado, a atuação pública, a manifestação pública são formas todas elas carregadas de força simbólica; podem consolidar a hegemonia garantida dos dirigentes ou podem desprestigiá-lo por estatísticas e pelo ridículo. O simbolismo não é unicamente uma coloração que se acrescenta aos fatos do poder: é por direito próprio um elemento do poder na sociedade.⁴⁷

No campo da política, uma analogia bastante influente é aquela entre indivíduos e sociedades. Decorre daí um tipo de raciocínio, chamado sinérgico, segundo o qual o corpo social seria também dividido em cabeça, tronco e membros correspondendo, respectivamente, aos dirigentes e intelectuais, à espinha institucional e às classes laboriosas. Assim, governantes anseiam por ser figurados como inteligências atentas, com senso de concretude e tino para planejamentos.

Para maior eficácia de desejos e objetivos políticos, entretanto, as estratégias recomendam tentar conquistar “corações e mentes”, o que envolve o manejo de símbolos e ritualizações. O que representavam as togas e perucas nos júris ingleses? E as execuções públicas em Tyburn? E John Bull? Poderes dos símbolos, símbolos do poder... convém, contudo, considerar potenciais alternativos ou de dissidência a partir de linguagens e práticas também evocativas e mobilizadoras. A luta antinuclear foi feliz em internacionalizar o logotipo do CND (Campaign for Nuclear Disarmament), o símbolo da Paz, o “pé de galinha”, criado pelo artista e ativista Gerald Holtom. No século XVIII, formas de ação (algumas vezes exitosas) também haviam sido encontradas em gestos e coisas

⁴⁷ “[...] but as a social historian I have often offered the view that symbolism is a profoundly important constituent of historical process. Symbolic confrontations precede and accompany confrontations by force. They are often a means of sublimating or displacing confrontations of force, with real and material consequences. A contest for ‘face’ may, in its outcome, confirm or call in question the authority of the rulers. The rituals of State, the public execution, the popular demonstration – all carry symbolic force; they may consolidate the assured hegemony of the rulers or they may bring it into disrepute with numbers and ridicule. Symbolism is not a mere colour added to the facts of power: it is an element of societal power in its own right”. THOMPSON, E. P. *Zero option*. London: The Merlin Press, 1982. p. 21.

carregados de sentidos, com recursos às cartas anônimas, às canções de maldizer e mesmo à mitologia que discernia “patrícios e plebeus”.

Simbólico ≠ Irreal. Representações e imaginários são vistos aí como elementos da realidade, e não seus antípodas. Algo existe de emotivo nas razões de estado. Sua eficácia e seu potencial mobilizador seriam proporcionais ao tanto que assentados em comunidades de sentido. Modos de ação poderiam ser legitimados quanto mais sugerissem traduzir sentimentos e esperanças. Tais ritos, mais do que um ornamento, configurariam uma dimensão específica do exercício do poder. Conflitos e contestações também acionavam a semântica e a imagética dos símbolos.

Em sua “agenda para a história radical”, Thompson dizia acertada a ênfase na problemática do poder e suas interfaces. Isso exigiria um vocabulário renovado, capaz de examinar as estruturas das relações de controle e poderio por meio de seu simbolismo. Para ele, o desafio seria tentar entender as “razões” da irracionalidade social. Em *A miséria da teoria*, essa preocupação era apresentada considerando que: “O mais velho erro do racionalismo foi supor que definindo o não-racional como não fazendo parte de seu vocabulário havia, de alguma forma, conseguido eliminá-lo da vida”.⁴⁸ Ao menos duas operações intelectuais são propostas. Em primeiro lugar, cabia considerar a pertinência de estudos e exames acerca da dimensão imaginária e sentimental. Em seguida e para tanto, valia tentar romper com diagramas que supunham relações mecanicistas ou de reflexo entre base material → superestrutura ideológica.

Em *Costumes em comum*, Thompson observava que: “Os ritos são como um teclado que pode ser tocado de forma leve, satírica ou martelado brutalmente”.⁴⁹ A sugestão é que, em maior ou menor grau, a vida social e política conhece ritualizações variadas, seja como esforço legitimador do poder, seja como deboche ou contestação. O que se afigura decisivo é que todo um conjunto de signos capazes de configurar a linguagem ritual esteja estabelecido e seja

⁴⁸ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 198.

⁴⁹ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 386.

compartilhado. Os significados poderiam mesmo ser bastante variados. Mas a comparação com o teclado indica a configuração de alfabetos de imagens e imaginários.

Identidade / Alteridade

Em seu estilo argumentativo e em sua feição polemista, Thompson foi cada vez mais se permitindo referências autobiográficas. Algumas das recordações de quem era um tenente de 20 e pouco anos na II Guerra Mundial inscrevem-se sugestivamente em seus apelos pela paz e direitos humanos. Um desses testemunhos, coligido em *The heavy dancers*, diz do estado de incompreensão entre dois batalhões aliados (do leste e do oeste) postos nos extremos da Ponte de Drava, quando um prisioneiro foi disputado por ímpetos de julgamento e de execução sumária. Para os soviéticos, aquele seria um dia para matar fascistas. Para os ocidentais, aquele homem (que não se sabia se falava em grego, alemão ou croata) estava rendido, o que sugeria algumas salvaguardas. Thompson interrogava se esse não poderia ter sido um dos estalos da guerra fria. A tópica aí é a do duplo identidade / alteridade: aliados x fascistas, leste x oeste, nós x eles...

Em princípio, nada haveria contra o vínculo pela diferenciação. A definição de quem somos passaria pelo reconhecimento daquilo que nos é alheio. Os mecanismos de vinculação por exclusão seriam intrínsecos à sociabilidade. Eram importantes para as identidades de grupo (da família, da igreja, de gênero, etárias ou de classe), e parte disso acabaria interiorizado nos processos de individuação. Isso, portanto, não bastava para o pessimismo. Preocupante seria, contudo, a percepção do estrangeiro como um rival, uma ameaça. Roma precisara dos bárbaros, a cristandade dos pagãos, a Igreja medieval da figuração de satã... A imagem de um adversário amedrontador calhava bem com intentos de disciplina interna. A ideologia da Guerra Fria radicava na hipótese do “inimigo permanente”. A motivação do “outro” era a hostilidade absoluta, e sua conduta seria sempre malévola, amoral e oportunista. Uma das bases da doutrina da dissuasão era a de que ataque inimigo era convido apenas pelas iniciativas de defesa, o que acabava acirrando a cor-

rida armamentista. Thompson caracterizava essa relação isomórfica com a imagem segundo a qual “os falcões de um lado alimentam os falcões d’outro lado”. O cotidiano, assim, era transformado por um clima de emergência constante.

O isomorfismo indicava uma relação recíproca, mas não necessariamente simétrica. Aliás, justificar quotas crescentes do orçamento militar com o alarde de que o inimigo estava mais bem preparado e com arsenais maiores e mais modernos havia virado chavão na retórica de *deterrence*. A carreira armamentista buscava evitar a intimidação causada por qualquer possível supremacia bélica ou tecnológica do oponente, e isso, na análise de Thompson, havia adquirido matizes de vício. O militarismo vinha de par com considerações ideológicas.

Os nacionalismos não seriam um mal em si. As sociedades careceriam de amálgama e identificação. Problemas surgem ou se agravam quando os sentimentos catalisadores são de raiva ou ressentimento. Ou em diagramas de bipolaridade e visões maniqueístas. Fervores nacionais exacerbados exercitam a lógica do vínculo pela exclusão. Thompson considerava que: “As ideologias nacionalistas mais perigosas e expansionistas são aquelas que se disfarçam em nome de valores humanos universais”.⁵⁰ A projeção de ameaças externas favorecia afãs de regulação ideológica e disciplina social. Ao examinar os nacionalismos das superpotências, Thompson considerava que o novo mundo fora povoado por muitos desterrados. Desde as grandes migrações, mais e mais, o americanismo seria um ideal construído, e a alteridade aí seria aquilo em que os EUA não deveriam nunca se transformar. Característica dessa identidade seria a ideia de *alien*, de algo ou alguém posto do lado de lá da fronteira. Não ainda o inimigo, mas já o estrangeiro. O orgulho ianque buscava substância na prédica de que, como líderes do mundo livre, cumpriam um destino manifesto prescrito por Deus. Na URSS (esse enorme agrupamento de povos), a vaidade seria a de pátria da primeira revolução

⁵⁰ “The most dangerous and expansionist nationalist ideologies are those which disguise themselves as missions on behalf of human universals”. THOMPSON, E. P. *The heavy dancers*. London: The Merlin Press, 1985. p. 39.

socialista, e imagens de perigos vindos de fora serviam para legitimar medidas policiais e de controle intelectual. Era possível tachar críticas ao regime como agenciadas pelo imperialismo e confinar seus autores em institutos psiquiátricos.

Em um contexto no qual prenúncios de males externos incitavam a intimidação e a disciplina internas, alardeava-se que o adversário não estaria apenas na outra metade do globo. “Eles” estavam entre “nós”. O simbolismo da Guerra Fria rotineiramente apelava a notícias sobre complôs, espionagem ou risco de turbulência interna. O raciocínio sinérgico que entendia a sociedade como um corpo, articulado entre sua inteligência dirigente, um tronco institucional e membros locomotores favorecia que o espírito internacionalista fosse apregoado como contágio, tumor ou febre. Na lógica de que existiam somente dois lados, era cômodo representar o diferente feito antagonista, mau, errado e estranho. Uma das dificuldades dos movimentos não alinhados era a de que manifestações em favor dos direitos humanos podiam soar aos povos do Pacto de Varsóvia como ação da propaganda imperialista, ao passo que, aos olhos da OTAN, campanhas de desarme podiam parecer orquestradas por Moscou.

Vigilância / sigilo / propaganda

Muito da bibliografia de referência para os estudos sobre imaginários sociais e simbolismos políticos (os trabalhos de Pierre Ansart, Bronislaw Baczko, Georges Balandier, Pierre Bourdieu, Raoul Girardet, Claude Rivière) destaca que os recursos evocativos e mobilizadores são mais frequentemente acionados em situações de crise ou instabilidade. Cabe perguntar, contudo, se diagnósticos de crises e ameaças – para além de ocasiões que fazem funcionar mitos e liturgias – não seriam também ardis do discurso político? O que escapa à “idade de ouro” pode, em graus variáveis, ser sentido como situação de desequilíbrio e risco. Em diálogo com categorias de Girardet, é possível supor que as crises, mais do que um recorte temporal, participam das “mitologias políticas”, podendo ser relacionadas à quebra da “unidade”, ao pressentimento de uma “conspiração” ou à expectativa do advento de algum

“salvador”.⁵¹ Os poderes simbólicos pretendem definir e ordenar o tempo coletivo, tanto mais quanto esse tempo for dito como tenso ou de turbulência. A crise é um (con)texto: dela participa a retórica de que a ordem dos tempos foi sacudida ou transtornada. Crises não são apenas ocasiões que demandam respostas ritualizadas pela política, com efeito, valem como tópica de sua estratégia discursiva. Quando se define uma situação como anormal, tacitamente é sugerida toda uma nova percepção de encargos e salvaguardas. A partir daí, predica-se o que se deve e o que não se pode fazer.

A Guerra Fria, decerto, não foi uma época de tranquilidade. Mas as ansiedades eram agravadas pela projeção de perigos constantes, de ataques prestes a explodir e pelas hipóteses do “pior possível” e do “inimigo permanente”. Em *Protest and survive*, Thompson afirmava que: “Crises legitimam o alargamento das funções de segurança do estado, a intimidação da dissidência interna, e a imposição do sigilo e do controle de informação”.⁵² GCHQ, MI5, CIA, KGB, os serviços secretos de uns e outros trocavam confidências. Escondendo informações e impingindo meias-verdades, assim, tentava-se direcionar opiniões e energias das populações nativas. Quanto mais aterrorizantes as notícias sobre preparativos militares e tecnológicos do inimigo exterior, maiores os pretextos para escaladas internas de monitoramento e repressão. Os falcões de ambos os blocos mutuamente alimentavam-se. Mas, de leste a oeste, imperava uma lógica perversa que via como suspeita qualquer iniciativa de estabelecer diálogos entre movimentos pacifistas e em favor dos direitos humanos. Isso, só agravaria a crise.

No romance *The Sykaos papers* alguns pontos da operação dos serviços de inteligência e defesa são comentados. O convite (ou convocação?) de profissionais liberais indica relações que, conforme Thompson afirmara em suas “Notas sobre o exterminismo”, milita-

⁵¹ GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁵² “Crisis legitimates the enlargement of the security functions of the state, the intimidation of internal dissent, and the imposition of secrecy and the control of information”. THOMPSON, E. P. *Protest and survive*. Middlesex: Penguin Books, 1980. p. 56.

rizam os civis e conferem certo ar paisano aos militares. Destaca, ademais, articulações entre saber e poder visando à legitimação de gastos elevados e dotações crescentes de impostos, consumidos pelo complexo militar, burocrático, industrial e acadêmico. A primeira recomendação feita ao pessoal em Martagon Hall era a de que a existência do extraterrestre Oi Paz deveria ser continuamente negada. Aquele segredo deveria ser bem guardado da população. Vários quadros dessa ficção tratam do clima de espionagem e controle de informação experimentado no interior mesmo das estruturas e aparatos de informação e segurança. Grampos telefônicos, informes com a rubrica “altamente confidencial”, lixeiras vasculhadas... não seriam somente invenções literárias. Um “segredo oficial” era definido como aquilo que não foi oficialmente divulgado, o que frisa a imbricação entre os serviços de monitoramento e os de propaganda. Os silêncios são siameses dos alardes. Relatórios e notícias podiam mais esconder do que revelar. As “meias-verdades” decorriam de vetos e da divulgação de versões pré-processadas. Setores da indústria cultural e dos meios de comunicação de massas partilhavam com os governos interesses em criar consensos. Até aí, nada demais. Em visões do mundo sob um código binário, entretanto, tudo que fugisse ao consensual poderia ser tachado como traição.

Um capítulo de *Writing by candlelight* tratava do que o autor denominou de “segregação da dissidência”. Mais do que pela existência de certas instituições, a democracia seria definida pelo modo de funcionamento de tais instâncias: se uma minoria não pudesse advogar uma opinião intolerável para a maioria, Thompson julgava esse um ponto distante do amadurecimento democrático. A partir do cenário britânico, o autor observava dificuldades enfrentadas por causas que não possuíam organização político-partidária. Demandas travadas fora da arena parlamentar é como se inexistissem. Os circuitos da mídia e os círculos do poder teriam influências recíprocas. Em larga medida, tentariam determinar quais temas poderiam ser discutidos e as maneiras de fazê-lo. Rádios, jornais e televisões falavam constantemente das “opiniões heréticas” e dos “princípios heterodoxos”, embora, somente muito raramente, abrissem espaço para que tais ideias fossem apresentadas e defendidas pelos seus próprios entusiastas. Às vezes, isso acontecia

apenas como cumprimento de um direito de resposta. Aliás, o artigo “The segregation of dissent” foi rejeitado pela BBC. Foi publicado em 1961 em um pequeno magazine acadêmico. A afirmação de preceitos radicais, com ênfase própria – e Thompson considerava, evocando os nomes de Paine, Cobbett e Hazlitt, que o tom para os dissidentes seria tão importante quanto o conteúdo – teria que efetuar-se por meios também alternativos, com suas próprias ferramentas tecnológicas e tentando construir pontes com um público mais amplo.⁵³

Ao intuito de projetar uma imagem de Si eficiente em intimidar o Outro, fortalecer liames e coibir dissensões internas correspondiam práticas de propaganda e difusão, bem como as que pretendiam impor silêncios ou esquecimentos.

Em 1981, Thompson proferiu “Camps lectures” na Universidade de Stanford.⁵⁴ Quando do convite, feito em 1978, o tema inicialmente pensado trataria de Mary Wollstonecraft e dos “Direitos da Mulher”. Todavia, tais conferências acabaram por assuntar o que Thompson chamou “War memoirs”, ocasião em que o historiador revisitou eventos e personagens decisivos, como a trágica morte de seu irmão, Frank Thompson. Uma das principais preocupações de Thompson aí concernia à atividade dos chamados “anti-historiadores”, dedicados a silenciar ou destruir evidências e a alardear boatos, distorcer informações e difundir mentiras. Em sua percepção, seria como se as razões de Estado muitas vezes entrassem em choque com demandas do conhecimento histórico. Circunstâncias de conflito e instabilidade como a Guerra Fria costumavam acirrar o reprocessamento de visões autorizadas do passado e a divulgação de novas anedotas e mitos; bem como favoreciam tentativas de instituir “amnésias” ou silêncios. Os imperativos estratégicos de projetar uma imagem ameaçadora perante o Outro, propagandear conveniências governamentais ou coibir dissensos internos redundavam em uma política de informação em que o registro de uma

⁵³ THOMPSON, E. P. *Writing by candlelight*. London: The Merlin Press, 1980. p. 1-10.

⁵⁴ THOMPSON, E. P. *Beyond the frontier. The politics of a failed mission: Bulgaria 1944*. Stanford: Stanford University Press: The Merlin Press, 1997. Publicação póstuma. Editado por Dorothy Thompson, a partir dos manuscritos das “Camp Lectures” de 1981.

evidência poderia ser apenas a outra face do descarte, da manipulação ideológica ou da mordação.

Frank Thompson não era somente a luz ou sombra de um irmão três anos e meio mais velho. Era tido por todos como uma pessoa brilhante. Nasceu em 17 de agosto de 1920, em Darjeeling, Índia, onde o pai de ambos atuava como missionário metodista. Foi morto aos 24 anos. Era então capaz de se comunicar em nove idiomas diferentes, muitos dos quais eslavos; o que talvez o fizesse sentir-se mais europeu do que inglês. Escrevia versos e aquilatava que a poesia muito mais do que mero passatempo intelectual seria uma dimensão da sensibilidade e da percepção. No Natal de 1942, enquanto servia no Iraque, Frank recebeu de presente de seu irmão o livro *Studies in a dying culture*, de Christopher Caudwell. Em janeiro de 1944, escrevendo do Cairo, recomendava a Edward a leitura de *News from nowhere*, de William Morris... Frank era filiado ao PC britânico desde 1939 e alistou-se para a Guerra em setembro do mesmo ano. De operação em operação (treinamento de paraquedas, bases no Oriente e no Norte da África) foi assumindo cada vez mais riscos. Engajou-se na guerra contra os regimes fascistas, nas lutas da resistência e tomou partido em conflitos que pretendiam derrubar governos colaboracionistas (e que sonhavam com o que poderia ser uma política comunista), isso até ser capturado entre guerrilheiros búlgaros e então assassinado, possivelmente, em 5 de junho de 1944.

As visões sobre os resistentes búlgaros e Frank Thompson foram mudando ao sabor das orientações ideológicas e interesses políticos: do funeral solene, das honrarias militares, da homenagem em batizar com seu nome uma estação ferroviária, das celebrações como herói, enfim, até as reviravoltas que o figuravam como agente do imperialismo infiltrado a mando dos aliados ou como camarada que tramava a estabilização de uma hegemonia soviética. Ou até ao ponto de esse ser tido como assunto impróprio, algo a ser esquecido ou silenciado. Ao historiador e ao cidadão, restaria estar atento tanto ao que se diz quanto ao que se cala. Se as investigações são feitas a partir de documentos, caberia também investigar as documentações, ou seja, as praxes e ideais na constituição de acervos, que incidem na guarda, restauro ou monumentalização de alguns registros, ao passo que outros rastros são apa-

gados, indícios são adulterados, fontes são destruídas. O que uma sociedade lembra de si? O que esquece? O que imagina? As questões ruidosas voltavam-se para a memória social / coletiva, sem, porém, negligenciar os aspectos individuais, ao focar possibilidades e limites da chamada “história oral”: Thompson percebia complicações em criticar o testemunho (base do ofício de historiador) daqueles que são vistos por determinado grupo como “os que sabem” e estabelecia prioridades, não tanto do escrito sobre o oral, mas do registro contemporâneo em relação à recordação posterior.

Agência e criatividade

Em 1956 – após o início da divulgação dos crimes do stalinismo, da interferência soviética na Hungria e da tensão no Canal de Suez – Thompson retirou-se do Partido Comunista britânico, ao qual estava filiado há quase quinze anos. Passaria a editar *The New reasoner* (homenagem, quiçá, ao periódico de laivo jacobino tentado em 1808 por John Bone, antigo membro da Sociedade Londrina de Correspondência). No verão de 1957, publicou aí o artigo “Socialist Humanism”. Seu subtítulo, “uma epístola aos filistinos”, servia de crítica aos que idealizavam o proletário com aspirações burguesas, o explorado aquisitivo. As coisas não bastariam para satisfazer seres morais e pensantes. Era, ademais, um debate com a ideologia dos burocratas do leste, enfocando itens como dogmatismo, niilismo moral, anti-intelectualismo e negação ou menosprezo da agência humana. O modo de pensar daquele regime era o do idealismo mecanicista e não o do materialismo, que Thompson lembrava deveria ser histórico. Para ele:

Técnicas científicas podem ser utilizadas no estudo da história; podemos falar do emprego de um *método* científico, mas nós nunca atingiremos uma ciência *precisa* da história, como uma ciência natural, por causa da agência criativa do homem.⁵⁵

⁵⁵ “Scientific techniques may be used in the study of history, we may speak of employing a

O termo “história” é polissêmico, a poder significar área do conhecimento, existência e processo. O padrão prevalente de cientificidade é o da descoberta de leis, a partir de procedimentos indutivos e de dedução. Esse, o exemplo das ciências naturais. Os estudos históricos têm também seus métodos de crítica, análise e síntese. Suas “regras”, porém, seriam mais tênues e provisórias (mais históricas) quando comparadas ao modelo físico-químico. Da comparação, várias vezes retirou-se um escalonamento, insistindo, não na diferença, mas na supremacia ou inferioridade de uns saberes no cotejo com outros. A definição do que era a história tentou-se pelo seu discernimento em relação à fábula. Havia, contudo, um pirronismo “moderno” que satirizava a credulidade dos historiadores acerca de vários eventos absurdos e que reprovava o destaque conferido a mexericos e arengas.

Entre suas principais influências, Thompson elencava Giambattista Vico. O autor de *A Ciência Nova* propunha uma apreciação diversa do conhecimento e de sua divisão em disciplinas. Seu entendimento fazia-se a partir das categorias de “certo” e “verdadeiro”, articuladas à criação ou ao mero desvendamento das coisas. Em respeito à natureza do mundo, os homens poderiam alcançar a descoberta de muitas certezas. Porém, os porquês sobre tais fenômenos quedariam interditados. Em relação ao mundo das nações, ao que foi inventado pelos homens, seria permitido outro tipo de intelecção, na qual é difícil acumular certezas, mas em que é possível compreender algumas verdades (não todas, pois parte da ação humana permaneceria orientada por inspiração providencial). Certezas sobre o mundo físico dizem da consciência. Verdades sobre as realizações humanas configurariam ciência.

As peculiaridades da história dentre os demais saberes acadêmicos decorriam do leque de possibilidades na história como processo e da agência criativa na história como viver. Thompson discordava da abordagem que tentava contornar o problema das indeterminações do

scientific *method*, but we will never attain to a *precise* science of history, like a natural science, because of man's creative agency". THOMPSON, E. P. "Socialist Humanism. An Epistle to the Philistines". In: WINSLOW, C. (Ed.). *E. P. Thompson and the making of the New Left*. New York: Monthly Review Press, 2014. p. 58. Itálicos do original.

processo histórico negando ou diminuindo o potencial transformador da iniciativa e inteligência de indivíduos e grupos. O modelo de cientificidade entendido como estabelecimento de leis destaca os traços predizíveis e determinados dos fenômenos. A história somente seria uma ciência precisa se homens e mulheres fossem reduzidos em sua humanidade. Sobre os cães de Pavlov e as gentes, Thompson observava: “Mas homens fazem sua própria história: são em parte agentes, em parte vítimas: é precisamente o elemento da agência o que os distingue das bestas, é a parte *humana* do homem, e é patrimônio para nossa consciência engrandecer”.⁵⁶

A noção de “agência” abrangia, ainda, a possibilidade de o sujeito fazer-se ator, ou seja, de atos que pareciam corresponder a papéis ou roteiros, a uma espécie de cerimonial que envolvia relações sociais e de poder. No romance *The Sykaos papers*, quando da estada do alienígena Oi Paz na Terra, ele logo perceberia que *to act* poderia significar tanto “agir” quanto “atuar”. Os mortais consumiriam parte de suas breves existências como se estivessem em encenações ou jogos não declarados. Falar em teatro e contrateatro não implicava diminuir a importância de certos tipos de relação. A intenção seria, como em *Costumes em comum*, a de realçar o simbolismo, as expectativas e os espetáculos desempenhados por patrícios e plebeus no séc. XVIII inglês e que envolviam as linguagens rituais, respectivamente, da ostentação e caridade, da ameaça e sedição.

A agência humana, contudo, sofreria pressões e conheceria limites. Intenções não se efetivam de maneira absoluta. Interesses são conflitantes. Esforços não se acumulam linearmente. Os homens fariam sua própria história, conforme asseveraram Vico e Marx. Entretanto, para Vico, isso não se devia nem ao acaso ou ao destino. E Marx e Engels lembravam, em *A ideologia alemã*, que as circunstâncias fazem

⁵⁶ “But men make their own history: they are part agents, part victims: it is precisely the element of agency which distinguishes them from the beasts, which is the *human* part of man, and which it is the business of our consciousness to increase”. THOMPSON, E. P. *Socialist Humanism: an epistle to the philistines*. In: WINSLOW, Cal. (Ed.). *E. P. Thompson and the Making of The New Left*. New York: Monthly Review Press, 2014. p. 66. Itálico no original.

os homens tanto quanto são por eles feitas. A interlocução com Raymond Williams e Stuart Hall, à época do *May Day Manifesto*, fortaleceu em Thompson o entendimento das “determinações” como exercício de pressões e manifestação de limites. Se a ação humana fosse totalmente determinada, a noção de agência seria perdida. Porventura, seja um truísmo, mas dizer que os homens fazem a história de determinadas maneiras não sugere o mesmo que afirmar que fazem a história de maneiras determinadas: na primeira, o destaque incide sobre escolhas e realizações em um campo de alternativas; na seguinte, a ênfase recai na previsibilidade dos desenvolvimentos. Caso a agência humana e o processo histórico obedecessem alguma lei geral ou cumprissem determinações perenes em sua estrutura e funcionamento, talvez, a história pudesse figurar no rol das ciências exatas. Mas, e daí? À custa de quê?

Na novela *The Sykaos papers*, o alienígena Oi Paz vai adquirindo traços de uma criatura mortal. Nesse processo, foi atormentado por um pesadelo com corvos que encobriam o céu e projetavam imagens terríveis no chão. Oi pôde reconhecer três dessas aves agourentas pelos nomes de “escolha” (*choice*), “oportunidade” (*chance*) e “mudança” (*change*). As investidas dos urubus não miravam sua pele, antes atacavam o cerne que abrigava seus programas... Se os homens não eram absolutamente livres, tampouco estavam condenados a ter todos seus atos agrilhoados por programações. A vontade e o poder de agir insinuam diluições na eficácia da previsão (ou melhor, presciência) em relação aos assuntos mais humanos. O letargo de Oi afigura-se aterrador na proporção que lembra que agência é outro nome para responsabilidade e no tanto que isso é visto como alforje ou fardo.

O padrão de cientificidade naturalista, quando transposto sem mediações para os problemas humanos, pode servir para ajustar ou redimir intenções e gestos (e omissões) que, de outro modo, poderiam ser vistos como deliberados. O historiador, não obstante o emprego de métodos científicos, enreda-se em discussões referentes a imputações e valores. A questão da “inteligibilidade da História” atine tanto a querer conhecer se a História tem um sentido (direção), como a saber se a História faz algum sentido. Mais que um significado, nesse ponto, Thompson parecia acreditar em uma significação. Conforme trecho de *Beyond the frontier*:

Que “sentido”, em qualquer caso, pode alguém atribuir a qualquer evento histórico? Não é a história sempre o registro da supressão e cancelamento dos entendimentos e intenções individuais em prol daquilo que dá cara ao processo histórico? E não é o processo em si desprovido de toda significação inerente, isento de valor, para o qual nós podemos se assim o desejarmos, aportar desde fora atribuições de valores?

Em meus próprios escritos acerca da história e teoria tenho consentido com tal posição. Mas tenho ido além e acrescido que somos nós, no presente, que temos sempre que dar sentido a esse passado inerte e acabado. Por a História ser para sempre inconclusa, ela permanece como campo de infindáveis possibilidades, ela posta-se anteriormente a nós com toda sua contradição de objetivos e intenções canceladas e nós – agindo no presente – olhando para trás, refutamos algumas possibilidades e selecionamos e desenvolvemos outras. Nós endossamos alguns valores do passado e recusamos outros.⁵⁷

As controvérsias sobre a causalidade na História como processo e da cientificidade da História como área do conhecimento tinham um de seus polos nas visões naturalistas e nos conceitos de determinação; outro extremo enfatizaria os raios de liberdade, em que os indivíduos poderiam fazer escolhas, sendo, contudo, responsáveis pelos seus atos. O momento atual não seria o desembocadouro inevitável de percursos passados. O desabono da fórmula “depois disso, logo causado por isso” (*post hoc ergo propter hoc*) como princípio explicativo levava ao questionamento do presente como instante de culminância ou como conse-

⁵⁷ “What ‘meaning’, in any case, can one attribute to any historical event? Is not history always a record of the supercession and cancellation of individual meanings and motives in the sum which makes up historical process? And is not process itself devoid of all inherent significance, value-free, to which we may then if we so wish, bring attributions of value from outside? / In my own writings on history and theory I have assented to this position. But I have gone on to add that it is we, in the present, who must always give meaning to that inert and finished past. For history is forever unresolved, it remains as a field of unfinished possibilities, it lies behind us with all its contradictions of motives and cancelled intentions and we – acting in the present – reach back, refuse some possibilities and select and further others. We endorse some values of the past, we refuse others”. THOMPSON, E. P. *Beyond the frontier: the politics of a failed mission: Bulgaria 1944*. Stanford: Stanford University Press: The Merlin Press, 1997. p. 100.

quência de algum desenvolvimento lógico. Assim como o presente podia ter sido diferente, poderia o futuro ser distinto. A criatividade, a ação e o potencial transformador dos humanos não poderiam tudo; afinal, a História não estaria tão disposta à planificação integral, mas poderia alguma coisa, aliás, poderia muito.

Entre outubro e dezembro de 1950, Thompson trabalhou na composição de um longo poema, *The place called choice*, que inscreveria em um festival. Das poucas vezes em que tirara tais páginas da gaveta, confessava não saber se aquilo tinha qualquer mérito literário (não obteve prêmio algum no concurso), mas achava valer como testemunho das angústias liberadas com as explosões atômicas no Japão e com a equiparação dos “ursos” nessa nova tecnologia bélica. Nos versos de *The place called choice*, Thompson define o poeta como um “filatelista de palavras” e diz que o homem é transformado por suas realizações. No poema, lê-se: “Eu declaro que o homem tem escolha / Descoberta naquele trecho / Da ação humana onde / Necessidade e desejo se encontram”.⁵⁸ O necessário nem sempre podia ser suficiente.

A agência humana seria uma tópica no entendimento da história como processo. Seguidas controvérsias exigiam o refinamento do vocabulário analítico das explicações históricas, com advertências de que condições não equivaliam a causas, causas não eram o mesmo que motivações e que isso não cristalizava qualquer lei. Thompson, mais frequentemente, tratou o problema da causação enfocando os desdobramentos possíveis, mais do que os antecedentes do que se definia como fato. Uma vez mais, sua prática historiadora era inspirada por um estalo literário, no caso, a meditação de Pasternak acerca das “consequências das consequências”. Imagens do processo histórico como fluxo favorecem que os ditos fatos sejam ordenados em linha, em vez de visualizados compondo redes. Daí a

⁵⁸ “I declare that man has choice / Discovered in that place / Of human action where / Necessity meets desire”. *The place called choice* foi publicado em *The heavy dancers* e na antologia de poemas de E. P. Thompson editada por Fred Inglis. Um fragmento foi citado no artigo “Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização”, versado para o português por Denise Bottmann. A essa tradutora magistral, autora de *Padrões explicativos na historiografia brasileira*, o idioma nosso deve prateleiras inteiras de títulos escolhidos e recriados com esmero e sensibilidade.

abordagem de querer explicá-los pela submissão ao evento anterior e semelhante. O materialismo histórico tem em seu vocabulário a sugestão, devida a Engels, do “paralelogramo de forças”, metáfora geométrica que serve para esclarecer das inúmeras variantes que atuam em qualquer realidade. As “consequências das consequências” recordam que o processo histórico está em aberto e que a ação humana pode atingir resultados díspares, inclusive no que se refere às intenções de seus agentes.

Em *Double exposure* (no capítulo “Decaying Ideological Rubbish”), Thompson frisava os riscos de confusão entre “origens históricas” e “consequências presentes”. É possível entre ouvir aí ressonâncias da leitura de Marc Bloch, que, em seu *Apologia da História*, aludia ao “demônio das origens”, à “glorificação do primitivo” e à “obsessão embriogênica”, esclarecendo limites e equívocos de análises reduzidas ao estabelecimento de uma filiação (o próximo pelo mais remoto).⁵⁹ A explicação pelos princípios não bastaria como princípio explicativo. Modelos de significação que veem as consequências presentes como resultante de origens históricas podem favorecer determinismos e servir como justificativa de conjunturas específicas. O agora seria o instante ótimo de desenvolvimentos passados. Abolem ou diminuam as alternativas possíveis (o que equivale dizer que a questão dos valores é novamente interdita). O processo histórico calha, assim, de ser figurado como cumprimento de uma destinação. Diagramas do tipo “depois disso, logo causado por isso” inibem o potencial criativo da agência humana e o aspecto imprevisível das “consequências das consequências”.

Magistra vitae

No artigo “Beyond the Cold War”, Thompson considerava que: “A história não nos ensina nenhuma lição simples, porque *nunca* se repete, ainda quando certos temas amplos sejam recorrentes”.⁶⁰ O assunto

⁵⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da História*. [publ. póstuma: 1949]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 56-60.

⁶⁰ “History teaches no simple lessons, because it *never* repeats itself, even if certain large themes recur”. THOMPSON, E. P. *Zero option*. London: The Merlin Press, 1982. p. 161. Itálico no original.

aí é o do magistério da história.⁶¹ O argumento repisa a imprevisibilidade da história como processo, mesmo levando-se em conta os esforços de intelecção na disciplina (diálogo conceitos / evidências, configuração de temáticas, percepção de recorrências).

O esclarecimento, contudo, atine à complexidade das possíveis lições da história: se essas existem, não são simples. A máxima “história, mestra da vida” é antiga, dos idos greco-romanos. Superficialmente, pode-se demarcar que Heródoto (*circa* 484 – 425 A.C.) com sua *Ἱστορία*, além de expor os motivos das guerras dos gregos contra os bárbaros, queria evitar que com o tempo se apagassem os vestígios de grandes ações humanas. Tucídides (*circa* 460 – 400 A.C.), diferentemente dos logógrafos que, em suas fábulas, buscavam “agradar aos ouvidos”, alegava ter composto sua *História da Guerra do Peloponeso* com intuito de “dizer a verdade”. Ele pretendia sua obra como um pa-

⁶¹ Reinhart Koselleck indica que a fórmula “*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis*, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur” usada por Cícero, em *De oratore*, tinha intenções práticas. A percepção da história como coleção de exemplos e a ênfase em seu caráter modelar têm vigor em uma experiência do tempo como unitário ou como *continuum*. A ideia de tempo cíclico restringe, porém não anula, a eficácia da instrução pelos feitos passados. A modernidade, entretanto, temporalizou a história, concebendo-a como ente. As experiências dos antigos não bastavam à planificação das expectativas modernas, hiato acelerado pelo galope temporal. KOSELLECK, R. “*Historia magistra vitae. Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*”. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006. p. 41-60. Fernando Catroga observa que a concepção greco-romana do magistério da história tinha seus alicerces em meditações acerca dos ritmos do cosmos, da natureza humana e do poder da escrita. A historiografia aí teria vocação pedagógica e cívica. Com a cristianização das consciências, a concepção de exemplaridade passava a ter conteúdo religioso e caráter soteriológico. Não se trata mais apenas da Hélade, senão da cidade de Deus: mais do que moldar o caráter, a intenção maior era salvar almas. A noção de progresso, parelha à substantivação da humanidade e da história, conferiu novos contornos ao clichê sobre conhecer o passado para entender o presente e preparar o futuro. A crítica aos discursos sobre o sentido e finalidade da história, em seus extremos de desconfiança, poderia fomentar uma espécie de presentismo. A própria modernidade, firmada a partir da ideia do novo, consolidara a valorização do presente em relação ao passado, mas projetara o futuro feito consumação de um itinerário já previsto. Só que as transformações são iminentes e constantes. Em sua conclusão (que parece reverberar algo de Nietzsche), Catroga assevera que “a história só será mestra da vida se, em primeiro lugar, a vida for mestra da história”. CATROGA, Fernando. “Ainda será a História Mestra da Vida?”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 21, p. 7-34, 2006. Edição Especial.

trimônio útil, pois percebia que os eventos ocorridos poderiam voltar a acontecer em circunstâncias similares, isso em decorrência do que designava como “conteúdo humano”.

O modelo de investigação e narrativa dos gregos era monumental, pelo desiderato de garantir a fama (evitar o esquecimento) dos ancestrais e por pretender instruir contemporâneos e pósteros. O romano Marco Túlio Cícero (106 – 43 A.C.), em seu compêndio *De Oratore*, definiu a história como “luz da verdade”, “vida da memória”, “mensageira da velhice”, “testemunha dos tempos” e “mestra da vida”. A história aí vai além da definição de Aristóteles (384 – 322 A.C.), que, em sua *Arte Retórica e Arte Poética*, via como matéria do historiador aquilo que Alcibíades fez ou que lhe aconteceu. Em Cícero, a história é a síntese de casos instrutivos, mais do que a investigação sobre eventos particulares.

Uma questão relativa a como conciliar tal abordagem prática da história com o preceito também ciceroniano de que o historiador, tanto quanto não poderia proferir mentiras, não deveria nunca calar uma verdade, queda ambígua: como articular o ideal da narrativa verdadeira com o apelo à sua conveniência?

A tópica da “história, mestra da vida” foi desenvolvida também por Plutarco (50 – 125 D.C.). No preâmbulo do livro sobre Alexandre e César, esclarecia seus intentos a partir da diferenciação entre os gêneros de *Histórias* e o das *Vidas*: não seria sua intenção narrar integral ou detalhadamente todas as ações célebres de seus heróis, estaria apegado à fisionomia do caráter, revelada, por vezes, em coisas miúdas e, à maneira de um pintor, queria retratar a alma desses homens a partir de sinais reveladores.

As diferentes apreciações do magistério da história compartilham a experiência temporal como unidade. Diagramas do “eterno retorno” ou do “tempo cíclico” restringem a validade das lições da história a certos instantes de recorrência. Tucídides, principalmente, estabelecia comparações entre sua época e períodos mais antigos. Contudo, antigo aí queria dizer remoto ou anterior, o que insinua relação de continuidade. Nas querelas das aranhas x abelhas, os modernos crismaram a visão de antigo como ultrapassado, estabelecendo a quebra e uma distância cada vez maior e mais acelerada entre as lições da história e os problemas dos novos tempos. Não se queria a imaginação confinada pela memória.

A partir da última quadra do século XVIII, novos entendimentos da história incidiram sobre a expressão de Cícero. À noção de acontecido ou narrado, somavam-se vários usos até então inauditos. A *Begriffsgeschichte* (história dos conceitos) aponta a transformação do termo em um “coletivo singular”, aproximadamente, desde 1775. Para os antigos, a história tinha que dizer de algo ou alguém: da guerra entre Gregos e Persas, de Roma, daquilo que era particular, conforme dito por Aristóteles. Com os modernos, a palavra “História” passa a figurar como sujeito, indício do processo de entificação. Além de súmula das ocorrências particulares, a história podia ser vista como empuxo, tribunal, garante da justiça ou cumpridora de desígnios de liberdade. Há um laivo metafísico na ideia de que a história faz-se a si mesma. São realçadas, assim, ideias de inteligibilidade, sentido e destinação. A marcha da história não seria aleatória. As novidades, porém, não estavam apenas ao nível do sol. Abaixo dele, tudo parecia sacudido, sensação de que a “revolução” (conceito que também se singulariza) iria acentuar deveras.⁶²

Sendo a história percebida feito sujeito, não é de estranhar que se tenha tentado captar sua essência, essa a pretensão de várias sistematizações filosóficas. O ideal de maestria da história, sua eloquência e validade, para manter-se, conheceu sucessivas transformações. O pensamento de Augusto Comte (1798 – 1857) pode ser instrutivo a esse respeito.

Em seu *Plano de trabalhos necessários para reorganizar a sociedade*, de 1822, Comte apontava o que lhe parecia a falta de correspondência entre a ordem cronológica e os imperativos da filosofia. Filiando-se à tradição baconiana que estabelecia a articulação entre conhecimento, previsão e providência, o escritor de Montpellier julgava equivocada a linearidade passado – presente – futuro. Para ele, apenas quando o futuro fosse concebido a partir do passado, o ponto do presente poderia adquirir utilidade. O preceito de “ver para prever para prover”, porém, não se articula tão tranquilamente com ideias como progresso ou revolução. Em

⁶² KOSELLECK, R. “Historia de los conceptos y conceptos de historia”. In: KOSELLECK, R. *Historias de conceptos. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Trotta, 2006. p. 27-43.

Comte, as conjecturas acerca da estática / dinâmica social (bem como o pendor naturalista de seu sistema) até permitiam algum equilíbrio lógico. Mas, para outras inteligências, a mitologia do progresso podia legitimar-se como crescente distanciamento do passado. Não à toa, as imagens de sociedades idealizadas, de utópicas cambiam a ucrônicas, com ênfase, não tanto em outros lugares, e sim em novos tempos.

No âmbito acadêmico dos estudos históricos, o aspecto modelar das experiências passadas também conhecia apologias e ressalvas. A visão de mundo historicista tendia a condenar os anacronismos, tanto o julgamento do passado a partir de implementos e sensibilidades de agora (tidas como ideais e universais), quanto a feição nostálgica, que recomendava a organização das demandas presentes em coerência com realizações já consabidas. Cada época teria dignidade própria. A inspiração herderiana – segundo a qual, nessa estrela entre as estrelas cada época e nação teria seu centro de felicidade como toda esfera tinha um centro de gravidade seu – valia de advertência contra a transposição de padrões. Todavia, a institucionalização da história como disciplina escolar e universitária deu-se em consonância com evocações nacionalistas. E isso, de algum modo, reativava o interesse de divulgar apelos cívicos por meio das lições da história.

Os discursos identitários e os objetivos de formação pedagógica do cidadão descambam para a escolha daquilo que deve ser tornado mo(nu)mento, supostas origens ou propaladas destinações, personagens, datas, episódios, valores. História, mestra da vida: saída porta afora, parece retornar pela janela. Conceitualmente, entende-se como o advento da modernidade pode ter influído na diluição da fórmula antiga. Mas, os processos de escolarização fizeram da dívida com os antepassados e das morais da história o ritornelo de seu catecismo nacional.

A expressão *historia magistra vitae* não parece ter-se dissolvido com a modernidade e sua aceleração. O termo história como *kollektivsingular* permite novos entendimentos e usos do chavão do primeiro século. O alerta de Thompson (em texto de 1981, escrito para as Conferências Dimpleby, que a BBC “desistiu” de transmitir) é um indício da ressonância evocativa da ideia das lições da história. A afirmação de que a história não se repete destaca a feição única de

acontecimentos e circunstâncias. Ademais, relembra que o processo histórico está em aberto e que o desconhecido não será idêntico ao conhecido.

A observação de Thompson de que a história nunca se repete tem sabor de reminiscência em relação ao início de *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, no qual a sugestão hegeliana de que fatos e personagens decisivos pareciam ocorrer duas vezes na história era ironizada por Marx (1818–1883), ao qualificar a ocasião segunda feito farsa. O raciocínio era complementado com a sentença de que os homens fariam sua própria história, com a ressalva, porém, de que isso se daria em circunstâncias alheias às suas escolhas. Nos mo(vi)mentos de crise revolucionária, por paradoxal que pudesse soar, o recurso a esses “espíritos do passado” seria mais intenso. A apreensão de um período como sendo de instabilidade e insegurança (e qual não pode sê-lo?) poderia fomentar prédicas de coerência com a eficácia de modelos ancestrais. As lições da história e os exemplos do passado calhavam bem com aspectos da retórica reacionária, principalmente, seu tom aflito frente a possibilidades de ruptura e transformação.

É possível ler *Arguments within english Marxism*⁶³ como esforço de Perry Anderson em fazer Thompson provar de seu “próprio veneno”, ao confrontá-lo com críticas e reproches esgrimidos por ele contra outros (dentre os quais o próprio “Dr. Beeching da inteligência socialista”, como dito em *As peculiaridades dos ingleses*). O parâmetro decisivo para os julgamentos era a fidelidade à bibliografia de Marx, e Anderson aduzia, então, que a noção da história como álbum de valores não era marxista, nem sequer socialista. Um ponto que Anderson censurava em Thompson era o da conversão da história em um mostruário de exemplos morais para imitação ética. Se assim fosse, isso não seria uma reatualização do *topos* da história mestra da vida? A pergunta equivale a especificar o nicho de possibilidade da expressão no âmbito dos sentimentos, como se intuisse a precariedade do pragmatismo que almeja determinar fenômenos e circunstâncias.

Mesmo levando-se em conta a advertência de grandes eruditos como Arnaldo Momigliano de que, no mundo clássico, os gêneros bio-

⁶³ ANDERSON, P. *Teoría, política e historia: un debate con E. P. Thompson*. Madri: Siglo XX, 2012. Cf. princ. p. 91-110.

gráfico e histórico eram distintos, não é desusado perceber as *Vidas paralelas*, de Plutarco, como obra que pode ser lida a partir da chave da maestria da história. Será que algum general lê sobre César ou Alexandre para se instruir nas maneiras de como vencer uma batalha, mesmo em condições desfavoráveis? Pode ser... Mas, de fato, as guerras dos “tempos modernos” não são como as de antigamente. As circunstâncias, o encadeamento dos eventos, probabilidades e variáveis, a tempera e o comportamento de pessoas e grupos, tudo isso corrobora para relativizar a eficácia da repetição de práticas em situações recorrentes. O modo como Alexandre portou-se diante da mãe, da bela esposa e das filhas virgens de Dario, seu oponente derrotado, não poderia, contudo, ser lido com renovado interesse? Será que valores como clemência e generosidade mudam menos do que as estratégias de guerra?

Certo, porém, é que em Thompson os conflitos entre valores não se dariam simplesmente por imitação. Se assim fosse, de fato, seria uma contradição com as tão proclamadas noções de agência e experiência. As pessoas é que decidiriam o que teria valor e seria significativo. A interpretação da história poderia fazer-se também como gesto de auto-conhecimento. Em *A miséria da teoria*, Thompson esclarecia que, nas conclusões de suas pesquisas (ou seja, com a atenção devida aos contextos históricos), sentia-se apto a fazer atribuições de valor, não sobre acontecimentos e processos, mas sobre as opções e gestos dos indivíduos. Congratular Swift, deplorar Walpole...

Na mesa-redonda “Agendas para uma história radical”, é de se intuir que pairassem ansiedades. Afora os livros, havia ainda os bastidores das posições político-partidárias e da direção editorial de periódicos como *The New Left Review*. Thompson pronunciou-se sobre a polêmica, dando-a por empatada. Se o debate tivesse que ser retomado, tal incumbência era deixada aos leitores. Um ponto, porém, em que sentia necessidade de responder a Anderson concernia às personas do líder hannoveriano e do autor de *Gulliver's travels*. Thompson arguia que Anderson mostrara pouco respeito por Swift e que teria defendido Walpole. Em *Arguments within english Marxism*, Anderson julgava esse governo *whig* a partir de realizações tendentes desde a década de 1720 a garantir crescimento econômico, estabilidade política e poderio

militar. A acusação de que a política do chefe de governo era oportunista, se posta em seu contexto, quedaria sem sentido; e, se sua fortuna ameaçada por meio de peculato e corrupção era sem precedentes, Anderson argumentava que isso se devia à larga carreira como liderança política de Walpole. O critério para avaliar Swift, todavia, não foi o de suas realizações, mas o dos meios válidos. As *viagens de Gulliver* são qualificadas como produto literário de uma campanha renovada contra o governo *whig*. Na prosa de Swift, arderia o fogo emocional da ambição desbaratada e do sentimento de frustração. Mas a apreciação de Thompson não é mais isenta. Walpole é julgado por seus meios. Em *Senhores & caçadores*, a observação de que governos ditos estáveis podiam, como nas revoluções, conhecer tipos próprios de Terror, valia como sentença dos meandros da política da liderança hannoveriana (pena de morte para crimes contra propriedade, mas, não só isso... espionagem, fraudes, subornos, etc.). Swift é medido por suas obras. Ainda que *As viagens de Gulliver* seja vista como obra política, sua vitalidade seria a de uma crítica, não só de um regime, mas, das próprias razões do poder.

Em sua crítica a Thompson, Perry Anderson especificava que:

Um dos propósitos principais de entender o passado é proporcionar um *conhecimento causal* do processo histórico capaz de servir de base a uma adequada prática política no presente, encaminhada a transformar a ordem social existente em uma futura ordem popular e planificada pela primeira vez na história.⁶⁴

Em sua comunicação no painel “agendas para uma história radical”, Anderson destacava as análises interessadas nas “possibilidades”; ou seja, que procuravam dar conta das margens de desenvolvimentos alternativos em conjunturas específicas do passado. Os exercícios de história contra-factual teriam importância e interesse ób-

⁶⁴ “uno de los propósitos principales de entender el pasado es proporcionar un *conocimiento causal* del proceso histórico capaz de servir de base a una adecuada práctica política en el presente, encaminhada a transformar el orden social existente en un futuro orden popular y planificado por primera vez en la historia”. ANDERSON, P. *Teoría, política e historia: un debate con E. P. Thompson*. Madrid: Siglo XXI, 2012. p. 94.

vios para quem desejava transformar suas próprias sociedades, na medida em que poderiam esclarecer o quadro das opções realistas de ação. Mesmo que pela via negativa (sublinhando os erros a serem evitados), atualiza-se a ideia do magistério da história, do estudo do passado para explicação do presente e provimento do futuro. A retórica da *historia magistra vitae* é atraente a epistemologias que sublinham o traço de utilidade das abordagens científicas. A finalidade da história como conhecimento “ilustrado” seria deslindar a finalidade da história como itinerário. Daí, a ênfase nos princípios de causação e em controles empíricos que, pelas exceções, buscavam inferir as regras. A prática (aquela vista como adequada) deveria orientar-se pelas definições dos nexos de encadeamento e determinação entre os eventos.

Em *Star wars*, Thompson definia a história como “um compêndio de intenções humanas que se desviam até conclusões impensadas”.⁶⁵ A lembrança de que os homens podem muito e de que o processo histórico está em aberto cabe ser lida como ressalva de que a ação humana não pode tudo nem é autônoma e de que as relações de causa e efeito seriam diagonais e imprevisíveis. Curiosamente, a imagem do “compêndio” (sumário de casos ilustrativos) é utilizada para indicar os limites das lições da história. Em *A miséria da teoria*, para caracterizar a dinâmica do processo histórico, Thompson citava trecho de Morris (de *The dream of John Ball*, de 1886) que aludia aos seres sempre frustrados, mas sempre ressurgentes. Pelo fato de as realizações raramente serem plenas ou cumulativas, as pessoas manter-se-iam em movimento.

O termo “experiência” – os homens não apenas como objetos de determinações estruturais, mas como sujeitos criativos, com visões de mundo e meios de luta específicos – insinua uma inversão do brocardo de Cícero: vida, mestra da história. O que um padece ou faz acontecer e aquilo que pensa a esse respeito informam sobre o relevo e os significados que as histórias possam ter.

Em 2 de dezembro de 1979, a *History workshop* (oficina de história) promovida por Raphael Samuel, realizou-se na Igreja de São Paulo,

⁶⁵ “History is a record of human intentions which are diverted to unintended conclusions”. THOMPSON, E. P. *Star wars*. Middlesex: Penguin Books, 1985. p. 129.

em Oxford, tendo como assunto *A miséria da teoria* e como debatedores Stuart Hall, Richard Johnson e E. P. Thompson. O autor fez questão de replicar veementemente algumas críticas, como a definição de sua abordagem como “culturalista”. Disse ser esse um termo “espúrio”, que poderia ser tão parcial quanto o economicismo. Mas uma reprimenda que Thompson considerou pertinente enfocava, uma vez mais, a questão dos valores. O filósofo Hans Medick havia notado como equívocas a distinção entre fato e valor, bem como a sugestão de que seria possível um maior grau de objetividade em relação a esses. Em *Miséria da teoria*, Thompson reservava a apresentação dos resultados das pesquisas como ocasião de pronunciar juízos e predileções. Em “A política da teoria” (título de sua comunicação em *History workshop*), admitia, contudo, que, em cada momento do trabalho de historiador, ao propor problemas ou examinar evidências, os valores formativos estariam presentes. Isso podia ocorrer, inclusive, pelos nomes que se dão às coisas. No artigo “Economia moral revisitada” (de *Costumes em comum*), Thompson já advertia sobre os riscos de confusão entre evidências históricas e termos interpretativos do próprio historiador, no caso dos motins da fome, a ideia de “preços justos” e a própria linguagem de direitos, deveres e reciprocidades.

Aqui, mencionar outros casos pode ser elucidativo: os fatos do contexto inglês de meados do séc. XVII podem ser enunciados como uma guerra civil, uma revolução ou como um interregno, um hiato até que Charles II ocupasse o trono que fora de Charles I. Sobre a política soviética, apresentar eventos dizendo-os expurgos de traidores ou chamando-os crimes do stalinismo indica, mesmo que a partir de posições opostas, a comum articulação entre o senso do fato e julgamentos de valor. Reafirmando, porém, pontos defendidos em *A miséria da teoria*, Thompson aclarava que tais valores não seriam ideais ou transcendentais, mas experimentados em modos de vida e de luta. Acerca do que ele definia como seu próprio compromisso histórico, Thompson falava em enfoques contextuais e materialistas, em vez de generalizações abstratas, anistóricas ou transcendentais.⁶⁶

⁶⁶ THOMPSON, E. P. “La política de la teoría”. In: THOMPSON, E. P.; SAMUEL, R. (Ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Crítica, 1984. p. 301-317.

Em “Beyond the Cold War”, o raciocínio de que a “história não ensina nenhuma lição simples porque nunca se repete” era complementado com a proposição de que “para compreender o presente tem-se que resistir ao poder sugestivo da memória”.⁶⁷ Articulam-se aí traços metodológicos e existenciais, de como os historiadores podem viver a história e ler o mundo. Thompson aludia, no caso, à recorrência de se tentar manejar a Guerra Fria com os mesmos conceitos e expectativas informados pelas duas grandes guerras, como se houvesse uma “transferência de imagens passadas ao presente”. É possível conjecturar que o termo “exterminismo” (que tantas polêmicas provocou) inscreve-se como tentativa de resistir ao poder sugestivo de termos como “imperialismo” e “expansionismo”.

A lição da I Guerra Mundial (evitar carreiras armamentistas) havia contribuído para grandes margens de ação nazista. A lição da II Guerra (pacificação e debilidade militar favorecem ao inimigo) poderia redundar, não para a prevenção, mas, para o acirramento de um novo conflito, talvez, definitivo. A história, uma vez mais, é vista como “registro de consequências não intencionadas”. Em “Europa, o elo frágil da Guerra Fria”, Thompson ponderava que, nos exercícios interpretativos da história contemporânea, podia ocorrer mais frequentemente o transplante de perguntas, hipóteses e categorias, em larga medida pelo tanto que eram familiares.

Por mais que o próprio Thompson tenha insistido que a militância pacifista afastava-o de sua obra de historiador, não é desusado perceber aportações historiográficas em seus escritos em favor dos direitos humanos e desarme nuclear. Em uma situação na qual os governos não só se armavam como faziam questão de exibir o quão armados estavam, Thompson atentava para a temática dos rituais e simbolismos como componente ativa da vida (e da luta) política. Entre tais imagens, uma das mais eficazes, talvez, seja a de crise. E os climas de instabilidade e conturbação podem ser agudizados pela projeção de ameaças externas e perigos internos. Identidades são construídas pelo contraste com o dife-

⁶⁷ “But to understand the present we must first resist the great suggestive-power of memory”. THOMPSON, E. P. *Zero Option*. London: The Merlin Press, 1982. p. 161.

rente; entretanto, quanto o outro é visto como antagonista, como inimigo, tudo que não comungasse do consenso poderia ser segregado como dissensão. Em “An open letter to Leszek Kolakowski”, Thompson sentenciava que: “Negar significância à história não é adotar uma postura ‘neutral’ ou científica, extra-histórica: é proferir um tipo particular de juízo de valor”.⁶⁸ Isso servia para reafirmar aspectos e elementos da lógica histórica, o quanto essa epistemologia era diversa do padrão hegemônico de cientificidade (sem que isso implicasse um rebaixamento), o caráter imprevisível do processo histórico ou o potencial criativo e transformador da agência humana (mesmo dando-se entre insucessos e ressurgências). Em “Agendas para uma história radical”, Thompson citava os dizeres de uma faixa vista nas manifestações do END: “Historiadores exigem um suprimento continuado de História”.⁶⁹ Isso vale como singela constatação de que a maior lição da história é a de que sua mestra é a vida.

⁶⁸ “To deny significance to history is not to adopt a ‘neutral’ or scientific, extra-historical posture: it is to make a particular kind of declaration of value”. THOMPSON, E. P. *The poverty of theory and other essays*. London: The Merlin Press, 1979. p. 137.

⁶⁹ “Historians Demand a Continuing Supply of History”. THOMPSON, E. P. “Agendas for Radical History”. *Radical History Review*. New York: MARHO, n. 36, p. 38, 1986. A tradução espanhola é bem mais enfática: “Los historiadores piden que la historia continúe”. THOMPSON, E. P. *Obra esencial*. Edição de Dorothy Thompson. Barcelona: Crítica, 2002. p. 562.

CONCLUSÃO

Em 1991, quando se proclamava o fim da Guerra Fria, Thompson, sabedor de fragilidades em sua saúde, ponderou: “Quanto de nossas vidas foi dispendido tentando impedir aquela Frieza de tornar-se Quente!”⁷⁰

A luta pela paz remonta ao final da enorme guerra. De 1946 a 1956, enquanto filiado ao Partido Comunista britânico, seguia diretrizes do “World Peace Council” (Conselho Mundial da Paz) soviético. À época do socialismo humanista / humanismo socialista – a partir da junção de *The New Reasoner* e *Universities and Left Review* –, seu tempo já estava dividido entre o ofício de historiador e a militância pacifista, que então passava a incorporar mais acentuadamente as questões dos direitos humanos e das liberdades civis. Iniciativas do CND foram vistas com entusiasmo ou ao menos com alguma esperança, como a “marcha” Londres → Aldermaston, as grandes concentrações públicas, umas ousadas e desobediências, a produção de livros, filmes, a organização de festivais etc.

Thompson, porém, delineava algo como uma segunda guerra fria a partir de dezembro de 1979, com o aval para a instalação de

⁷⁰ “How much of our lives went into restraining that Coldness from becoming Hot!”. THOMPSON, E. P. “Ends and Histories”. In: KALDOR, M. (Ed.). *Europe from below: an east-west dialogue*. London: Verso, 1991. p. 21.

“euromísseis” Cruise e Pershing II em solo britânico. Em abril de 1980, com a participação central e decisiva do historiador, foi fundado o END e publicado o manifesto *Protest and survive*, conjuntamente com a Fundação Bertrand Russell. Daí, seus esforços não somente em escrever história, mas em tentar contribuir para que a História pudesse ter continuidade. Ideologicamente, entretanto, alguns puderam fazer apologia do fim da Guerra Fria como fim da História, como se a conjuntura de fins dos anos de 1980 e início da década de 1990 indicasse a culminância do tipo de sociabilidade capitalista e democrática.

A derrocada de regimes comunistas parecia augúrio de que o estilo de vida ocidental, “americano”, sintetizaria o destino e a designação da ação humana no tempo e da ação do tempo nos homens. Vá lá que a engrenagem do capitalismo gire pelas necessidades recorrentes e rendimentos condicionados (e daí é possível compreender melhor a leitura que Thompson e Abemsour faziam de Morris, destacando as aportações sobre “a educação do desejo”: a lógica da economia de mercado ensina a desejar mais, o artista propunha desejar melhor...), mas muitos recursos e suprimentos não são renováveis.

Thompson rebatia o reclame de “fim da história” com uma agenda que pontuava a possibilidade de acirramento dos confrontos entre norte e sul, bem como uma configuração mais agressiva dos fundamentalismos nacionais e religiosos. Em 1986, na coletânea *Mad dogs: the US raids on Libya*, Mary Kaldor e Thompson já advertiam o quanto a imagem de “terrorismo” poderia vir a substituir ou suplantar o “comunismo” como projeção do Outro, do inimigo. Afora isso, cabia lembrar que a luta antinuclear envolvia, além dos arsenais, os reatores, ou seja, para além de uma questão bélica era também um desafio energético. Sob a rubrica de energia atômica, era possível camuflar a tecnologia necessária para fabricação de ogivas. Fontes mais seguras e baratas de produção de energia (a partir do sol, ventos ou marés) eram desprestigiadas, pois não apresentavam retorno militar direto.

A defesa do meio ambiente e as tentativas de prevenção de desastres ecológicos, a partilha mais equitativa das matérias-primas do globo e as garantias tendentes à renovação de fontes e reuso de mate-

riais... tudo isso para Thompson sugeria o equívoco da visão propagandística de fim da História.⁷¹

Em carta de 19 de julho de 1942, Frank comentava com Edward sobre a necessidade de mirar os indivíduos, antes ou em vez de rótulos como “classe”. Isso o fazia rever “sonoras teorias” que qualificavam todo membro das classes altas como canalha (*cad*) ou cada operário como um Galahad. Os irmãos podiam, aliás, ser vistos como provenientes de estratos favorecidos e iam percebendo que o aspecto financeiro não bastava para previamente definir o caráter de ninguém. Entretanto, o ponto ruidoso da correspondência não é esse. Frank confessava vir acalentando uma ideia que poderia soar como heresia e que respeitava à obrigatoriedade do serviço militar. Frank alistou-se no mês em que a guerra eclodiu. Entendia que fascismo e liberdade não poderiam coexistir. Deplorava nas batalhas os momentos de espera e, com a rotina militar, sentia-se fisicamente esbelto e disposto. Edward também foi à guerra (e tal ocasião é saudada em missivas de Frank, já prisioneiro).

Aqui e ali reverberam influências do irmão mais velho, que valem quase como homenagens do irmão mais novo: Frank, em carta de 18 de dezembro de 1943, dissera ser a “cultura” simplesmente o outro nome para a experiência; ou a definição da poesia, não feito ornamento ou deleite, mas, como percepção e sensibilidade radicalmente humanas... é possível rastrear na obra de Edward que opiniões de Frank foram endossadas e desenvolvidas, já que ele não estava mais aqui. Contudo, o apreço da dimensão militar, Frank mesmo já supunha que poderia causar estranheza, e esse parece mesmo um ponto valorizado de maneira diferente por Edward: para ele, a formação social característica da modernidade, o Estado-Nação, formado na guerra, assumiria a guerra como sua atividade primária. Os complexos militares eram organizados à maneira de sociedades em miniatura, e as sociedades eram geridas sob disciplina e vigilância de quartéis em larga escala, mesmo

⁷¹ THOMPSON, E. P. *Ends and Histories*. In: KALDOR, M. (Ed.). *Europe from below: an east-west dialogue*. London: Verso, 1991. p. 7-25. Para a sugestão do “terrorismo” como substituto do comunismo nos discursos de legitimação de ações militares ocidentais, cf. THOMPSON, E. P. et al. *Mad dogs: the US raids on Libya*. London: Pluto Press, 1986. p. 3.

que os potenciais de agressão estivessem anos-luz adiante entre fardados, em comparação com os paisanos. A violência conheceria, mais do que legitimidade, estímulos: não seria esse o teor de Rambo? O mercado de armas – ou melhor, o complexo formado por setores militares, industriais, burocráticos e acadêmicos – teria como políticas / propagandas mais eficazes a projeção de uma ameaça crescente e a internalização da páura do inimigo.

A admiração de Thompson por Swift fica evidente no recurso às figuras do Yahoo e do Houyhnhnm para caracterizar, respectivamente, o soldado e o sábio; operações de dividir ou de somar. Se o inimigo fosse forte, defesa. Se o vizinho fosse fraco, conquista. Às vezes, temos o que eles querem, n'outras queremos o que eles têm. Resulta que muito da mais avançada tecnologia de uma era ou civilização informa sobre seus preparativos ou disposição para a guerra. Quando se falava em um “Teatro da Guerra” (a Europa como cenário de uma guerra nuclear limitada), END e outras siglas propuseram um “Teatro da Paz”, com música, dança, literatura, cinema, artes plásticas, ativismo. Marxismo e pacifismo comungam um senso internacionalista: o mundo das nações é muito restrito. Habitamos o planeta Terra e merecemos desfrutar dessa condição.⁷²

Em um de seus escritos de militância pacifista, Thompson dizia que:

Nossa espécie foi favorecida nesse planeta, ainda que nem sempre tenhamos sido bons guardiães dos recursos terráqueos. Nossa permanência sobre a Terra, medida com a escala dos tempos geológicos, tem sido breve. Ninguém pode dizer-nos qual é nossa tarefa aqui, creio, porém, que consiste em algo mais que consumir tanto quanto possamos e em fazer ruir o lugar.⁷³

⁷² THOMPSON, E. P.; THOMPSON, T. J. *There is a spirit in Europe...*: a memoir of Frank Thompson. London: Victor Gollancz Ltd., 1947 e THOMPSON, E. P. The Reasons of the Yahoo. *The Yale Review*, New Haven, v. 75, n. 4, p. 481-502, oct. 1986.

⁷³ “Our species has been favoured on this planet, although we have not always been good caretakers of our globe’s resources. Our stay here, in the spaces of geological time, has been brief. No-one can tell us our business. But I think it is something more than to consume as much as we can and then blow the place up”. THOMPSON, E. P. *Zero option*. London: The Merlin Press, 1982. p. 187.

Se Giambattista Vico havia asseverado, na primeira metade do séc. XVIII, que os homens haviam feito esse mundo de nações; no final do século XX, os alertas de Edward P. Thompson reclamavam cuidados tendentes a evitar que os homens destruíssem o planeta e aniquilassem a espécie. A ficção de *The Sykaos papers* chama atenção para nossa realidade. Pequena estrela azulada, pontinho flutuante no breu do espaço, farto de riquezas e alumbramentos, conjunto de raras condições favoráveis à vida, Terra, que uns dizem mãe e outros chamam chão.

Em uma época qualificada como Guerra Fria, as inércias da carreira armamentista agudizavam expectativas sobre o apocalipse nuclear. Diferentemente do entusiasmo iluminista, nada parecia garantir que o percurso histórico fosse redentor, progressivo ou que tivesse uma finalidade positiva. Cresciam arsenais e hostilidades. Tais batalhas travavam-se também na arena dos símbolos, ritos e imaginários. Diagnósticos de crise e projeções do Outro como ameaça serviam interesses de disciplina interna e patrulhamento artístico e intelectual.

A história, porém, não estaria previamente determinada. Mesmo que Thompson reconhecesse o tom pessimista de alguns escritos, como “Notas sobre o exterminismo” (no qual sugeria a superação do modo marxista-leninista de “imperialismo”), as lições da história diziam respeito ao poder criativo da agência humana. Talvez, fosse bem mais trabalhoso; porém, melhor do que acumular meios para destruir o planeta seria os homens tentarem refazer sua Humanidade.

BIBLIOGRAFIA

ABENSOUR, M. *O novo espírito utópico*. Tradução de Claudio Stieltes et al. Campinas: Unicamp, 1990.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. Para uma leitura safada de E. P. Thompson. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007. p. 235-245.

ALLEN, D. *No mundo da ficção científica*. Tradução de Antonio Alexandre Faccioli e Gregório Pelegi Toloy. São Paulo: Summus, s/d.

ANDERSON, P. Teoría, política e historia: un debate con E. P. Thompson. Tradução de Eduardo Terrén. Madrid: Siglo XXI, 1985.

ANDERSON, P. Teoría, política e historia: un debate con E. P. Thompson. Madri: Siglo XXI, 2012.

ANSART, P. *Ideologias, conflitos e poder*. Tradução de Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. [Séc. IV A.C.]. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. 15. ed. Rio de Janeiro; Ediouro, s/d.

BACZKO, B. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Tradução de Pablo Betesch. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

BALANDIER, G. *Antropologia Política*. Tradução de M. Rodrigues Martins. 2. ed. Lisboa: Presença, 1987.

BERLIN, I. *Vico e Herder*. Tradução de Juan Antonio Gili Sobrinho. Brasília: UnB, 1982.

BERTUCCI, L. M.; FARIA FILHO, L. M. de; OLIVEIRA, M. A. T. de. *Edward P. Thompson: história e formação*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BLAKE, W. *Poesia e prosa selecionadas*. Tradução de Paulo Vizioli. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

BLOCH, M. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. [publicação póstuma: 1949]. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. Tradução de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CATROGA, F. Ainda será a História mestra da vida? *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 7-34, 2006. Edição Especial.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COMTE, A. *Plano de trabalhos científicos necessários à reorganização da sociedade*. Tradução de Antonio G. da Silva. São Paulo: Escala, s/d.

CROCE, B. *The philosophy of Giambattista Vico*. New Jersey: Transaction Publishers, 2007.

DESCARTES, R. *As paixões da alma*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

ENGELS, F. Carta a C. Schmidt. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx/Engels: história*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 456.

ESBOÇOS. Florianópolis: UFSC, 2004. v. 12.

FENELON, D. R. *A guerra fria*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História).

- FERNANDES, F. (Org.). *Marx/Engels. História*. São Paulo: Ática, 2003.
- FISCH, M. H. "Introduction". FISCH, M. H.; BERGIN, T. G. (Ed.). *The autobiography of Giambattista Vico*. Ithaca: Cornell University Press, 1975. p. 1-107.
- FLINT, R. *Vico*. Philadelphia: J. B. Lippincott and Co., 1884.
- GARDINER, P. *Teorias da História*. Tradução de Vítor Matos e Sá. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HARTOG, F. *Os antigos, o passado e o presente*. Tradução de Sonia Lacerda, Marcos Veneu, José Otávio Guimarães. Brasília: UnB, 2003.
- HAY, D. et al. *Albion's fatal tree: crime and society in eighteenth-century England*. Middlesex: Penguin Books, 1977.
- HERÓDOTO. *História: o relato clássico da guerra entre gregos e persas*. Tradução de J. Brito Broca. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2001.
- HILL, C. *The english Bible and the seventeenth-century revolution*. London: Penguin Books/Allen Lane, 1993.
- HISTÓRIA SOCIAL. Campinas: Unicamp, n. 4/5, 1998.
- KAYE, H. J. *The british marxist historians: an introductory analysis*. London: Macmillan Press, 1995.
- KAYE, H. J.; McCLELLAND, K. (Ed.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- KOSELLECK, R. *Historia magistra vitae: sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma P. Maas e Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006. p. 41-60.
- KOSELLECK, R. *Historias de conceptos: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Tradução de Luis Fernández Torres. Madrid: Trotta, 2012.

KOSELLECK, R. Historia de los conceptos y conceptos de historia. In: KOSELLECK, R. *Historias de conceptos: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Tradução de Luis F. Torres. Madrid: Trotta, 2006. p. 27-43.

KOSELLECK, R. *The practice of conceptual History*. Tradução de Todd Samuel Presner et al. Stanford: Stanford University Press, 2002.

LOPES, M. A.; MUNHOZ, S. J. (Org.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d. (Livro I. O processo de produção do capital).

MINION, J.; BOLSOVER, P. (Ed.). *The CND story: the first 25 years of CND in the words of the people involved*. London: Allison and Busby, 1983.

MORRIS, W. *Notícias de lugar nenhum: ou uma época de tranquilidade: um romance utópico*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

MÜLLER, R. G.; DUARTE, A. L. (Org.). *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó: Argos, 2012.

NEW LEFT REVIEW. Oxford, n. 120, mar./apr. 1980.

PALMER, B. D. *Edward Palmer Thompson: objeções e oposições*. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

PALMER, B. D. *The making of E. P. Thompson: marxism, humanism, and history*. Toronto: New Hogtown Press, 1981.

PLUTARCO. *Vidas paralelas: Alexandre e César*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

PROJETO HISTÓRIA. São Paulo: PUC, n. 12, out. 1995.

RADICAL HISTORY REVIEW. New York: MARHO, v. 19, winter, 1978/1979.

RADICAL HISTORY REVIEW. New York: MARHO, v. 36, sept. 1986.

- RADICAL HISTORY REVIEW. New York: MARHO, n. 58, winter, 1994.
- RICOEUR, P. *Historia y narratividad*. Tradução de Gabriel Aranzueque Sahuquillo. Barcelona: Paidós, 1999.
- RIVIÈRE, C. *As liturgias políticas*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- RULE, J.; MALCOLMSON, R. (Ed.). *Protest and survival: the historical experience, essays for E. P. Thompson*. London: The Merlin Press, 1993.
- SALIBA, E. T. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SALIBA, E. T. Vico, clássico das antinomias interpretativas da História. *Temas & Matizes*, Paraná, n. 1, p. 1-5, jul. 2001.
- SAMUEL, R. (Ed.). *Historia Popular y Teoría Socialista*. Tradução de Jordi Beltran. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- SEARBY, P.; RULE, J.; MALCOLMSON, R. Edward Thompson as a teacher: Yorkshire and Warwick. In: RULE, J.; MALCOLMSON, R. (Ed.). *Protest and survival: the historical experience, essays for E. P. Thompson*. London: The Merlin Press, 1993. p. 1-23.
- SOCIALIST REVIEW. Oakland: Center for Social Research and Education, ed. 58, v. 11, n. 4, jul./aug. 1981.
- STAND. Newcastle, v. 20, n. 2, 1979.
- STONE, L. The revival of narrative: reflections on a new old history. In: STONE, L. *The past and the present revisited*. London: Routledge, 1987. p. 74-96.
- TAGLIACOZZO, G. (Ed.). *Giambattista Vico: an international symposium*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1969.
- TAGLIACOZZO, G. (Org.). *Vico y Marx: afinidades y contrastes*. Tradução de Sadie Ordiales de la Garza. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Tradução de Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2004. v. 1.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Tradução de Renato B. Neto e Cláudia R. de Almeida. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2001. v. 2.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989. v. 3.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. An open letter to Leszek Kolakowski. In: THOMPSON, E. P. *The poverty of theory and other essays*. London: The Merlin Press, 1978. p. 171.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização de Antonio L. Negro e Sérgio Silva. Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. Agendas for radical history. *Radical History Review*, New York, n. 36, p. 38. 1986.

THOMPSON, E. P. *Beyond the frontier: the politics of a failed mission: Bulgaria 1944*. Stanford: Stanford University Press: The Merlin Press, 1997.

THOMPSON, E. P. *Collected poems*. Edited by Fred Inglis. Newcastle: Bloodaxe Books, 1999.

THOMPSON, E. P. Commitment in poetry. In: THOMPSON, E. P. *Making history: writings on history and culture*. New York: The New Press, 1994. p. 333.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

THOMPSON, E. P. *Double exposure*. London: The Merlin Press, 1985.

THOMPSON, E. P. Educação e experiência. In: THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Tradução de Sérgio Moraes R. Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, E. P. Ends and histories. In: KALDOR, M. (Ed.). *Europe from below: an east-west dialogue*. London: Verso, 1991. p. 7-25.

THOMPSON, E. P. et al. *Exterminismo e guerra fria*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

THOMPSON, E. P. La política de la teoría. In: SAMUEL, R. (Ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Crítica, 1984. p. 301-317.

THOMPSON, E. P. et al. *Mad dogs: the US raids on Libya*. London: Pluto Press, 1986.

THOMPSON, E. P. *Making history: writings on history and culture*. New York: The New Press, 1994. p. 358-364.

THOMPSON, E. P. “O Espírito *Whig* sem o Elistismo”. In: BOURDIEU, P.; MICELI, S. (Org.). *Liber 1*. São Paulo: Ed. USP, 1997.

THOMPSON, E. P. *Obra esencial*. Edição de Dorothy Thompson. Barcelona: Crítica, 2002.

THOMPSON, E. P. Omladinska pruga. In: THOMPSON, E. P. (Ed.). *The railway: an adventure in construction*. London: The British-Yugoslav Associations, 1948.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.

THOMPSON, E. P. Socialist humanism: an epistle to the philistines. In: WINSLOW, C. (Ed.). *E. P. Thompson and the making of the new left: essays and polemics*. New York: Monthly Review Press, 2014.

THOMPSON, E. P. *Star wars: science-fiction fantasy or serious probability?* Middlesex: Penguin Books, 1985.

THOMPSON, E. P. *The heavy dancers*. London: The Merlin Press, 1985.

THOMPSON, E. P. *The poverty of theory and other essays*. London: The Merlin Press, 1979.

THOMPSON, E. P. The reasons of the yahoo. *The Yale Review*, New Haven, v. 75, n. 4, p. 481-502, oct. 1986.

THOMPSON, E. P. The ritual of enmity. In: SMITH, D.; THOMPSON, E. P. (Ed.). *Prospectus for a habitable planet*. Middlesex: Penguin Books, 1987.

THOMPSON, E. P. *The Sykaos papers: being an account of the voyage...* New York: Pantheon Books, 1988.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Tradução de Eva Rodríguez. Barcelona: Crítica, 1979.

THOMPSON, E. P. (Ed.). *Warwick university ltd. industry, management and the universities*. Nottingham: Spokesman, 2014.

THOMPSON, E. P. *William Morris: de romântico a revolucionario*. Tradução de Manuel Lloris Valdés. 2. ed. Valencia: Edicions Alfons El Magnànim, 1988.

THOMPSON, E. P. *Witness against the beast: William Blake and the moral law*. New York: The New Press, 1993.

THOMPSON, E. P. *Writing by candlelight*. London: The Merlin Press, 1980.

THOMPSON, E. P. *Zero option*. London: Merlin Press, 1982.

THOMPSON, E. P.; SMITH, D. (Ed.). *Protest and survive*. Middlesex: Penguin Books, 1980.

THOMPSON, E. P.; THOMPSON, T. J. (Ed.). *There is a spirit in Europe: a memoir of Franck Thompson*. London: Victor Gollancz Ltd., 1947.

THOMPSON, E. P.; YEO, E. (Ed.). *The unknown mayhew: selections from the morning chronicle, 1849-50*. Middlesex: Penguin Books, 1973.

TODOROV, T. *As morais da História*. Tradução de Helena Ramos. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1992.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 2001.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Tradução de António José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983.

VICO, G. *Autobiografia – Poesie – Scienza Nuova*. 3. ed. Milano: Garzanti Editore, 2000.

VICO, G. *Ciência Nova*. Tradução de Jorge Vaz de Carvalho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

VICO, G. La antiquíssima sabiduría de los italianos. In: VICO, G. *Obras*. Barcelona: Anthropos, 2002, p. 127-192. t. 1.

VICO, G. *Obras*: oraciones inaugurales: la antiquíssima sabiduría de los italianos. [1710]. Tradução de Francisco J. Navarro Gómez. Barcelona: Anthropos Editorial, 2002.

VICO, G. *Obras III*: el derecho universal. Tradução de Francisco J. Navarro Gómez. Barcelona: Anthropos Editorial, 2009.

WHITE, H. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: USP, 1994.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WINSLOW, C. (Ed.). *E. P. Thompson and the making of the new left: essays and polemics*. New York: Monthly Review Press, 2014.

O AUTOR

João Ernani F. Filho

É graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, com concentração na Unidade Curricular de “Prática de Ensino em História”.

Visite nosso site:
www.imprensa.ufc.br



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará – UFC
Av. da Universidade, 2932 – fundos – Benfica
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
CEP: 60020-181 – Fortaleza – Ceará
imprensa.ufc@pradm.ufc.br

A Universidade Federal do Ceará contribui por excelência para a educação e para a ciência em nosso país. Como um dos seus avanços acadêmicos, merece destaque o desenvolvimento da pós-graduação, que fortalece o pilar da formação de recursos humanos por meio da pesquisa.

A pós-graduação brasileira, sistematicamente avaliada nas últimas décadas, ganha credibilidade, e seus pesquisadores gozam de reconhecimento internacional. Nesse processo, o livro integra a produção intelectual acadêmica das múltiplas áreas que compõem o quadro científico da Universidade e apura os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção nesse formato.

A Coleção de Estudos da Pós-Graduação foi criada, portanto, para apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC e consolidar uma política acadêmica, científica e institucional de valorização da pesquisa, ao franquear o curso da produção intelectual em forma de livro.



ISBN 978-85-7485-293-5

